



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL CATALÃO
UNIDADE ACADEMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA: HISTÓRIA, CULTURA E
FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

ROMILDO RODRIGUES NEVES JUNIOR

**IDENTIDADE E MEMÓRIA EM *DIÁRIO DE BITITA*, DE CAROLINA
MARIA DE JESUS: UMA “HISTÓRIA CONTADA” ACERCA DOS ANOS DE 1920 A
1940, NO INTERIOR DO BRASIL**

**CATALÃO (GO)
2019**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: *Romildo Rodrigues Neves Júnior*

Titulo do trabalho: *Identidade e memória em Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus: Uma "história contada" acerca dos anos de 1920 a 1940 no*

3. Informações de acesso ao documento: *interior do Brasil*

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Romildo Rodrigues Neves Júnior
Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

[Assinatura]
Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 29 / 11 / 19

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

ROMILDO RODRIGUES NEVES JUNIOR

**IDENTIDADE E MEMÓRIA EM *DIÁRIO DE BITITA*, DE CAROLINA
MARIA DE JESUS: UMA “HISTÓRIA CONTADA” ACERCA DOS ANOS DE 1920 A
1940, NO INTERIOR DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional em História: História, Cultura e Formação de Professores, da UFG/Regional Catalão, vinculado à Linha de Pesquisa 1 – Cultura, Linguagens e Ensino de História, sob a orientação do Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges, como requisito parcial para obtenção do título Mestre em História.

**CATALÃO (GO)
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Junior , Romildo Rodrigues Neves
IDENTIDADE E MEMÓRIA EM DIÁRIO DE BITITA, DE CAROLINA
MARIA DE JESUS: UMA "HISTÓRIA CONTADA" ACERCA DOS ANOS
DE 1920 A 1940, NO INTERIOR DO BRASIL [manuscrito] / Romildo
Rodrigues Neves Junior . - 2019.
CLVI, 156 f.

Orientador: Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade
Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, Catalão,
Programa de Pós-Graduação em História (profissional), Catalão, 2019.
Bibliografia. Apêndice.

1. História Cultural. 2. Identidade. 3. Representação. 4. Memória. 5.
Carolina Maria de Jesus. Diário de Bitita. I. Rezende Borges , Valdeci
, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 53 da sessão de Defesa de Dissertação de **Romildo Rodrigues Neves Júnior**, que confere o título de Mestre(a) em História – nível Mestrado Profissional, na área de concentração em História.

Ao/s vinte oito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, a partir da(s) 14h00, no(a) Laboratório de Audiovisual, Bloco Didático II da UFG - Regional Catalão da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “IDENTIDADE E MEMÓRIA EM DIÁRIO DE BITITA, DE CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA “HISTÓRIA CONTADA” ACERCA DOS ANOS DE 1920 A 1940, NO INTERIOR DO BRASIL”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Valdeci Rezende Borges** INHCS/UFG/RC com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Fernando César Paulino-Pereira** UFG/RC, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Ismar da Silva Costa** INHCS/UFG/RC, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato aprovado pelos membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Valdeci Rezende Borges**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) vinte oito dias do mês de novembro de dois mil e dezenove.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ismar Da Silva Costa**, Professor do Magistério Superior, em 28/11/2019, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Cesar Paulino Pereira**, Professor do Magistério Superior, em 28/11/2019, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Valdeci Rezende Borges**, Usuário Externo, em 28/11/2019, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0990148** e o código CRC **14CA92F7**.

Referência: Processo nº 23070.040592/2019-92

SEI nº 0990148

ROMILDO RODRIGUES NEVES JUNIOR

**IDENTIDADE E MEMÓRIA EM *DIÁRIO DE BITITA*, DE CAROLINA
MARIA DE JESUS: UMA “HISTÓRIA CONTADA” ACERCA DOS ANOS DE 1920 A
1940, NO INTERIOR DO BRASIL**

Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges - UFG/RC/UAEHSC (Orientador)

Prof. Dr. Fernando César Paulino-Pereira - UFG/RC/UAEIBiotec

Prof. Dr. Ismar da Silva Costa - UFG/RC/UAEHSC

Prof. Dra. Regma Maria dos Santos - UFG/RC/UAEHSC (Suplente interno)

Prof. Dra. Kenia Maria de Almeida Pereira – UFU/ILEEL (Suplente externo)

Aos meus pais,
Romildo Rodrigues Rosa
Carmem Cristina Neves Rosa (*in memoriam*)
Sem eles, eu não existiria da maneira como sou hoje.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, por ser meu referencial de ser humano.

Às minhas avós, Maria e Abadia, pelas palavras de conforto e carinho durante esse período de pós-graduação.

À minha irmã, Maria Fernanda, que respeitou e compreendeu os vários momentos em que não pude estar com ela, pois as obrigações da escrita e dos estudos falavam mais alto.

À minha amiga fiel e companheira Bruna Felícia, pelo ombro amigo e por ter suportado as minhas lamentações, meus choros, meus desejos e alegrias ao longo desses dois anos de estudo. Uma amizade para além dessa vida.

Aos meus colegas Danilo, Miliana e Michelly pelos bons vinhos que tomamos e pelas altas gargalhadas.

Ao meu professor/orientador, Valdeci Rezende Borges pela orientação magnânima ao longo desses meses. Obrigado por ter aceitado a minha proposta de estudo e, sobretudo ter confiado em minha pessoa para tal realização. De uma humanidade incomparável, olhar atento e detalhista foi possível alcançar a grandeza desse estudo.

Ao professor Fernando César Paulino-Pereira que desde 2014 tem me orientado por esses caminhos da academia e tem sido a mola propulsora do meu sucesso. De fôlego incansável nunca mediu esforços para mostrar e fazer o melhor aos seus orientandos. A ele todo o meu respeito e admiração.

Ao professor Ismar da Silva Costa que tive o imenso prazer de conhecer em 2015, por meio de uma disciplina de Antropologia, nos fazemos colegas e agora tive a honra de contar com suas riquíssimas contribuições nessa dissertação.

Aos bibliotecários da UFG/RC, pela dedicação e preocupação para comigo durante toda pós-graduação, em especial a dona Joana.

Aos colegas de turma, por compartilhar das angústias, saberes, risadas e cafés.

Aos professores do Departamento do PPGH-MP pela contribuição na minha formação.

A todos os atores sociais que de certa forma contribuíram para constituir o personagem Romildo-Mestre.

Que todas essas memórias se tornem um vínculo duradouro.

Adeus! Adeus, eu vou morrer!
E deixo esses versos ao meu país
Se é que temos o direito de renascer
Quero um lugar, onde o preto é feliz.

Carolina M. de Jesus

RESUMO

A obra de Carolina Maria de Jesus se faz cada vez mais conhecida no mundo das letras e acadêmico, sendo de extrema relevância para uma leitura crítica acerca do mundo no qual viveu. Desse modo, estabeleceu-se como objetivo geral desta pesquisa, analisar, de forma ampliada, a história de vida dessa escritora por entre as décadas de 1920 e 1940, recorrendo para tal o seu livro autobiográfico *Diário de Bitita*, no intuito de perceber os meandros da memória e de seu processo de construção identitária. Como objetivos específicos, buscou-se refletir sobre o movimento de formação de identidade da personagem, abordando aspectos socioculturais que circunscreveram sua existência e suas experiências ao tratar da representação do mundo social, advinda de suas práticas e memórias decorrentes e formadoras de um imaginário social nos anos em que viveu no interior do Brasil, domiciliando em Sacramento/MG (1914-30) e em Franca/ SP (1930-37). A relevância deste estudo se dá na medida em que temos uma história narrada a partir da visão *insider* de Carolina e de seu cotidiano, aspectos em muito diferenciados dos compêndios, de tratados teóricos e obras historiográficas. A trajetória, o percurso traçado pela escritora no seu existir, nos abre possibilidades de ver o mundo sob a perspectiva da personagem edificada, com suas dores e alegrias, anseios, emoções, expectativas e projeções. Ao abordar o tema da identidade, intrínseco à história e às memórias de Carolina, não queremos exauri-lo, mas contribuir com os estudos acerca da autora e do assunto tanto no campo da Psicologia Social, como da Literatura e da História. A metodologia utilizada está pautada nos pressupostos da História e da Psicologia, estabelecendo diálogo com autores que desenvolvem e trabalham os conceitos de identidade, memória, representação, imaginário e cultura, e que recorrem a Literatura como fonte documental e testemunho histórico. Dessa forma, nosso procedimento é recorrer ao texto literário de Carolina, *Diário de Bitita*, bem como a outras fontes, como livros, capítulos, artigos científicos, dissertações e teses. Partimos da perspectiva que a literatura, longe de ser algo a-histórico e atemporal, fruto solitário da fantasia, está alicerçada na sociedade e no tempo em que fora produzida e aos quais se refere. Como proposta de intervenção no ensino de História, idealizamos um material pedagógico, que explora a relação Literatura e História em Quadrinhos, para trabalhar com os alunos temas específicos inerentes às experiências dos negros e que permeiam a sociedade brasileira presentes no *Diário de Bitita*. Enquanto pesquisador, nossa proposta foi a de buscar e aprofundar o conhecimento acerca das questões do sujeito inserido no mundo e sua relação com o meio social e cultural contribuindo assim para a emancipação dos sujeitos enquanto tais. Para isso, procuramos através do olhar da autora reconstruir não só dimensões de uma vida pessoal, mas também considerá-la como simbólica por representar a existência de outras pessoas e facetas de uma sociedade e de uma época passada, cheias de elementos a serem analisados que nos auxiliaram no entendimento de como se estruturava e se constituía o social do ponto de vista de uma mulher, negra e pobre.

Palavras-chave: História Cultural. Representação. Memória. Identidade. Carolina Maria de Jesus. *Diário de Bitita*.

RESUMEN

El trabajo de Carolina María de Jesús se está volviendo cada vez más conocido en el mundo de las letras y el mundo académico, siendo extremadamente relevante para una lectura crítica sobre el mundo en el que vivió. Por lo tanto, se estableció como el objetivo general de esta investigación, analizar, en términos generales, la historia de vida de esta escritora entre las décadas de 1920 y 1940, utilizando su libro autobiográfico *Diario de Bitita*, para comprender las complejidades de memoria y su proceso de construcción de identidad. Como objetivos específicos, buscamos reflexionar sobre el movimiento de la formación de la identidad del personaje, abordando los aspectos socioculturales que circunscribieron su existencia y sus experiencias al tratar con la representación del mundo social, surgiendo de sus prácticas y recuerdos surgiendo y formando un imaginario social en los años en que vivió dentro del Brasil, domiciliado en Sacramento / MG (1914-30) y en Franca / SP (1930-37). La relevancia de este estudio es que tenemos una historia narrada desde el punto de vista interno de Carolina y su vida cotidiana, aspectos muy diferentes de los compendios, tratados teóricos y trabajos historiográficos. La trayectoria, el camino trazado por el escritor en su existencia, nos abre posibilidades para ver el mundo desde la perspectiva del personaje construido, con sus dolores y alegrías, anhelos, emociones, expectativas y proyecciones. Al abordar el tema de la identidad, intrínseco a la historia y los recuerdos de Carolina, no queremos agotarlo, sino contribuir a los estudios del autor y el tema en el campo de la psicología social, la literatura y la historia. La metodología utilizada se basa en los supuestos de Historia y Psicología, estableciendo un diálogo con autores que desarrollan y trabajan los conceptos de identidad, memoria, representación, imaginación y cultura, y que utilizan la Literatura como fuente documental y testimonio histórico. Por lo tanto, nuestro procedimiento es utilizar el texto literario de Carolina, *Diario de Bitita*, así como otras fuentes, como libros, capítulos, artículos científicos, disertaciones y tesis. Partimos de la perspectiva de que la literatura, lejos de ser algo histórico y atemporal, fruto solitario de la fantasía, se basa en la sociedad y en el momento en que se produjo y a la que se refiere. Como una propuesta de intervención en la enseñanza de la historia, diseñamos un material pedagógico que explora la relación Literatura y cómics, para trabajar con los estudiantes temas específicos inherentes a las experiencias de los negros que impregnan la sociedad brasileña presente en el *Diario de Bitita*. Como investigador, nuestra propuesta era buscar y profundizar el conocimiento sobre los temas del tema insertado en el mundo y su relación con el entorno social y cultural, contribuyendo así a la emancipación de los sujetos como tales. Para esto, buscamos a través de la mirada del autor reconstruir no solo las dimensiones de una vida personal, sino también considerarlo como simbólico porque representa la existencia de otras personas y facetas de una sociedad y una época pasada, llena de elementos para analizar que nos ayudaron a comprender cómo se estructuraba y constituía lo social desde el punto de vista de una pobre mujer negra.

Palabras-clave: Historia cultural. Representación. Memoria. Identidad. Carolina Maria de Jesus. *Diario de Bitita*.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CONSTRUINDO UMA PERSPECTIVA TEÓRICA-METOLÓGICA.....	20
3 VIDA E OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: TRAJETÓRIA, TEXTOS E CONTEXTOS	42
3.1 Da vinda de Bitita ao mundo e as mudanças da menina pelos municípios do interior	42
3.2 Da <i>via crucis</i> nas grandes cidades (Rio de Janeiro e São Paulo) à publicação de <i>Quarto de Despejo</i>	59
3.3 Carolina deixa a favela: do declínio à morte.....	73
3.4 Narrativa da narrativa do livro <i>Diário de Bitita</i>	83
4 UM ETERNO DEVIR: EDIFICANDO IDENTIDADES POR ENTRE MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS.....	91
4.1 Aproximando da menina Bitita e de Carolina Maria de Jesus	91
4.2 Bicho-Homem.....	97
4.3 Um mundo dividido: pobres e negros x ricos e brancos.....	102
4.4 Carolina-Migrante.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	134
APÊNDICE.....	142
PROJETO PEDAGÓGICO DE ENSINO INTERDISCIPLINAR - QUESTÕES SOCIOCULTURAIS ACERCA DOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA REPUBLICANA COM BASE NA RELAÇÃO LITERATURA E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS) A PARTIR DE <i>MEMÓRIA DE BITITA</i>	

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por tema a identidade, a história e as memórias edificadas e expressas pela escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977) no seu livro *Diário de Bitita*, texto de feição autobiográfica que aborda e conta cenas e capítulos de sua história, mas também de uma história de nossa sociedade e da cultura brasileiras, sobretudo interioranas, por volta dos anos de 1920 a 1940.

O livro, publicado atualmente pela editora SESI de São Paulo, na coleção Memória e Sociedade, conforme a descrição apresentada por essa casa editorial trata da história da dura e difícil luta cotidiana de uma família pobre e negra mineira, logo do interior do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, narrada na perspectiva uma menina inteligente, perspicaz, sagaz, interessada e corajosa, que documenta os maus-tratos recebidos na infância, seus esforços para, ainda criança, encontrar trabalho, garantir a sobrevivência material e manter a dignidade, acima de tudo, nos apresentando um quadro panorâmico da sociedade agrária brasileira permeado de cenas de injustiça social, preconceitos, discriminações e estereótipos, os quais, à medida em que são narrados, vão sendo desfeitos, desconstruídos.

De tal forma, a obra permite pensar e problematizar questões de gênero, de racismo, de exclusão social, dentre outras questões, como a formação de identidades e sua relação com os meandros da história e da memória. Bitita, menina negra e pobre, nascida, em 1914, numa pequena cidade de Minas Gerais, Sacramento, município no qual viveu até 1930, quando migrou para Franca/São Paulo, ali vivendo até 1937, e depois partiu para a capital do Estado. Foi ousada ao pensar, refletir e escrever situações de injustiça social advindas do racismo, da pobreza, da exploração que ela e sua mãe experimentavam e sofriam cotidianamente, bem como ao expor seu esforço na busca de tentar ultrapassar os desígnios e obstáculos que a sociedade lhes impunha como ao lidar com questões acerca da sobrevivência, de moradia, alimentação e saúde, além das humilhações impostas por tantos, como patrões, parentes e conhecidos. E mais, meio a tudo isso, avaliar tais situações e fazer planos no intento de superar essas adversidades. Portanto, essa obra é fonte excepcional para realizarmos um estudo que entrelaça aspectos como história, identidade e memória.

Conforme Germana Henriques Pereira de Souza (2011, p. 86), “Carolina escreveu mais de 4.500 páginas manuscritas, em 37 cadernos, recolhidos das lixeiras da grande São Paulo, onde morava a autora nos anos 40 e 50.” Destacamos o fato de Carolina ter sido considerada como uma das primeiras escritoras negras do Brasil e a inserir-se no mundo literário brasileiro como uma de nossas mais importantes autoras. Portanto, quando ela toma

para si a caneta tinteiro, sob certo aspecto a escritora almeja um lugar para circunscrever-se e ratificar a sua vivência, outrora restrita somente aos escritores. Entre as obras escritas e publicadas por ela, vamos nos debruçar aqui, como já mencionado, sobre seu *Diário*, que nos interessa por se tratar de uma narrativa autobiográfica. Desse modo, o objeto de estudo desta pesquisa está materializado nesse livro, que foi publicado postumamente pela primeira vez em 1982, na França, e no Brasil, em 1986, pela Nova Fronteira.

Esse diário é, ainda, uma obra pouco estudada, mas é, conforme afirma José Carlos Meihy e Robert Levine, digna de reflexões, pois, provavelmente, a melhor da escritora:

Diário de Bitita apesar de ser visto tão comprometidamente, merece reflexões. É um texto encantador sobre a infância de uma interiorana comum. Provavelmente é sua melhor obra, cheia de passagens interessantes sobre a vida rural, sobre a brutalidade dos políticos e sobre as expectativas afloradas desde o surgimento de Vargas na cena política de 1930. (MEIHY; LEVINE, 2014, p. 45).

Por meio desse diário, uma forma de escrita de si, propomos abordar como se constitui a identidade da autora ou identidades diante das agruras vividas por ela, sobretudo na década de 30 do século passado, ou seja, pensar como o pessoal e o social imbricaram-se e foram se revelando e formando a personagem de Carolina Maria de Jesus e como ela se fez presente no mundo sociocultural que a cercava. Esse nosso interesse surge a partir do momento em que notamos uma escassez de material que aborde esse tema a partir dessa obra da autora. Intentamos perceber como a personagem se constrói e reconstrói constantemente e representa a si e aos seus em interação e oposição aos outros em seu diário? Como ela lida com sua própria história por meio da memória reconstruída e a supera seguindo em direção a uma emancipação pessoal outrora cercada de impasses? Ora, sendo uma obra autobiográfica, é através dela que objetivamos alcançar essas nossas respostas e outras que surgirão ao longo do processo de investigação dessa personagem em toda sua complexidade.

Estabelecemos como objetivo geral desta pesquisa, analisar, de forma ampliada, a história de vida da escritora Carolina Maria de Jesus nas décadas de 1920 a 1940, usando para tal seu livro autobiográfico, *Diário de Bitita*, no intuito de perceber os meandros da memória e de seu processo de formação identitária. Como objetivos específicos, estabelecemos: a) refletir sobre o processo de construção de identidade da personagem; b) abordar os aspectos socioculturais que circunscreveram a existência e as experiências de Carolina M. de Jesus e; c) Tratar da representação do mundo social advinda de suas práticas e das memórias delas

decorrentes que formam um imaginário social que envolveu a autora nos anos em que viveu em Sacramento/ Minas Gerais (1914-30) e, posteriormente, em Franca/ São Paulo (1930-37).

Este estudo se faz relevante, pois a história, a trajetória ou o percurso traçado por Carolina Maria de Jesus no seu existir, o qual foi representado por ela como escritora na obra já mencionada, nos abre possibilidades de ver o mundo sob a perspectiva da personagem edificada, com suas dores e alegrias, seus anseios, suas emoções, expectativas e projeções. O cotidiano, assim, é dimensão da existência pessoal e social que passa a ser aspecto de nosso interesse e a vida de Carolina nosso objeto de estudo, de forma mais ampla e geral. Entender e problematizar o conteúdo do *Diário de Bitita* nos possibilita ver como as tramas, as figuras e os papéis sociais vão se constituindo ao longo da história de vida do sujeito eleito e representado vivendo esses papéis. E, conseqüentemente, passamos a lidar com os encargos que eles traziam e requeriam, como por exemplo, o preconceito racial arraigado no social, como expressam as experiências da personagem apresentada.

Além do mais, se faz necessário um olhar acurado acerca da produção referente a essa obra uma vez que as investigações e contribuições realizadas até então, deixam-na em situação de desigualdade em relação à atenção dada a “*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*”, da mesma autora. Esse aspecto nos impele a ambicionar a querer ampliar os conhecimentos dessa área, contribuindo não só com o avanço dos estudos no meio acadêmico, com a ampliação e aprofundamento de pesquisas, mas também no meio social, ao lidar com temas como identidade, memória, racismo, exclusão... e outros tantos tão importantes em nossa contemporaneidade. Estudar esta obra de Carolina nos permite acessar e reconstruir, por meio de seu olhar como escritora negra e semianalfabeta, um mundo cercado de desigualdades sociais e permeado por preconceitos e exclusões; é dar abertura para um entendimento crítico de como se organiza nossa sociedade, que relações se estabelecem em seu interior e que mazelas enfrentam as classes pobres, inclusive os vários estigmas.

Acreditamos que ao trabalhar com esta obra, estamos contribuindo para eternizá-la assim como fora feito com “*Quarto de despejo*”, que a projetou socialmente e que têm recebido, desde seu lançamento nos anos de 1960, diversos estudos, especialmente nos anos 2000. Num contexto marcado por uma miríade de textos científicos, como artigos, dissertações e teses, que tratam da escritora mineira e de questões presentes em sua produção, destacamos um trabalho em específico devido a sua relevância e contribuição, a dissertação de mestrado “Carolina Maria de Jesus: análise identitária em *Quarto de despejo - diário de uma favelada*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, de autoria de Lara Gabriella Alves dos

Santos, e que contou, também, com a orientação do professor Doutor Valdeci Rezende Borges.

Ao abordar o tema da identidade, intrínseco a história e as memórias de Carolina, não queremos exauri-lo, mas contribuir para os estudos acerca da autora e do assunto no campo da História Cultural, bem como na área da Literatura; assim se dá a justificativa de nossa pesquisa, que insere na esfera de um conhecimento interdisciplinar, ao abarcar questões relativas às disciplinas como a Psicologia Social, a História e a Literatura.

Estar no mundo é representar-se, pois é através das diversas formas de figuração e representação que o “Eu”, em relação e confronto com o “Outro”, consegue edificar e expor sua identidade ou suas diversas identidades, como aponta Stuart Hall (2015, p. 12-13). Conforme o autor as concepções de identidade do sujeito iluminista, que o concebe como centrado, unificado, racional e consciente de suas ações, bem como a noção de sujeito sociológico, que pressupõe que o sujeito não é autônomo e autossuficiente, mas que forma-se na relação com outras pessoas importantes para ele num processo simbólico, agora, na atualidade, estão “mudando”. O sujeito, que antes vivia, previamente como tendo uma identidade unificada e estável, se torna agora fragmentado, possuindo várias identidades correspondentes às identidades que constituem as paisagens sociais e que asseguram a conformidade subjetiva dos indivíduos com as necessidades culturais.

Porém, de qualquer forma, a produção identitária é relacional e necessitamos do “outro” para nos fazer identificáveis, da mesma forma que esse nosso “Eu” reflete no processo de construção das identidades e constituição dos outros sujeitos. É nesse mundo, e por meio dele, que existimos e escrevemos a nossa história, embora não a escrevemos como desejamos, pois estamos rodeados de fatores que influenciam nessa escrita. É nesse mundo social e cultural, e por meio dele, que construímos, ao longo de nossa trajetória e história, as mais diversas imagens de nossa existência, e mesmo aquelas referentes aos outros, as quais constituem um imaginário, pensado como imaginação e como conjunto de imagens como procuramos delimitar mais detidamente um pouco adiante.

Portanto, não podemos falar de história e de identidade sem nos remetermos aos conceitos de memória, imaginário e cultura, uma vez que são esses referenciais que permite nos situarmos no mundo, na sociedade e em nosso cotidiano. Ao entendermos esse “Eu” que fala como um sujeito situado socialmente, como alguém que existe, sente, pensa e expressa de um dado ponto da sociedade e da história, nos cabe desvelar como foi construído esse ser e como se dá essa teia de relações, inclusive considerando a linguagem social utilizada para edificar seus laços.

Desse modo, podemos considerar o que nos fala Sandra Jathay Pesavento (2012, p. 40) acerca das representações. Conforme a autora, as representações que os sujeitos constroem do mundo, muito mais do que permitir que aquele algo ausente seja presentificado, se torne presente, ocupando um lugar nesse mundo, possibilita aos sujeitos a percepção de sua existência em uma realidade que o cerca, além de envolver aspectos como identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. De acordo com a autora, o conceito de representação é dúbio, pois “[...] na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência, a representação não é uma cópia real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.”

Segundo Roger Chartier (1990, p. 19-21), a noção de representação remete as imagens mentais e aos esquemas interiorizados, categorias incorporadas, que traduzem as posições e os interesses dos atores sociais ao descreverem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que ela fosse, possuindo, portanto, forma e função simbólicas. Graças a tais imagens e esquemas a consciência constitui a realidade. Assim, a representação manifesta como dando a ver uma coisa ausente e também como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro caso “a representação é instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de reconstruir em memória e de figurar tal como ele é”. Lidar com essa noção de representação, entendida “como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este”, requer identificar as condições para que essa relação seja inteligível, como as convenções partilhadas que regulam a relação do signo com a coisa.

Assim, por representação se entende as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos sociais, que fazem reconhecer uma identidade social, exibindo uma maneira própria de ser e estar no mundo, significando simbolicamente um estatuto e uma posição, e também, as formas institucionalizadas pelas quais “representantes” tornam visível uma existência (CHARTIER, 2002, p. 73).

Desse modo, estudar as representações é recorrer ao mundo do simbólico, próprio de cada cultura e tempo, pois quando essas representações nos são apresentadas, o simbolismo instaurado denuncia que é preciso estar dentro desse meio simbólico para traduzi-los e compreendê-los. Na busca de acessar esses códigos culturais referentes a outras épocas, recorreremos à perspectiva da História Cultural que tem a proposta de “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e

imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2012, p. 42).

Conforme o supradito representar-se é expressar o próprio “Eu” no mundo, e com Hall (2015, p. 11) podemos entender, de acordo com a noção de sujeito sociológico, que essa identidade vai se formando na medida em que há uma “[...] interação entre o ‘eu’ e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu real’, mas esse é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”.

Dessa forma, intentamos neste estudo, expor por meio de três capítulos o material analisado nesta pesquisa. No primeiro capítulo, serão abordados os aspectos teórico-conceituais e a metodologia que nos servirá de base para nossa análise. O estudo será edificado sob as bases teóricas da História cultural e da Psicologia Social, elencando alguns conceitos chaves como memória, cultura e identidade. Buscamos compreender, por meio desse viés, como o cotidiano de Carolina foi sendo permeado pela história e escrito em sua memória, destacando a sua relação de memória particular e as influências que essa recebeu por meio da vida social.

O segundo capítulo diz respeito a aspectos referentes à vida e obra de Carolina Maria de Jesus. No que tange à sua trajetória de vida é de nosso interesse saber sobre seu grupo familiar, a cidade de origem e sua inserção na mesma, o tempo no qual passou aí sua infância, os acontecimentos que marcaram sua vida particular, levando em conta suas relações e socializações. Nesse momento, tornar-se-á relevante destacar os meandros que contribuíram para constituir a história de vida de Carolina.

É também nesse capítulo que daremos destaque às suas obras publicadas, desde os escritos iniciais até a sua obra póstuma intitulada originalmente *Journal de Bitita* (1982). Destacando, desde já, a repercussão que a autora teve com a publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), e tal como seu momento de reconhecimento nacional e internacional deu espaço a uma rápida e catastrófica decadência da escritora, levando ao enfado o mercado literário e conseqüentemente ao seu esquecimento.

No terceiro e último capítulo, buscamos analisar a obra *Diário de Bitita*, observando como o seu mundo foi sendo estruturado dentro de si assim como se deu o espelhamento de sua identidade diante do outro. A acidez e as negativas da realidade concreta fizeram com que Carolina ora reproduzisse a mesmice de si, ora criasse coragem para reagir mediante as situações adversas que lhes era apresentada.

Por fim, como apêndice, apresentamos uma proposta de material didático pedagógico voltado para que professores do Ensino fundamental busquem trabalhar a questão identitária entrelaçada aquelas da memória e história do povo negro no Brasil republicano.

2 CONSTRUINDO UMA PERSPECTIVA TEÓRICA-METOLÓGICA

Na atualidade, marcada pela fragmentação do sujeito, passamos a entender a identidade do “Eu”, que representa o mundo como algo em constante mudança, metamorfoseando-se e transformando-se. As velhas identidades, que por muito tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, ao passo que surgem novas identidades decorrentes da fragmentação do indivíduo. Nesse contexto, que abala os quadros de referência que davam uma ancoragem estável aos indivíduos no mundo social, Hall (2015, p. 7-13) afirma que o sujeito que vivia uma identidade unificada, centrada e estável está se desagregando, se tornando fragmentado. Com esse movimento de instabilidade identitária, o sujeito passa a ser composto de várias identidades. A identidade, de fixa e estável, torna-se uma “celebração móvel”, sendo formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Esse deslocamento ou descentração do sujeito, tanto de seu lugar no mundo social e cultural como de si mesmo, constitui uma crise de identidade para o indivíduo. O crítico cultural Kobena Mercer (1990, p.43 apud Hall, 2015, p.10), defende que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

Se levarmos em consideração que os sujeitos assumem diferentes papéis para representar e nesses papéis apresentam múltiplas identidades, podemos concluir que para cada contexto social e cultural, lhe é exigido a representação de uma identidade tal, ou seja, há várias faces no processo de construção e de constituição da identidade. Se os sujeitos estão vivendo uma mesma identidade em esferas diferentes, ele o faz, pois encontra dificuldades de superação dessa cristalização identitária que as velhas formas de identidades produziam. Em Pesavento (2012, p. 89-90) podemos compreender que

Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença.

Ampliando a discussão e o conceito de identidade, destacamos que para além de representar, o “Eu” sente necessidade de se fazer pertencente a um lugar e grupo social; há

uma necessidade de ligação social, assim o mundo das representações se dá através da identidade individual que forma a identidade coletiva, de um todo. É nesse movimento que ocorre a interação dos sujeitos dentro de um grupo e por consequência pertencentes a uma sociedade que gera, produz uma cultura. Esta, por sua vez, só é possível ser transmitida, vivenciada e reconhecida socialmente se o que for produzido possuir e tiver uma atuação e significado público, se o ser humano teceu um sentido e se existir um código socialmente estabelecido, conforme Clifford Geertz (2012, p. 15-16, 20), assim tornando-se memória e estando gravada nas linhas da história.

Pierre Nora (1993, p. 9) considera que memória e história não são sinônimas, e que a memória necessita da história, como o ocorrido, e que é nas malhas da primeira que vão se constituindo as linhas da memória, a qual, por sua vez, desaparece aos poucos depois da tessitura por completo da História como conhecimento. Além do mais esse autor defende que a memória é transmitida adiante através dos grupos sociais vivos, sendo vida e estando submetida e aberta a todo e qualquer nível de esquecimento e lembranças, estando susceptível a deformações, vulnerável a usos e manipulações.

Para Jacques Le Goff (1990, p. 477),

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.

Assim, é na história, como processo social de mudanças e permanências, no qual se insere os homens, que a memória se instaura procurando guardar o passado, e por meio dela a História, conhecimento, pode buscar estudar o presente e compreender o futuro. Porém, nesse campo, deparamos com os conceitos de memória individual e memória coletiva. Segundo Maurice Halbwachs (2006, p. 29), recorreremos a testemunhos diversos para reforçar ou enfraquecer e ainda completar aquilo que sabemos de um dado evento do qual muita circunstância permanece obscura para nós, e o primeiro testemunho a que podemos recorrer, será sempre o nosso, a nossa memória individual, que é uma espécie de testemunha que depõe sobre o que viu, mas também sobre o que realmente não viu, porém, que tenha sido visto com base no olhar dos outros, nas recordações e numa memória coletiva.

Assim podemos recorrer a nossas lembranças, a nossa memória individual, mas também a de outros, e nesse processo, nossa confiança nas recordações são maiores se ancoradas em muitas pessoas. A seu ver, mesmo estando sós em um lugar ou evento, nossas lembranças são coletivas e são lembradas também por outros. Logo, nunca estamos sós; sempre levamos conosco, e em nós, uma quantidade de pessoas; não pensamos e nem sentimos sós, pois nos situamos em um grupo ou em grupos sociais, experimentamos suas influências, permanecemos em contato com elas, e o grupo em comum, com o qual nos identificamos, torna nossas lembranças mais consistentes. (HALBWACHS, 2006, p. 29, 30-3). No entanto, de qualquer forma, “História e Memória são representações que se propõem uma reconstrução do passado e que se poderia chamar de registro de uma ausência no tempo.” (PESAVENTO, 2012, p. 94).

Michael Pollak (1992, p. 201), por sua vez, questiona, portanto, quais seriam os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva? Consoante esse autor essa constituição, como supradito, se dá de dois modos:

Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho e relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Nesse contexto, recorreremos à ideia de identidade para admitirmos um sentimento de pertencimento do qual todos são tomados durante a construção individual e social da memória, fazendo com que haja uma identificação entre as pessoas e os grupos nos quais essa imagem de si se formou. Portanto, a memória é uma experiência histórica a qual cada indivíduo se sujeita para escrevê-la. Pollak (1992, p. 207) afirma: “Se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é.” Desta forma, os diversos tipos de fontes, tanto oral quanto a escritas, e outras ainda, devem servir e contribuir para a análise da história.

Portanto, nessa esfera das representações, na qual está inclusa a Memória e a História, podemos recorrer ao imaginário social na busca de ler ou interpretar uma dada realidade histórica e cultural. Para Pesavento (2012, p. 43) “[...] o imaginário é um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo.” Assim, temos que o imaginário além de ser construído

coletivamente e ser diferente de cultura para cultura, não é algo imutável, mas histórico e datado, sendo que em cada tempo e lugar os sujeitos constroem imagens de si e dos outros, de suas sociedades e práticas.

Assim, o imaginário social abarca “os bens simbólicos, que qualquer sociedade fabrica” e constituem-se em objetos “de lutas e conflitos encarniçados”, pois todo poder impõe uma hierarquia entre eles e procura monopolizar certas categorias de símbolos e controlar as outras. Logo, há uma intervenção efetiva e eficaz das representações e dos símbolos nas práticas coletivas, bem como na sua direção e orientação, conforme Bronislaw Backzo (1984, p. 298-9).

Desta forma, refere às representações e às imagens elaboradas sobre os mais variados aspectos da vida social, da atividade global dos agentes sociais, que se manifestam em seus diversos produtos. Eles, os imaginários sociais, constituem-se em “pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz e através do qual [...] ela se percebe, divide e elabora os seus próprios objetivos”, sendo produtos sociais por meio dos quais “uma coletividade designa a sua identidade; elabora certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’...”. Logo, é “uma representação global e totalizante da sociedade como uma ‘ordem’ em que cada elemento encontra o seu ‘lugar’, a sua identidade e a sua razão de ser.” (BACKZO, 1984, p. 309, grifos do autor).

O imaginário social, elaborado e consolidado por uma sociedade “é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais”, sendo “uma das forças reguladoras da vida coletiva”, ao indicar aos indivíduos seu pertencimento à mesma sociedade e definir também os meios inteligíveis de suas relações com ela, com suas divisões internas e suas instituições sociais. (BACKZO, 1984, p. 309-10).

Da mesma forma que o imaginário coletivo é construído socialmente, podemos dizer que o mesmo ocorre com a cultura, pois esta é sempre resultado de uma prática humana, não sendo pensada por meio do particularismo, mas sim se dando no âmbito da esfera pública. Para Geertz (2012, p. 24) o conceito de cultura está para além de “[...] um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível [...]” Cultura, que segundo esse autor, é um sistema de signos interpretáveis, de símbolos com significados que os próprios seres humanos teceram os quais são entrelaçados como em uma teia. Assim, ele assume a Cultura como sendo essas teias que

tem seus significados decifrados por meio de um procedimento interpretativo (GEERTZ, 2012, p. 15).

Conforme o exposto, o conceito de representação está diretamente relacionado com o processo de construção identitária e de reconhecimento das identidades sociais, assim como o de memória, apontado como elemento primordial na elaboração das identidades individuais e coletivas e de sentimentos de pertencimento a um grupo ou sociedade, como ocorre, ainda, com a noção de imaginário social como produto humano por meio do qual uma coletividade designa suas identidades e que esta atrelada, por sua vez, àquela de cultura.

Nesse contexto, na busca de entender o sujeito e suas formas de inserção social e de resistências frente às ameaças de vida no sistema capitalista, recorreremos, ainda, às contribuições da Psicologia Social Crítica. Segundo Aluísio Ferreira de Lima (2010, p. 3), a Psicologia Social Crítica, carrega em seu bojo uma postura libertária, pois

[...] parte da crítica das bases epistemológicas da psicologia, da discussão do potencial de transformação ou manutenção da realidade a partir da produção científica e utiliza-se das contribuições advindas da virada linguística e do pensamento pós-metafísico.

Encontramos nesse campo do conhecimento autores como Antonio da Costa Ciampa, cuja linha de pensamento está voltada para a realidade brasileira, discutindo a identidade de indivíduos situados social e historicamente numa sociedade de classes. Rodeado dessa realidade social, Ciampa (2007) afirma que identidade é metamorfose, portanto, o homem é um vir a ser, um produto inacabado, que sofre constantes transformações ao longo da sua formação identitária. Pensar a respeito das teorias da identidade nos remete ao plano dos papéis sociais, pois é por meio desses que será possível conceber uma identidade humana, como já mencionado.

Porém, não obstante o fato da identidade ser metamorfose, ela também pode cristalizar-se. Estamos sempre em busca do novo, inclusive de novos papéis para exercermos e quando esses se tornam impossíveis de serem encenados, repetimos o mesmo papel, encenamos a mesma personagem. A esse movimento de re-posição de personagens, Ciampa (2001) nomeia de mesmice de si imposta, visto que mesmo havendo possibilidade de mudanças, o indivíduo permanece, por algum tempo, repetindo esse papel e apresentando a mesma figura. Por outro lado, se há interesse de uma identidade mais conveniente do que a anterior, aquela da mesmice de si imposta, entendemos que o indivíduo faz um movimento de mesmidade ou de luta por emancipação.

Para além de entender a identidade como algo individual, ela também é coletiva, quando parte daquelas relações que são estabelecidas nos grupos, seja ele religioso, educativo, profissional, familiar. Dentro desses grupos, o ser humano socializa-se, se humaniza e se constrói, sendo a identidade história, possibilidades, portanto movimento da concretude.

Ciampa (2002a) em suas análises da história de vida de uma personagem real, “Severina” (nome fictício), leva em conta os papéis que essa desempenhou ao longo de sua trajetória social em busca de emancipação. Para Paulino-Pereira (2014, p. 27), a emancipação é entendida como categoria ético-política, pois, à medida que ocorre uma transformação identitária, as novas relações interpessoais que se desenvolvem no cotidiano do indivíduo possibilitam nova consciência de si no mundo. Para Ciampa (2002a), considerando o caso de Severina, a busca do reconhecimento de si no mundo, desenvolve um processo de emancipação e humanização de si.

Uma das formas de expressão e representação da cultura de um povo é através da arte, em especial da literatura, pois é através dessa que a língua, como instrumento de comunicação e também produtor de identidades, realiza algumas de suas funções sociais, se fazendo conhecida e tornando-se possível a sua manifestação. Além do mais, percebemos uma estreita relação entre a História e a Literatura que são formas diferentes de observar, dizer e descrever o mundo. Para Pesavento (2012, p. 81-82), a História e a Literatura são capazes de

[...] explicar o presente, inventar o passado e imaginar o futuro. São ambas formas de representar inquietudes e questões que mobilizam os homens em cada época de sua história e, nesta medida, possuem um público destinatário e leitor. A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos [...]. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário.

Através da literatura é possível ao homem lidar com suas necessidades, anseios, expectativas, sonhos e sublimar os seus desejos e fantasias, além de se reconhecer enquanto sujeito no mundo em que está. Sem falar na possibilidade de reencontro das épocas passadas com a contemporaneidade que ela proporciona e o contato com as gerações passadas. Por conseguinte, acessar um texto literário, seja ele uma figuração do tempo atual ou passado é poder acessar relações sociais e culturais que naquele estão ancoradas e resguardadas de cair no esquecimento.

Antonio Candido (2004) aponta que a literatura tem uma função humanizadora e transformadora, devido a sua complexidade enquanto forma de representação não só da

cultura, mas das emoções de quem escreve e de quem lê, bem como é conhecimento no sentido amplo da palavra. L. M. Barone (2007, p. 116), por meio de Walter Benjamin destaca outra característica da Literatura, que está baseada na “[...] ideia da função terapêutica da narrativa, na medida em que narrar permite a transmissão de ‘experiências’ humanas e ao narrar é possível organizar experiências traumáticas, caóticas, díspares, abrindo espaço para a construção ou reconstrução da identidade e do mundo do leitor.”

Na medida em que entendemos que a literatura é formadora de identidades culturais, podemos perceber o quanto de nós há na literatura, pois começamos a identificarmo-nos com os momentos históricos vividos, figurados e compartilhados entre nós e o social. Como vimos, essa identificação ocorre através do imaginário veiculado e experimentado em comum entre os sujeitos sociais. Na esfera ampla da produção literária, um gênero literário que consegue nos envolver e desvelar o mundo da representação, o campo do imaginário é o estilo de escrita autobiográfica, uma das formas de narrativas de si.

Leonardo dos Santos Neves e Helder de Moraes L. Pinto (2013, p. 9) destacam que o “[...] gênero (auto) biográfico tem sido objeto de estudos por historiadores - “micro-historiadores”-, na medida em que coloca no centro da atividade de pesquisa dois problemas nucleares e pouco resolvidos para a História: a memória e a relação entre indivíduo e meio social.” Narrar sobre si, portanto, narrar sobre a história de si é permitir-se entrar no mundo onde articular lembranças e vivências passa a ser o ponto central da escrita na qual impera a experiência.

Bella Jozeff (1997, p. 217) considera que a crescente importância da autobiografia na atualidade está relacionada com uma revolução intelectual marcada pelo surgimento de uma forma moderna de consciência histórica. Esse gênero textual é uma experiência “de alguém que quer contar sua vida para dizer quem é”, e engloba uma série de escritos ligados à emergência do “eu” no espaço da modernidade, sendo lugar no qual se problematiza a construção do “eu”. Logo, as experiências e o registro da realidade pessoal são aspectos primordiais da autobiografia, que está associada, ainda, ao contexto histórico-social em que foi produzida, possuindo a capacidade de trazer, muitas vezes, informações preciosas sobre o período do qual se origina, contribuindo, assim, para mudanças políticas e sociais. Em seu bojo a memória individual dialoga com o coletivo, redimensionando a realidade passada. Aí as lembranças se apoiam em fatos e acontecimentos históricos, ampliando aspectos da história, e trazendo detalhes de cenários pouco iluminados pelos refletores históricos. (SANTOS, 2010, p. 13).

Para Mônica Santos de Souza Melo e Lucas Piter Alves Castro (2010, p. 142) a escrita autobiográfica tem a capacidade de recriar o passado por meio da memória. “E tendo a memória como ponto de partida, deve-se perguntar como o autor interpreta os fatos, como ele constrói a sua imagem neste jogo de calar e dizer que é a narrativa com pretensões factuais.” Assim, o material da narrativa é gestado a partir e por meio do conteúdo mnemônico de cada pessoa, independentemente se ela irá colocar no papel ou não as suas lembranças.

Dessa forma, vemos em Marcela Ernesto dos Santos (2010, p. 13) que

O tema primordial da autobiografia são as experiências concretas e o registro da realidade pessoal. Não podemos deixar de mencionar que a escrita do eu está associada ao contexto histórico-social em que foi produzida, sendo capaz de trazer, muitas vezes, informações preciosas sobre o período do qual foi fruto, e assim, contribuir para mudanças políticas e sociais.

Sob essa mesma perspectiva o Philippe Lejeune, especialista em escrita autobiográfica, aponta que esse gênero pode ser definido como um “Relato retrospectivo em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, pondo ênfase em sua vida individual e, em particular, na história de sua personalidade” (LEJEUNE, 2008, p. 14).

A partir do manuscrito intitulado *Minha vida, Diário de Bitita* lê o presente de Carolina, no momento da escrita, pelo passado. A infância pobre em Sacramento, Minas Gerais, guardava um segredo: estava escrito nas linhas do tempo que dali sairia uma poetiza. Bitita, “a negrinha”, iria se transformar na escritora Carolina Maria de Jesus. (SOUZA, 2011, p. 88).

Dessa forma, como é próprio de toda obra autobiográfica, consoante Lejeune, Carolina começa seu diário pelo relato da infância, inclusive revelando seu apelido de criança, ocasião para o narrador-personagem buscar nas dobras do passado conteúdo para iluminar o presente. Esse relato autobiográfico era para ela uma forma de encontrar no passado uma resposta para a razão de seu sucesso. No meio do turbilhão em que sua vida se tornou após o lançamento de *Quarto de Despejo*, o passado no interior do país proporcionava uma pacificação interna, amenizava o sofrimento pela memória da infância, tempo talvez de mais alegria, apesar da pobreza. Ainda de acordo com Souza (2011, p. 88-89), Carolina queria ser dona de sua história e de seu sucesso e recusar ao mesmo tempo ser objeto nas mãos dos editores. Não se identificando com o jogo do mercado, por trás de todo grande lançamento cultural, ela queria confirmar sua independência. A saída foi o oráculo revelado no passado remoto, o que traçou um novo marco para sua vida. Assim a escritora quis revelar ao público o que só ela sabia: o

ofício da escrita estava no destino. Portanto empreendeu essa retrospectiva que fez de si mesma.

A escrita autobiográfica, em especial, as formas de diário e memória, atreladas a dupla marginalização vivida pelas mulheres negras, possuem características do universo confessional, como a presença do eu enunciador e a rememoração de um passado coletivo, como podemos observar na narrativa de Carolina e em sua busca pela própria identidade, meio às práticas sexistas e racistas por ela vivenciadas. (SANTOS, 2010, p. 12).

No livro, a autora narra suas memórias da infância e adolescência num contexto e cenário marcado por desigualdades sociais e preconceitos. Suas reminiscências exploram a fundo as experiências de exceção que Bitita vivenciara, expondo seu passado, suas descobertas e o processo por meio do qual o eu passado tornou-se o eu presente. Dessa forma, a escrita de suas memórias é de certo modo epifânica, pois a escritora, distante do momento vivido, lança um olhar mais sensato e até arbitrário sobre as situações narradas. (SANTOS, 2010, p. 17).

Quando narramos estamos publicizando uma história, e em se tratando de construção escrita o processo pode ser doloroso, pois, como afirma Pollak (1992, p. 213) “[...] uma pessoa a quem nunca ninguém perguntou quem ela é, de repente ser solicitada a relatar como foi a sua vida, tem muita dificuldade para entender esse súbito interesse. Já é difícil fazê-la falar, quanto mais falar de si.”

Mas porque dizer de nós parece ser algo tão difícil de fazer? Acreditamos que ao tentarmos construir essa fala, muitas coisas ocorridas são revistas e buscamos acessar o significado delas, além do mais, garimpar a nossa memória é fazer o que passou ou está acontecendo reviver. No entanto, por mais simples que pareça, essa atividade pode se apresentar marcada por nostalgia para uns e realizadora para outros: enquanto nostalgia, lembrar é viver; enquanto realização, lembrar é se conhecer. Porém, sabemos que por meio da História, como conhecimento, não podemos reviver o ocorrido, mas apenas reconstruir dimensões do acontecido por meio dos vestígios do passado a que temos acesso, pois se a memória é a vida e sempre carregada por grupos vivos, como já foi dito, a história, por sua vez, é problematizante e conceitual. Conforme Nora (1993, p. 9), “A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais”, figurando como “uma representação do passado” por meio de uma operação intelectual e laicizante, que demanda análise, interpretação e discurso crítico, e “só conhece o relativo”.

Candido (2004, p. 55) ratifica o supradito acerca da literatura ao apontar que:

[...] a criação literária corresponde a certas necessidades de representação do mundo, às vezes como preâmbulo a uma práxis socialmente condicionada. Mas isto só se torna possível graças a uma redução ao gratuito, ao teoricamente incondicionado, que dá ingresso ao mundo da ilusão e se transforma dialeticamente em algo empenhado, na medida em que suscita uma visão do mundo.

Dessa forma, ao escolhermos o livro *Diário de Bitita* como fonte documental e como testemunho da experiência de Carolina e de seu grupo social, devemos atentar à especificidade e à complexidade do gênero literário com o qual nos propomos trabalhar – autobiográfico. Enquanto pesquisador, nossa proposta será sempre o de buscar e aprofundar o conhecimento acerca das questões do sujeito inserido na história e sua relação com o meio social e cultural. Assim, procuramos através do olhar da autora - Carolina Maria de Jesus – reconstruir não só dimensões de uma vida pessoal, mas também facetas de uma sociedade e de uma época passada, cheias de elementos a serem analisados que nos auxiliarão a entendermos como se estruturava e se constituía o social do ponto de vista de uma mulher, negra e pobre.

O ser humano é histórico e cultural. É um vir a ser constantemente munido de fatores sociais, culturais e históricos que o cerca. Assim, compreender a si e ao outro requer pensar as inter-relações do indivíduo com a sociedade e a cultura. Nas ciências humanas recorremos aos indivíduos inseridos em instituições e grupos sociais como objetos de estudos e de análises na intenção de atingir ou alcançar a compreensão de dadas dimensões de suas experiências e práticas em sociedade. Desse modo, buscamos pensar e compreender como eles se estabelecem socialmente ao criarem laços e afinidades com outros seres dentro de tais agrupamentos, ao serem aceitos ou rejeitados como membros da sociedade ou grupo social, ao participarem, pertencerem e se firmarem enquanto seres que têm vozes e que pensam, que são conscientes e agem nesse meio e sobre ele, portanto sendo homens em movimento.

Toda essa constituição se dá no e pelo cotidiano. De acordo com a filósofa Agnes Heller, a vida cotidiana é a vida do homem por inteiro. Todos nós vivemos, sem exceção, na cotidianidade, é aí que nossas ações e relações se dão, é nesse lugar que o homem exerce sua atividade transformadora, é vivendo e agindo nela e sobre ela que a sociedade e a cultura vão se constituindo e as experiências recebem sentidos, significados. (HELLER, 1992).

Para Jorn Rüsen (2010) a nossa formação não se dá só por meio da História, como disciplina científica, mas, sobretudo da história como processo experienciado de modo informal no cotidiano. Independente das fontes diversas que nos informam no dia a dia, estamos sempre gerando uma consciência histórica. A consciência histórica é a suma

operação mental pela qual os seres humanos interpretam as suas experiências, dando significados a elas.

Dessa maneira, o homem coloca em funcionamento “[...] todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias” (HELLER, 1992, p.17). É na relação com o outro e com o mundo que o cerca que os laços sociais vão sendo estabelecidos, surgindo possibilidades de o indivíduo perceber e representar o seu Eu. Peter Burke (1992, p. 25), defende que “[...] visto de seu interior, o cotidiano parece eterno. O desafio do historiador social é [justamente] mostrar como ele de fato faz parte da história, relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos [...]”

A História empreende tentativas de, partindo do presente, recorrer ao passado na busca de entendê-lo, e assim compreender o presente e projetar o futuro, assistindo ou perscrutando a trajetória do homem como ser social no presente. A História procura questionar as “mentalidades” forjadas no transcorrer de tempos de longa duração, bem como imaginários edificadas que tanto projetam futuros democráticos e libertários quanto maculam e oprimem os indivíduos e a sociedade, de modo geral. Podemos afirmar que nós nos tornamos humanos ao configurarmos como seres sociais, ao inserirmos dentro de um grupo, dentro da coletividade. Contudo vivemos em um sistema - capitalista - que tende a quebrar, a fragmentar o social e romper os laços dessa nossa permanência dentro do coletivo, pois é através deste que nós conseguimos nos organizar e nos perceber como seus produtores e como seus produtos, como pertencentes a ele ou não, seja para articular ideias e ações que buscam mantê-lo e conservar, seja para romper com o *status quo*, para lutar pela conquista de liberdade e independência.

Quando nascemos não nos distinguimos de imediato de qualquer outro animal. Assim, o que nos faz seres humanos? Ou melhor, como somos inseridos na sociedade? Como internalizamos a linguagem, uma vez que é por meio dela que iremos nos perceber e expressar? Essas são algumas perguntas que os estudiosos têm usado para direcionar as pesquisas acerca desenvolvimento e compreensão do Homem.

O que nos torna humanos é a cultura. Os povos são regidos pela cultura, ou melhor, por culturas, no plural. Esta, ou estas, por sua vez, dita ou estabelece os modos de vivência dos indivíduos dentro de uma dada sociedade. Depois de instituída imaginariamente a sociedade, ela própria se encarrega de transmitir as balizas que constituem os aspectos culturais aos novos indivíduos que, paulatinamente, vão integrando o grupo, com suas normas, seus valores e suas regras acessados por meio da socialização e interação social, mas

que também são transformados pela ação dos mesmos como produtores do social e da cultura. Nesse mesmo movimento será ditado como os papéis sociais deverão ser desempenhados e se desenrolarão, ocorrendo mudanças caso precise. Assim a cultura é partilhada e perpetuada, mas também modificada por uma sociedade, pelos indivíduos e por grupos deles que inventam o novo, que pode ou não ser aceito pela sociedade. Consciente ou inconscientemente essas modificações ocorrem no decorrer da história e de acordo com o pensamento do Homem dentro dela.

Clifford Geertz (2012), como já dito, entende a cultura como uma teia de significados tecida pelos homens e na qual eles mesmos se encontram presos. Essa teia orienta, em certa medida, a existência humana. Assim, entendemos por cultura toda produção humana com significados estabelecidos socialmente e partilhados pelos membros da sociedade. Pensando a cultura como um campo simbólico, com significados instituídos e compartilhados por um grupo de indivíduos, ela é plural e diversa conforme as sociedades também o são, de acordo com seus modos de vida, valores e normas, que são característicos de sociedades particulares ou específicas.

Para Chartier (1990) a cultura expressa maneiras de ser, existir no mundo e o ver, sendo um instrumento e veículo produtor de identidades sociais, não podendo ser pensada apenas em relação às instâncias, instituições e produtores oficiais, mas por uma diversidade deles, inclusive informais, e em relação, ainda, aos usos, costumes e práticas sociais variadas (BARROS, 2011, p. 17). Diferente do que é propagado, nós, seres humanos, ao existirmos, já estamos produzindo cultura por meios dos vínculos e significados que criamos. José D'Assunção Barros (2011, p. 13), defende que não precisamos necessariamente ser “[...] um artista, um intelectual, ou um artesão” para produzirmos cultura. Ainda de acordo com este “ao escrever um livro, o seu autor está incorporando o papel de um produtor cultural. [...] A leitura, enfim, é prática criadora [...]”

Ao passo que nós nos representamos, que produzimos figurações e imagens de nós e dos outros, tornamos visível o ser humano que habita em nós e que se relaciona com outros, munidos de uma socialização abstraída da cotidianidade. Quando nos relacionamos com o outro o fazemos por meio da cultura, lidamos e transmitimos cultura e nesse movimento nos fazemos reconhecidos, aceitos ou rejeitados. Agimos com cautela com receio de não sermos aceitos e para não passarmos a ideia de uma falsa representação. Esta falsa representação ou o agir conforme novos parâmetros e ideias sem conformação com a sociedade e sua cultura, por sua vez, podem acarretar culpas, vergonhas e medos, bem como a rejeição e humilhação e, até

mesmo, perda de reputação mediante o grupo de indivíduos ou sociedade a qual pertence o indivíduo (GOFFMAN, 1985).

Para Edgar Morin, o humano é ao mesmo tempo um ser “plenamente biológico e plenamente cultural”, que se realiza enquanto ser social e histórico, única e exclusivamente na e pela cultura. Assim “o homem é, portanto, um ser plenamente biológico, mas se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível. A cultura acumula em si o que é conservado, transmitido, aprendido, e comporta normas e princípios de aquisição.” (MORIN, 2011, p. 47).

O Homem nos anos iniciais de sua vida ainda é um animal e, a sociedade luta todo dia para negar essa condição animal por meio dos processos de socialização e humanização. Para tanto, utiliza-se como recurso de negação ou domínio e domesticação dessa plenitude animal, a cultura, que possibilitará a sua socialização e, conseqüentemente, seu convívio em meio à sociedade, na qual estabelece relações e interações interpessoais. À medida que se faz essa socialização o comportamento do ser humano estará em diálogo e em torno do mundo simbólico, imaginário, linguístico e representacional.

Se por ventura negarmos a nossa condição de ser histórico e social, estamos conseqüentemente negando a condição de Homem/Ser humano. Vivemos o limiar de Homem/animal, ora numa categoria ora em outra. Não somos seres predeterminados, como uma semente que hoje carrega em seu íntimo uma planta. O homem pode seguir uma miríade de possibilidades, contudo não está de todo livre das amarras do processo histórico, tampouco do mundo material e subjetivo que o rodeia, empurrando-o para a vivência de determinadas situações.

Entender o ser humano em seu processo contínuo de hominização é diferenciá-lo do animal, aquele irá produzir condições de sua existência que vai sendo constituída de sentidos e significados, para o seu bem e para os outros seres que o rodeia. (CIAMPA, 2007). Wanderley Codo, (2007, p. 50) ratifica o exposto acima ao afirmar que

O homem produz sua própria existência, portanto produz a si mesmo, para tanto se relaciona com os outros, portanto produz e é produzido pelo outro. Portanto, a dupla relação [...] entre organismo e meio se dá mediada pela dupla relação consigo mesmo.

É dentro de grupos e instituições na sociedade que o homem vai desenvolvendo ou desempenhando papéis sociais que irão demonstrar seu lado cultural e simbólico, bem como materialista, histórico e dialético. Cultural e simbólico por tudo que dissemos antes sobre a concepção de cultura. Materialista por que estamos lidando com o concreto, o real, o ser em

si. Histórico porque ele é personagem de um enredo, de condições, de circunstâncias que regem o mundo e é dialético, pois ele está em movimento, seja ele de progressão ou regressão do seu próprio eu. Nas palavras de Silvia T. M. Lane (2007, p.41)

O homem como ser ativo e inteligente se insere historicamente em um grupo social através da aquisição da linguagem, condição básica para a comunicação e o desenvolvimento de suas relações sociais e, conseqüentemente, de sua própria individualidade.

Assim, a linguagem tem conseqüências importantes para a questão das diferenças e das identidades culturais e na própria produção das representações. As linguagens são aspectos e invólucros formais dos produtos. Por meio delas, os grupos e as classes sociais vêm, sentem, interpretam e expressam o mundo singular e contraditório, por vezes. (LANE, 2007). A linguagem é profundamente complexa e é, sobretudo, marcada pelo momento histórico, pelas contradições sociais e pelos conflitos nas formas de ver e pensar o mundo, seja advindos de classe, de geração, de gênero, de grupo étnico... O mundo social é linguagem, e o próprio mundo e o homem se tornam sujeitos por meio dela.

Podemos considerar, ainda, que a linguagem é representação, ela diz sobre as coisas, mas não é a coisa em si. Ela representa o pensamento e se desenvolve no interior da representação. Constrói identidades, cria imaginários e estabelece a memória. A função da linguagem é nomear coisas e associá-las, dar a elas significados e sentidos. Por meio da linguagem o ser humano exprime seu conhecimento e sua identidade, como cada sociedade possui seu modo particular de linguagem.

Consoante Axel Honneth (2003) a condição para a individuação não inclui só a socialização. Para ele, não basta somente à interação e as relações com os outros para que se dê a construção das identidades, estas precisam, sobretudo, serem reconhecidas intersubjetivamente pelos demais para se formarem. Estamos, nas palavras dele, lutando para sermos reconhecidos como seres sociais que faz parte dessa realidade. Para Delgado (2006, p. 36, grifos do autor), a História e a memória têm como fundamental tarefa impedir o ser humano de perder referências que dizem respeito à construção de suas identidades individuais e coletivas “[...] que, mesmo sendo identidades *em curso*, como afirma Boaventura Santos (1994), são esteios fundamentais do auto-reconhecimento do homem como sujeito de sua história.”

Em uma narrativa, como a que recorremos em nosso estudo, percebe-se que todo processo mnemônico da autora, ocorre em dois campos. O primeiro, que diz respeito a um

tempo individual, privado, que está presente nas lembranças de Carolina, como a figura da mãe, do avô, bem como da professora, do período que passa na escola, e da fazenda. Já o segundo campo, trata do tempo coletivo ou público. Trata-se de uma memória seletiva e reconstruída, pois o *Diário* leva em conta alguns acontecimentos selecionados de sua vida, nos quais pontos marcantes e constitutivos de sua identidade ganham destaque na escrita. A demanda identitária seleciona e reconstrói fatos pertinentes a visões do passado que se quer edificar e perpetuar. A identidade é algo que paulatinamente ao correr ou transcorrer das experiências e trajetória de vida de cada indivíduo vai sendo adquirida, construída, exercida, enquanto a memória, por outro lado, que vem desde o nascimento, advém das lembranças marcantes, embora algumas não se apresentem como relevantes, ao menos a nossos olhos, mas que devem ter dada importância na lógica estabelecida pela escritora.

Como afirma Joel Candau (2012, p. 98-99), as memórias podem ser comparadas a museus particulares,

[...] aos quais está associado certo 'nível de evocabilidade' ou de memorabilidade. Eles são representados como marcos de uma trajetória individual ou coletiva que encontra sua lógica e sua coerência nessa demarcação. A lembrança da experiência individual resulta, assim, de um processo de 'seleção mnemônica e simbólica' de certos fatos reais ou imaginários - qualificados de acontecimentos - que presidem a organização cognitiva da experiência temporal.

A trajetória individual e coletiva dos indivíduos resulta em identificações, ou melhor, na criação de uma identidade ou de identidades que abarcam ambos os campos. Por meio da memória, as pessoas estabelecem relações de pertencimento a um grupo, ora distanciando-se para se reconhecerem como tal, ora aproximando-se para não se perderem enquanto sujeitos sociais. Por meio desse exposto, Michael Pollak (1992), defende que a construção de nossa identidade é na verdade, negociada e referenciada com os outros. É por meio dessa construção que o Eu ganha aceitabilidade e crédito, pois as pessoas avaliam e são avaliadas, sendo aceitas ou não no mundo que buscam construir.

Ora, apontamos dois conceitos que dizem respeito à memória, coletiva e individual. Contudo, Pollak (1992), chama a atenção para um desdobramento da memória coletiva, agora nomeada por ele de acontecimentos “vividos por tabela.” Ou seja, são acontecimentos

[...] vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais

longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 202).

Um fator a ser observado, é que o indivíduo socializado e inserido no micro e macrocosmo será sempre um ser particular e genérico. Particular, pois carrega sua subjetividade e sua singularidade; e genérico, pois é também um ser de representação social, que faz parte de um todo, de uma nação, de uma cidade, de uma instituição, de um grupo de indivíduos. Carolina M. de Jesus, em seu *Diário de Bitita*, usa como palco e cenário para representar boa parte dos papéis que desempenhou e das experiências que vivenciou em certo período, sua cidade natal, onde era a menina-mal-educada, filha, irmã, neta, aluna, etc., como iremos ratificar mais adiante; bem como a estrada, por onde foi Carolina-migrante, e enquanto tal errante.

Ao nascermos fazemos parte de um grupo, denominado família, e esta, por sua vez, nos introduzirá no mundo, com seus valores, suas leis, sua cultura ou culturas e *modus operandi* da sociedade. Ocupamos, no decorrer do tempo *status*, significado pelo qual nós somos vistos pela sociedade. O *status identidade*, conforme Persio Santos de Oliveira (2002), diz respeito ao *status* que nos é implicado desde criança. Na trajetória de Carolina vimos que ela adquiriu a alcunha carinhosa de *Bitita*¹. Esse momento ocorre no seio familiar ou como apontam Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1999), através da socialização primária.

Posterior a essa socialização, quando o indivíduo cresce e cria teias com os outros membros da sociedade, ele também exerce papéis sociais que vão sendo desenvolvidos e exercidos, conforme o contexto em que se está inserido. E, por meio das instituições e grupos, o sujeito vai constituindo um *status adquirido*, pois é a própria sociedade que constitui esses papéis em permanente construção e des-construção. Nossa personagem Carolina, torna-se migrante; mãe; escritora; favelada. Quando nos inserimos no mundo simbólico e também concreto, Berger; Luckmann (1999) denomina de socialização secundária, conforme desenvolvido a seguir.

De acordo com os autores supracitados (BERGER; LUCKMANN, 1999), a socialização dos indivíduos se dá em dois níveis diferentes. Primeiro, através da socialização primária, que por sua vez estaria intimamente ligada à família e seus valores, ou seja, a percepção de mundo que o indivíduo recebe estará embasada na visão de seus pais. Por fim, da socialização secundária, que decorre da relação entre o indivíduo e as outras instituições, avançando sua

¹ Embora tenhamos buscado nos documentos biográficos, não encontramos nenhuma explicação que justifique o significado de seu apelido.

integração no meio cultural ou simbólico e inserindo-o nos meios de produção e no mundo objetivo e concreto. Vejamos a seguir que

[...] socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade. (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 175).

É por meio da socialização permanente, que segue ao longo da vida, que os autores defendem a ideia da construção de uma identidade já nos anos iniciais da vida da criança, aonde essa mesma vai, paulatinamente, recebendo e atribuindo valores e reconhecendo o seu lugar no mundo.

A apropriação subjetiva da identidade e a apropriação subjetiva do mundo social são apenas aspectos diferentes do mesmo processo de interiorização, mediatizado pelos mesmos outros significativos. A socialização primária cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral. (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 178)

Assim, nosso primeiro grupo social com o qual entramos em contato, geralmente, é a família. É ela que, em geral, dará o nome à criança que virá, podendo ocorrer por convenção de todos, dos pais, dos avós ou, de modo mais restrito, por opinião somente dos primeiros. Antonio da Costa Ciampa (2007, p. 63), nos aponta que o primeiro nome (prenome) que adquirimos nos diferencia dos nossos familiares e parentes, enquanto que nosso sobrenome nos aproxima da família.

Portanto, esse autor destaca, ainda, que “diferença e igualdade. É uma primeira noção de identidade.” Igualamo-nos enquanto corpo e nome social da nossa família e nos diferenciamos enquanto Eu, por nossa singularidade. Nasci, estou crescendo nessa família, logo esses são meus pais, esses são os meus irmãos, esses são os meus parentes.

No que refere à metodologia que utilizamos, pode-se dizer que ela está pautada nos pressupostos da História Cultural e da Psicologia Social Crítica, visto que estabelecemos diálogo com autores dessa perspectiva historiográfica que trabalham com os conceitos de identidade, memória, representação, imaginário, cultura e que recorrem a Literatura como fonte documental e testemunho histórico. Desse modo, também, seguimos suas pegadas no que refere ao aparato metodológico desta investigação.

O método é o caminho pelo qual o pesquisador usará para realizar a pesquisa e possibilita situar cada momento da mesma. De acordo com Demo (1987, apud OLIVEIRA, 2011, p. 9),

[...] a metodologia é uma preocupação instrumental, que trata do caminho para a ciência tratar a realidade teórica e prática e centra-se, geralmente, no esforço de transmitir uma iniciação aos procedimentos lógicos voltados para questões da causalidade, dos princípios formais da identidade, da dedução e da indução, da objetividade, etc.

Esta é uma pesquisa de caráter qualitativa, que segundo B. Miranda (2008), é um tipo de investigação indutivo e descritivo, na medida em que o investigador desenvolve conceitos, ideias e entendimentos a partir de padrões encontrados nos dados. Consoante Robert Bogdan; Sari Biklen (2003), a pesquisa qualitativa abarca alguns conceitos básicos característicos desse tipo de estudo, que são: o ambiente social, os dados descritivos, a preocupação com o desenvolvimento do processo e com o significado dos dados na análise indutiva.

Para a obtenção do aporte teórico e conceitual que nos dará suporte na pesquisa utilizaremos os recursos da pesquisa bibliográfica. Essa técnica nos permite tomar conhecimento do material científico já produzido por outros pesquisadores a respeito de um determinado tema, assunto ou tese/problema que possa ser pesquisado, o qual nos possibilita estabelecer um diálogo com as diversas fontes e interpretar os dados ali colhidos. (LAKATOS; MARCONI, 2001). Dessa forma, nosso procedimento é recorrer ao texto literário de Carolina Maria de Jesus, *Diário de Bitita*, bem como a outros textos, como livros, capítulos, artigos científicos, dissertações e teses, que tratam da temática eleita e da trajetória e obra de nossa testemunha, a escritora Carolina Maria de Jesus.

Para Lakatos e Marconi, a pesquisa bibliográfica,

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 183).

Tendo por objeto de estudo um livro em formato de diário, cabe a nós fazermos alguns apontamentos a respeito da literatura e sua relação íntima com a História. Para Chartier (2002, p.72), precisamos fazer uma leitura desse tipo de texto com outros olhares e recortes, buscando captar muito mais do que a escrita nos apresenta, sendo necessário realizar

levantamentos complementares que enriqueçam essa leitura. E, “a partir deste terreno de trabalho em que se enredam o texto, o livro e a leitura, podem-se formular várias proposições que articulam de maneira nova os recortes sociais e as práticas culturais”.

Consoante Camila de Souza Fernandes (2009) ao lidarmos com a literatura como fonte, devemos “observar os aspectos formais e estilísticos do texto”, o que “não apresenta problemas para qualquer pesquisador ou análise, contanto que estejam associados a outros elementos, como os sociais, ou, como prefere Candido, aos elementos externos” (FERNANDES, 2009, p. 18). Quando exaltamos esses fatores externos, devemos ainda levar em consideração a figura do leitor que traz consigo suas experiências ao ler uma obra, permeando-a com suas próprias impressões. Logo, não devemos nos esquecer que tanto o autor/escritor, quanto o leitor, falam e se posicionam de um lugar na sociedade, lugar esse que não deve ser perdido de vista na análise e interpretação, na leitura crítica que busca decifrar os significados ali contidos.

Partimos da perspectiva que a literatura longe de ser algo a-histórico e atemporal, fruto solitário da fantasia, está alicerçada na sociedade e no tempo em que fora produzida e aos quais refere. Como testemunho social e temporal, sendo fruto de um processo social, assim como qualquer outro tipo de documento precisa passar pelo crivo da análise e do estudo, carecendo de ser principalmente, contextualizado, historicizado, isto é, inserido no fluxo temporal e no seio sociocultural de onde emerge e a que remete. Para tal, Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de M. Pereira, (1998, p. 9) outorgam ao historiador o papel de

[...] descobrir, ponderar e detalhar sobre as condições de sua produção, as intenções do autor, a forma como ele realiza sua representação e a relação que esta estabelece com o real, as interpretações ou leituras que suscita sua intervenção como autor, as características específicas da obra e do escritor, da escola em que este concebe seu texto e em que estilo, inserindo-os num processo histórico determinado, em um tempo e lugar, pois são acontecimentos datados, historicamente condicionados, valem pelo que expressam aos contemporâneos.

Trabalhamos com um texto autobiográfico, que embora seja pessoal não decresce em tom de importância ou desmerecimento, pelo contrário, esse estilo literário, assim como os discursos científicos e históricos ou políticos têm como objetivo “[...] fornecer informações a respeito de uma ‘realidade’ ou uma semelhança sobre o verdadeiro, localizado fora do texto” (NEVES; PINTO, 2013, p. 13). Além do mais, é através da capacidade que o autor tem para narrar os fatos que podemos afirmar que aquele se comporta como um “[...] fotógrafo que registra a realidade: mirando, selecionando e retratando episódios conforme suas necessidades

éticas e estéticas, mas limitado pelo alcance do seu zoom-retrospectivo.” (NEVES; PINTO, 2013, p. 16).

A autobiografia, por tratar da vida e trajetória de um personagem, retrata cenas do cotidiano de quem escreve. Para além de estar preocupado com o estilo da escrita, esse tipo de autor se atenta por relatar sua intimidade ao público de modo interessante, cativante e fiel. Usar dos temas e das questões do cotidiano, do rotineiro, daquilo que refere ao dia-a-dia das pessoas numa sociedade e lugar, contribui para sua identificação, a qual se dá sempre em relação aos outros, seja enquanto sentimento de igualdade na história vivida ou objeto de estudo no meio acadêmico. Acreditamos que tais materiais, nessa visão, quando acompanhada de elementos que permitem a leitura do contexto social no qual está inserido o autor e a obra, tornam-se ainda mais apropriados para os historiadores e estudiosos da área das ciências humanas e sociais.

Neves; Pinto (2013, p. 10) ratificam o supradito ao dizer que a narrativa de si apenas ganha sentido se amarrada ao social em que está inserida a personagem da qual se fala. Desse modo,

[...] o personagem ao contar sua vida pessoal, elaboraria um vaivém entre o eu e o contexto e, logo, ao se construir, também construiria uma escrita testemunhal de sua época. Portanto, a escrita de si pode ser vista como história espontânea, amadora, se quiser. E mais que isso, ela pode significar um invólucro de indícios históricos, tricotando uma gama vasta de temas que dizem respeito à esfera da vida social e privada. Ela demonstra, provavelmente, a coletividade que circunda e condiciona o ator social, que o força a dizer umas coisas e a calar-se sobre outras.

Destarte, devemos nos atentar para o fato de que os sujeitos que escrevem sua história, numa narrativa literária, para além de abarcarem o social que o rodeia, deixam antever sua identidade, a qual vai se configurando a cada dia que passa ao longo de sua trajetória e da narrativa que a abarca, entrelaçada a outras histórias. Assim, buscamos apontar esses indícios em nossa análise, procurando entender a construção identitária da autora ancorada e expressa em seu *Diário de Bitita*. Segundo Paul Ricoeur (1997, p. 425) a identidade narrativa não é uma identidade estável e sem falhas, “[...] assim como é possível compor várias intrigas acerca dos mesmos incidentes (os quais, com isso, já não merecem ser chamados de os mesmos acontecimentos), assim também sempre é possível tramar sobre sua própria vida intrigas diferentes ou até opostas.”

Após o levantamento e trabalho com as fontes, primária - o livro de Carolina - e secundárias, os trabalhos que referem as diversas questões e temas recorrentes na primeira,

recolhendo e problematizando no diálogo às contribuições literárias e científicas que possuem, passamos para o momento da análise e interpretação da obra, de nosso documento. De acordo com Antonio Carlos Gil (1999), um dos objetivos da análise é o de organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação. É na análise que o pesquisador procura estabelecer as relações necessárias entre o conteúdo obtido e as hipóteses formuladas. Desse modo, entendemos que ao propormos uma análise e leitura de uma história de vida, figurada em uma obra literária, embora busquemos traçar um perfil embasado em pressupostos teóricos diversos que sustentam o campo da História Cultural, não estaremos isentos de imprimir nossa própria visão a respeito do nosso objeto de estudo, pois analisar uma autobiografia é antes de tudo se colocar também como ser humano em análise.

Portanto, para finalizar, conforme Chalhoub e Pereira (1998), a literatura na perspectiva da história, deve sempre ser tomada como um problema histórico a ser explorado e analisado, constituindo a metodologia para lidar com a mesma em busca de historicizar a obra usada, seja ela conto, poesia, crônica ou romance, inserindo-a no movimento da sociedade, investigando suas redes de interlocução social e destrinchando sua relação com a sociedade, a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social. Logo, é preciso “tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que uma obrigação do nosso ofício. Para historiadores a literatura é, enfim, *testemunho histórico*.” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 7, grifos dos autores).

Em suma, e ainda conforme os autores acima citados, a primeira questão ao tratar com um texto é “a necessidade de destrinchar sempre a especificidade de cada testemunho”, buscando descobrir e detalhar tanto as condições de produção do livro, quanto, ainda, interrogar sobre as intenções do sujeito, do autor, tratando tanto da forma como ele representa para si mesmo a relação entre aquilo que diz e o real, como de desvendar aquilo que testemunha sem ter a intenção de fazê-lo. E, ainda investigar as interpretações ou leituras suscitadas pela intervenção do autor; enfim, “é preciso buscar *a lógica social do texto*”. Em segundo lugar, é preciso ponderar as características específicas da fonte literária, perguntando do que estão falando, quais são suas características, como o autor concebe a arte, no sentido de esclarecer o estatuto de uma obra literária como testemunho histórico. Assim, o que nos “interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados.” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998, p. 8, grifos dos autores).

Utilizar essa metodologia é falar de memória, de história de vida, de representação, de identidade e cultura, é explorar o campo histórico e cultural, em especial aquele da literatura. Quando escolhemos esse caminho, sabíamos que iríamos nos defrontar com um mundo diferente do que conhecemos, mundo esse figurado sob o olhar da narradora, que sem pretensão maior traça seus caminhos em busca de consolidar sua memória, e esta se faz através da história. É mediante dessa metodologia apresentada que visamos elucidar a problemática desta pesquisa, atender os objetivos e ratificar a nossa justificativa encontrando resultados que possam atender as necessidades pessoais, sociais e acadêmicas.

3 VIDA E OBRA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: TRAJETÓRIA, TEXTOS E CONTEXTOS

O capítulo que se segue objetiva abordar a trajetória de vida de Carolina Maria de Jesus, recorrendo aos vestígios de suas experiências e às variadas fontes disponíveis, como textos biográficos, dentre outros, levando em consideração suas vivências e as inserindo no contexto histórico da sociedade brasileira do início do século XX até seu falecimento na década de 1970. Assim, parte-se, sobretudo, dos anos de 1920, da infância da menina Bitita na cidade de Sacramento, perseguindo seu caminhar, sua peregrinação e chegada à cidade de São Paulo no fim dos anos de 1930, bem como o desenrolar de sua vida na capital paulista e nas cidades do entorno até sua morte. Bitita, o apelido de menina, vem a ser mais tarde reconhecida mundialmente por Carolina Maria de Jesus, escritora negra e favelada.

Visando uma exposição que abarca as dimensões didática, estética e organizacional, estruturamos o capítulo recorrendo a períodos atrelados a assuntos e temáticas que prevalecem em dada fase e que dizem respeito à vida e ao percurso da escritora. Dessa forma, os títulos das sessões introduzem o que vem a seguir, delineando o restante da escrita e da narrativa, aspecto que já traz em seu bojo uma ideia *a priori* do que irá ser tratado em seguida. Assim, o preâmbulo busca compreender qual era o ambiente social, cultural e histórico em que nasceu, cresceu e formou-se Bitita, atendo à família onde foi gerada e suas origens, bem como às suas peregrinações por cidades mineiras e paulistas.

3.1 Da vinda de Bitita ao mundo e as mudanças da menina pelos municípios do interior

No início do século XX, o Brasil havia acabado de sair, 12 anos se considerarmos o ano de 1900, de um longo período que marcou profundamente toda a história do país, que foi o da escravidão, que perdurou por mais de 300 anos (desde seu início em 1550 até a sua abolição em 1888) no qual se importou para cá quase seis milhões de africanos, configurando uma fase de intensa atividade comercial. Durante esse espaço de tempo era comum ver homens e mulheres negros na labuta das roças e das grandes plantações, como de café, dentre outras, trabalhando incessantemente e em condições sub-humanas de exploração.

Contudo essa realidade escravocrata começa a tomar rumos diferentes com o surgimento dos movimentos abolicionistas por todo o mundo. De acordo com o Tom Farias (2017) o ano de 1815 foi primordial no que tange às lutas contra a escravidão, pois foi através

de um Congresso realizado em Viena, que contou inclusive com a participação de países como a Rússia, França, Grã-Bretanha, Áustria, Suécia e Portugal, que ficou deliberado a ilegalidade do comércio de escravos por todo o mundo.

Mediante essa proibição os países começaram a se movimentarem, e as colônias espanholas da América, por exemplo, começaram a abolir a escravidão de seus territórios por volta dos anos de 1820 (Chile, Peru, Costa Rica, Honduras, Panamá, Guatemala, Bolívia e México). No Brasil, a assinatura do documento abolindo a escravidão só viria décadas depois, mais precisamente em 13 de maio de 1888, decorrente das pressões externas, mas também dos movimentos internos de resistência e contestação dos negros ao cativo. Vale destacar que de todos os países em que havia pessoas em situação de escravidão o Brasil foi a última nação a aderir à abolição.

O fim do regime escravocrata, conforme Maria Nilza da Silva (2000, p. 115),

[...] poderia ter significado uma libertação social do negro, mas este continuou preso àquele sistema quando o excluíram do processo de transformação da sociedade brasileira. A sociedade construída, ao longo de quase quatro séculos, pelo trabalho do negro, quando muda de sistema joga o seu artífice à sua margem e a maioria da população negra ainda se encontra no lugar que a sociedade lhe concedeu.

O processo abolicionista e a abolição que foi empreendida se mostraram muito mais cruel e perverso do que pudera se imaginar aos libertos, pois não se implementaram políticas de integração social dos ex-cativos e de seus descendentes, que continuaram excluídos, marginalizados e inferiorizados socialmente. Agora numa condição humilhante, abandonado a sua própria sorte e sem rumo certo, o negro embora liberto, se viu na condição de marginalizado, de infeliz e incapaz de se reinserir no mercado de trabalho e na sociedade e exercer a cidadania.

Carolina, ao falar da condição de marginalizado do pobre e negro na sociedade brasileira pós-abolição considera, diante de serem tratados como vadios, vagabundos, ladrões mesmo sem nunca ter roubado, que a dita liberdade sem educação escolar era uma falácia, remetendo ao pensamento de Rui Barbosa.

[...] o Rui falava que a liberdade sem cultura e sem instrução não ia beneficiá-los. O negro inculto será nômade, indolente, e imiscível. Não será um braço para impulsionar a nação. Será sempre uma boca. O analfabeto não tem força para evoluir na vida. Ele será sempre um músico de ouvido. [...] Mas os doutores de Coimbra diziam que quem deveria estudar eram os filhos da classe predominadora, e não os que deveriam ser predominados, que o

amo e o servo não poderiam ter sapiência igual. O Rui dizia que a sapiência é nata. O estudo é para esclarecer. (JESUS, 2014a, p. 38-39).

Para Jessé de Souza (2017, p.73), a mais importante transformação no século XIX foi a abolição formal da escravidão, “ainda que com continuidades fundamentais sob outras roupagens, em relação ao período anterior”. Até então, a escravidão era institucionalizada, possuindo apoio na engrenagem estatal e no direito de propriedade sobre homens e mulheres expostos, negociados, utilizados e descartados como objetos. Após a abolição a mercancia de pessoas foi assegurada por novos meios de submissão, fundamentados na herança de antigos modelos de exploração, continuando a subjugar os recém-libertos.

O dado essencial de todo esse processo foi o abandono do liberto a sua própria sorte (ou melhor, ao próprio azar). Como todo processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva da sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna. E foi exatamente isso que aconteceu entre nós. (SOUZA, 2017, p.74-75).

Para o sociólogo Florestan Fernandes (1978, p. 15), os donos de escravos,

[...] foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objetivo prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Assim, os negros, jogados e largados pela sociedade brasileira ao seu próprio destino, passaram por processo intenso de marginalização, por momentos de humilhação e constrangimentos semelhantes aos que outrora viviam antes. Não obstante o fato de agora estarem libertos, reinserir no mercado de trabalho e nas relações socioeconômicas dignas se torna algo de difícil execução, e essa massa de pessoas começam a fazer parte de uma população de desocupados ou semi-ocupados, sobretudo nas cidades. Sem poder contar com a ajuda do Estado, com suas leis e estatutos, devido à indiferença daquele, muitos negros tiveram que migrar de seus lugares de origem em busca de meios e novos espaços para sobreviver.

Encontramos em Silva (2000, p. 106) uma expressão da concretude desse processo de exclusão social derivado do abandono dos negros no período pós-abolicionista e da

negligência da sociedade para com eles. De acordo com a supracitada, pode-se observar e mencionar uma situação de oposição experimentada entre os imigrantes europeus e os negros libertos. Um

[...] caso emblemático é o dos imigrantes, que chegaram ao Brasil, num projeto elitista de embranquecimento da sociedade e receberam investimentos do governo nacional [...] para a sua integração e, ainda possuíam uma prática de apoio interno aos seus membros. O negro não encontrou nenhum apoio do governo, ao contrário, nem tampouco do seu próprio grupo étnico tendo que competir no mercado em condições de desvantagem com o branco. Por isso acredita-se que o processo de embranquecimento provavelmente seja um dos mais cruéis estágios do racismo brasileiro. (SILVA, 2000, p.106).

Ao mesmo tempo os ex-escravos, consoante Fernandes (1978, p. 17),

[...] tinham de concorrer com os chamados ‘trabalhadores nacionais’, que constituíam um verdadeiro exército de reserva [...] e, principalmente, com a mão-de-obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e às suas implicações econômicas ou sociais.

Dessa forma, já desde o início do século XX, era possível perceber os resultados que o fim da escravidão ocasionou como o êxodo rural, o aumento populacional das cidades, as mudanças na agricultura e a concentração massiva de negros libertos na região sudeste do país, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, vivendo, em geral, em situação de pobreza ou de miséria, na marginalidade, apontando sua problemática integração à sociedade brasileira.

Para Maria Isaura P. de Queiroz (1978, p.238),

A abolição da escravatura modificou profundamente a estrutura sócio-econômica do país, cuja definição fundamental fora até então a existência das relações senhor-escravo. É interpretada geralmente como rejeição dos antigos escravos para a periferia da estrutura sócio-econômica, passando a formar um sub-proletariado miserável, sobretudo nas cidades do sul do país. Nesta região ampliava-se a imigração européia desde a expansão cafeeira, fazendo aumentar rapidamente uma mão-de-obra ocidental, o que não se dava com os antigos escravos. Ora, as grandes cidades brasileiras foram submetidas a um processo marcante de 'aburguesamento' no decorrer do século XIX. Os antigos escravos não apresentando as características requeridas para se adaptarem às exigências urbanas novas, ligadas principalmente à expansão da administração pública, dos serviços, do comércio, foram rejeitados para uma camada social inferior à dos imigrantes brancos; dificilmente podia entrar em concorrência com estes no mercado de trabalho urbano, para o qual não estavam preparados do ponto de vista da

instrução e de conhecimentos gerais, não estando assim aptos a ganhar eficientemente sua vida numa sociedade transformada e em plena expansão.

Somente a partir da década de 1950, é que o negro é socialmente “aceito” no mercado de trabalho, contudo não devemos nos esquecer que essa inserção não se dá livre de interesses e de forma ampla, sendo restrita, como nos indica a experiência de Carolina Maria de Jesus que experimentou a marginalização das favelas, da vida em submoradias e do subemprego, sendo representante de tantas outras pessoas de sua condição social e étnica. De toda forma, a mão de obra dos negros impulsionou o crescimento econômico do país, ocupando lugares menos privilegiados se comparado aos postos de trabalho dos brancos. Uma destacada carga ideológica ainda prevalece acerca dos negros até os dias de hoje, a qual enfatiza que esses ocupam posições inferiores justamente por não se esforçarem suficientemente como deveriam fazer, no estudo e no trabalho, ideia essa criada reproduzida pela classe dominante. É diante desse contexto que os negros almejam e lutam por uma igualdade de direitos e ascensão social ao longo do tempo. (FERNANDES, 1978).

Embora tenha ocorrido a abolição da escravidão, havia na sociedade brasileira, no campo e nas cidades, sobretudo àquelas interioranas, a reprodução dos moldes de vida e das relações sociais dos anos de escravidão, do período colonial e imperial. Após a abolição, a submissão e mercantilização das pessoas negras e seus descendentes teve continuidade sendo assegurada com fundamentos herdados do antigo sistema de exploração, que seguiu a garantir a subjugação dessas pessoas, como, dentre outros, os mecanismos e tessituras da ideologia do favor.

José de Souza Martins (1999, p.162), por sua vez, chama atenção para os “mecanismos de endividamento artificial e formas de controle e repressão, geralmente envolvendo violência física e confinamento”, para assegurar que o trabalhador não escapasse e se submetesse ao trabalho até a tarefa ser concluída. Experiência essa que Carolina representa em seu *Diário*² bem como em um verso do poema “O colono e o fazendeiro”, que diz:

Prá não dever o patrão.
Fazendeiro, ao fim do mês
Dá um vale de cem mil-réis
Artigo que custa seis
Vende ao colono por dez. (JESUS, 1996b, p. 147).

² Após trabalhar 4 anos numa fazenda produtora de café, nas imediações de Uberaba, na qual o fazendeiro queria que a família de colonos dividisse com ele o dinheiro que ganhava com a venda de verduras que ali plantavam, o proprietário da terra os expulsou dizendo: “ - Você me deve oitocentos mil-réis e não paga. Eu não sou teu pai”, o que levou a menina a ficar pensando na dívida que deviam ao patrão, pois “se meu padrao nunca pediu um tostão” e “eles não davam dinheiro para os colonos” como era possível essa dívida? (JESUS, 2014a, p. 138).

Uma cidade que assim permanecia é Sacramento, localizada no sudoeste do estado de Minas Gerais na zona do Alto Paranaíba. Sacramento foi fundada em 1820, pelo cônego Hermógenes Cassimiro de Araujo Brunsowik. Ainda com traços de uma sociedade colonial, a cidade abrigava uma população esmagadoramente pobre e negra sujeita às agruras que a vida lhes impunha, e por uma minoria de brancos e ricos, donos de grandes fazendas e do comércio. Aqueles sofriam com o preconceito, o racismo e a exploração que os últimos perpetravam sobre eles. Portanto, o ambiente da cidade de Sacramento nos anos iniciais do século passado constituía um meio hostil, opressor pela ação de classes privilegiadas, que em geral fora contra a perda da mão de obra escrava e que regeu o sistema econômico por três séculos de história. Devido à localização geográfica de Sacramento, e a região do em torno, não raro a sua população foi sendo constituída, em partes, por negros que fugiam ou migravam das fazendas para as cidades e do jugo dos seus antigos senhores que continuavam agindo como seus “donos”.

Nesse contexto pós-abolição, e de marginalização em massa dos negros libertos, nasce, no dia 14 de março de 1914, Carolina Maria de Jesus, mas que seria conhecida, em especial no ambiente familiar, por seu apelido “Bitita”. Carolina, não se diferenciando das outras crianças da época, nasceu graças a uma parteira, e sua história começa no seio de uma família com mais sete irmãos e extremamente pobre. Logo cedo descobriu que para sanar a fome teria que trabalhar duramente, impositivo que a acompanhou até os últimos dias de sua vida. De acordo com seu biógrafo Tom Farias (2017, p. 16), Carolina “era uma negrinha de olhos vivos, testa ampla e lisa, boca bem proeminente, maçãs do rosto acentuadas, apesar de muito magra, e pernas finas e compridas, tinha uma voz assaz e enjoativa, estridente, para a sua idade.”

Filha de Maria Carolina de Jesus, cujo apelido era “Cota”, e de João Cândido Veloso, ambos, provavelmente, filhos de escravos oriundos da redondeza de Sacramento. Carolina, quando mais velha, ouvia sua mãe dizer que seu pai era de Araxá; tocador de violão para quem o trabalho não lhe agradava em nada, diferente de alguém que a apoiasse em casa e com quem compartilhasse a criação da filha. João Cândido levava uma vida boêmia e a menina pouco ficou sabendo dele. Ela, falando sobre o desconhecimento ou paradeiro do pai, escreveu em seu diário: “[...] Cheguei a conclusão de que não necessitamos perguntar nada a ninguém. Com o decorrer do tempo vamos tomando conhecimento de tudo.” (JESUS, 2014a, p. 14).

Essa imagem negativa de seu pai, tocador de violão, boêmio e amante do ócio, que Carolina apresenta está ligada a uma visão tradicional presente na sociedade brasileira

observada anteriormente nos fim do século XVIII e que persistiu ao longo de boa parte do século XIX como aspecto de um projeto disciplinador do homem brasileiro, conforme Almeida ratificou (1996, p. 8-14). No intuito de enquadrar grupos sociais “avessos às regras da civilização e do trabalho, constituindo-se o ato de tocar violão num atestado de vadiagem”, bem como o de tocar e cantar o samba e outros ritmos populares, tanto o instrumento, como o estilo de música e quem os executava, em geral pessoas comuns, gente simples, do povo, acabaram sendo marginalizados e estigmatizados. Associados à boêmia e vagabundagem o instrumento e a música foram vistos de pejorativo por muitos anos.

Esse estigma pode ser observado em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, que bate contra o vigente “preconceito” e a “desclassificação” do violão e da modinha pela curiosa sociedade aristocrática brasileira oitocentista. Na trama, o artista, poeta e cantor Ricardo Coração dos Outros, “homem célebre pela sua habilidade em cantar modinhas e tocar violão”, gozando da “estima geral da alta sociedade suburbana”, “tenta e trabalha para levantar o violão”, para fazer o instrumento ganhar espaço e respeitabilidade na alta sociedade fluminense. Quando Quaresma resolveu tomar aulas de violão com o músico, a vizinhança entrou a bisbilhotar e comentar acerca de sua falta de bom senso do novo aluno e da motivação que o levou a se envolver com coisa e gente tão baixa, aconselhando-o a “tomar juízo” e não “andar metido com esse seresteiro, um quase capadócio”. Após ouvir de seu interlocutor, membro de sua classe social, que isso “não é bonito”, Quaresma respondeu que era engano e “preconceito supor-se que todo homem que toca violão é um desclassificado”. (BARRETO, 1984, p. 6, 8-9, 18).

Mas a cena que melhor expressa esse preconceito ocorre no momento em que o músico menciona existir na cidade um “crioulo”, seu “rival” que aparecera tocando o instrumento e que começava a se fazer conhecido, tendo nome já “citado ao lado do seu”. Isso, o desagradava, pois “sofria na sua glória, produto de um lento e seguido trabalho de anos”. A seu ver, o violão se tornaria, ainda mais malvisto e desvalorizado socialmente, seu conceito decairia devido o “sujeito ser preto” e por causa de suas teorias. (BARRETO, 1984, p. 35-36). É em decorrência desse caldo cultural preconceituoso que Carolina quer apagar a figura de seu pai que desclassificava sua imagem e de seu grupo familiar.

Carolina idolatrava mesmo era figura de seu avô paterno, Benedicto José da Silva, um negro angolano alforriado. Para ela, o avô era considerado “O Sócrates africano” devido sua sabedoria e seu grande caráter, se comparado aos outros familiares. De acordo com o historiador Joel Rufino dos Santos (2009, p. 32),

O avô, com sol ou chuva, reunia a família nos fins de tarde para o terço. Considerado pelos padres, embora mantido à distância, sustentava com três outros pretos velhos o andor de São Benedito na festa da padroeira N. Sra. do Santíssimo Sacramento. Na folia de Reis, seus pés gretados, unhas grossíssimas, apareciam sob as calças do Palhaço.

Os mineiros de Sacramento, em especial os pobres, viviam um dia após o outro sem, ao certo, saberem de seu destino ou como a história de vida deles estava sendo construída; muitas famílias eram assoladas pelo desemprego e passavam necessidades em casa. Além do mais, eram poucas as pessoas que tinham a oportunidade de estudar. Com o avô e com os tios, incluindo a mãe de Carolina, não fora diferente esse contexto. No entanto, nossa personagem, em uma entrevista concedida a Hamilton Trevisan e Astolfo Araújo, em 1976, recorda que o avô Benedicto ganhava uma quantia de 20 mil réis por semana e que comprava muito mantimento para a casa, os quais, inclusive, ficavam estocados em sacos, isso evitava que os filhos passassem necessidades extremas. Nessa conjuntura, destaca que “as crianças eram gordas, o pão grande e macio durante três dias”. (JESUS, 1976, p. 5). Imbuído de conhecimentos e saberes, e tentando mudar esse quadro, o avô, sempre que possível, aconselhava aos netos estudar para terem uma perspectiva de vida melhor. Assim fez a menina Bitita. (FARIAS, 2017).

Desde criança ela já demonstrava uma curiosidade fora do comum para aquelas da mesma idade. Sempre atenta às conversas dos adultos acabava causando confusão com as palavras por não saber o seu significado ao certo. Vivia atazanando os tios e a mãe com perguntas inapropriadas para sua idade e maturidade, e isso resultava em discórdia entre seus interlocutores. Certa feita uma de suas tias disse a sua mãe, dona Cota, para interná-la em um hospício, mas a mãe, ora dividida entre a irmã, ora entre a filha, acabava por mandar a menina calar a boca.

Dona Cota, sem ter com quem deixar as crianças, e tendo que trabalhar para sustentar os filhos e a casa, pedia ajuda da avó, Siá Maruca, para olhar Carolina e seu irmão. A menina Bitita não era de fácil convívio, pois chorava durante toda a ausência da mãe, de modo que a avó e os vizinhos já não mais suportavam os chiliques e o choramingar da criança. Entretanto, certo dia Siá Maruca, embora fosse uma mulher religiosa e temente a Deus, não pensou duas vezes quando deu uma dose de pinga de engenho para a neta que ficou desfalecida, e a avó, sem se preocupar, foi cuidar de seus afazeres domésticos. (FARIAS, 2017).

Quando dona Cota chegou do trabalho em casa, e de longe percebeu o silêncio que reinava no local, desesperou-se, indo afobada à casa de Siá Maruca. Ao ver a filha naquele

estado, não titubeou em levá-la de imediato à casa do Dr. Eurípedes de Barsanulfo, um espírita kardecista que, embora fosse chamado de doutor, não tinha formação de ensino superior. Quando lá chegou, o “médico” examinou a menina e disse que tudo não passava de uma embriaguez. A mãe, mais aliviada, aproveitou do momento da consulta e informou que a menina era muito inquieta e chorava noite e dia. Após algumas observações, o doutor concluiu que Carolina sofria de fortes dores de cabeça, causadas pela falta de espaço do seu cérebro no seu crânio, por isso chorava tanto. (FARIAS, 2017, p. 2).

Na mesma ocasião o “médico” disse que Carolina iria viver até a juventude como se tudo que experienciasse fosse sentido como um sonho. Nas palavras dele “ela vai adorar tudo que é belo [...]. A sua filha é poetisa” (FARIAS, 2017, p. 41). Sem entender o diagnóstico que o “médico” deu para a filha, a mãe e o mundo só viriam a conhecer a poetisa Carolina décadas mais tarde.

A cidade de Sacramento no início dos anos de 1920 não havia mudado muito se comparada àquela do século anterior. No entanto, uma das edificações que passa a fazer parte da vida de Carolina, e está de pé até os dias de hoje, é o Colégio Allan Kardec, que foi considerada a melhor escola da cidade e que recebia meninos e meninas. As outras escolas eram de difícil acesso, pois cobravam mensalidades, o que tornava impossível para os pobres nelas se manterem. Porém, a menina Carolina teve uma benfeitora, chamada Maria Leite, que incentivou e ordenou a sua mãe que a colocasse na escola.

A figura dessa benfeitora da menina Bitita remete-nos aos princípios da proteção e do apadrinhamento presentes na sociedade brasileira dos tempos da escravidão. Princípios oriundos da ideologia do favor, da prática de pessoas em melhor condição social de favorecer ou obsequiar aquelas em situação inferior e/ou necessitadas, o que produzia submissões e requeria obediências dos favorecidos em relação àqueles que os favoreceram. A presença desses mecanismos de poder paternalista, expressos em práticas protecionistas e clientelistas, nas obrigações morais advindas das relações de favor entre as pessoas, de um lado, endinheiradas e, de outro, necessitadas, herdadas da sociedade escravista e suas estruturas simbólicas tradicionais de dominação, constituía e se apresentava no cotidiano da sociedade brasileira mesmo após a libertação do cativo. Esses mecanismos demarcavam os contornos de uma política produtora de dependentes e de dominação, que se dava nos processos de interação de seus membros, em geral, por meio de laços e poderes que emergiam ao redor das famílias ou no seu interior (BORGES, 2007, p. 72-3).

No *Diário*, pela narrativa de Carolina, pode-se perceber traços dessa ideologia no capítulo “As madrinhas”. De início a menina fica eufórica ao ser crismada por siá Maruca e

pensa: “Puxa, ela tem muito dinheiro! Já sou importante, tenho madrinha rica”. Mas, logo em seguida, toma consciência que aquela condição e proteção requeriam obediência: “agora tenho que obedecer à minha madrinha rica que tem dez mil-réis”. Se tal estado supunha que caso sua mãe morresse “a madrinha é obrigada a criar o afilhado”, pois “A madrinha é a segunda mãe”, também prescrevia o respeito: “[...] você tem que respeitá-las”, “deveria ser bem-educada com as [...] madrinhas”. Assim “estava supersafisteita com aquela madrinha”, mas não tardou que ficasse “descontente” e “tristonha” com a “madrinha boa”, que passou a recebê-la com indiferença e até mesmo contrariedade. Essa senhora “criava uma menina que fazia o serviço rudimentar” (JESUS, 2014a, p. 19-22).

Mas, deixando essas suas madrinhas e voltando à ação e intervenção da mencionada benfeitora, Carolina fora matriculada no Colégio Allan Kardec, criado inicialmente com o nome de Liceu Sacramento, no ano de 1902. O educandário, instituição de ensino regular, considerado como pioneiro com fundamentos da pedagogia espírita no Brasil, foi projetado e criado pelo médium Eurípedes Barsanulfo (1880 - 1918). O colégio ministrava aulas do ensino fundamental e médio e buscava atender as crianças de famílias menos abastadas. Embora seu mentor não tivesse curso superior de pedagogo, tampouco outra graduação em licenciatura, foi primoroso em seu método de ensino, que consistia em classes mistas de alunos e propunha a extinção de todo e qualquer método que visava punir ou castigar fisicamente os alunos, prezando pelo afeto e pela atenção para com eles (SILVA, 2015, p. 1).

O primeiro contato de Carolina com a professora Lonita não demonstrou ter sido de bom agrado, pois, logo no primeiro dia de aula, a menina que ainda mamava na mãe se pôs a chorar querendo leite. A professora ficou surpresa ao saber do fato e lhes chamou a atenção: “A senhora está ficando mocinha, tem que aprender a ler e a escrever, e não vai ter tempo disponível para mamar porque necessita preparar as lições”. Vendo que o choro não cessava, Lonita deu-lhes umas reguadas nas pernas. (JESUS, 2014a, p. 127). No decorrer das aulas a professora fazia questão de destacar a inteligência da menina e, para aguçá-la ainda mais, enfatizava que era preciso aprender a ler e a escrever.

Numa entrevista, a escritora nos revela que

[...] seria uma deslealdade de minha parte não revelar que o meu amor pela literatura foi-me incutido por minha professora, dona Lanita Salvina³, que

³ Encontramos uma divergência com relação ao nome da professora de Carolina, pois em entrevista que figura como anexo de *Quarto de despejo* (2014b), a escritora menciona que o nome da professora era dona “Lanita”. Contudo em *Diário de Bitita* (2014a) aparece o nome de dona “Lonita”. Optamos por utilizar os dois nomes conforme a escritora nos apresenta em seus diários.

aconselhava-me para eu ler e escrever tudo o que surgisse na minha mente. E consultasse o dicionário quando ignorasse a origem de uma palavra. Que pessoas instruídas vivem com mais facilidade. (JESUS, 2014b, p.194).

Para a menina, frequentar aquele ambiente escolar não foi tão fácil como parecia ser, pois como nunca desgarrava da presença da mãe, tudo aquilo que se apresentou diante dela lhe pareceu novo e logo veio um sentimento de medo. Os colegas de classe não tardaram em zombar de Carolina por sua cor de pele, seus olhos e cabelo. Os colegas acharam-na feia e davam gargalhadas quando adentrava a sala. A professora, Lonita Solvina, como já dito, não deixava por menos e chamava-lhe a atenção para que aprendesse a ler e escrever, pronunciando seu nome inteiro, Carolina Maria de Jesus, o que levou a pequena a seguinte reação: “Meu nome é Bitita.” Conforme a escritora afirmou, aquele momento foi a “primeira vez que ouviu falar seu nome.” (ALVES, 2014, p. 8).

Embora com dificuldades para aprender a ler, aos poucos foi se descobrindo no mundo da literatura e se tornando aluna aplicada, dedicada e disciplinada perante os estudos e os livros, fato esse que levou para o mundo das letras até o final de sua vida. Mais tarde, em *Meu estranho diário*, Carolina de Jesus (1996a, p.167), declara que:

O livro... me fascina. Eu fui criada no mundo. Sem orientação materna. Mas os livros guiou os meus pensamentos. Evitando os abismos que encontramos na vida. Bendita as horas que passei lendo. Cheguei a conclusão que é o pobre quem deve ler. Porque o livro, é a bussola que ha de orientar o homem no porvir [...].

De acordo com Farias (2017, p. 70), Carolina poderia ser declarada uma

Autodidata, muito esforçada no rumo do seu saber, pois lia rotineiramente toda a sorte de literatura e tinha curiosidade sobre as coisas e a realidade ao seu redor, Carolina aprendia por viver perguntando ou por simplesmente ouvir os outros falarem, dentro ou fora do ambiente familiar. Também lia de tudo mesmo que sofregamente, todo tipo de livros ou jornais, mesmo velhos e muitas vezes, por falta de opção, os relia como se fosse pela primeira vez.

Contudo a vida na escola não durou por muito tempo, pois por volta do ano de 1923, ou seja, aproximadamente dois anos em que frequentava a escola, teve que deixar a instituição Allan Kardec, a muito contragosto, para acompanhar a mãe em um trabalho fora de Sacramento. Como a mãe não podia estar escolhendo onde trabalhar, pois o emprego era escasso e as necessidades eram muitas, a menina Bitita não teve escolhas.

Essa garota “inteligente”, segundo a mãe, aos sete anos vai estudar no Colégio Alan Kardec, fundado pelo educador e espírita Eurípedes Barsanufi (1880-1918), do Grupo Espírita Esperança e Caridade, por insistência de uma família para quem a mãe trabalhava. [...] Mas a escola primária lhe foi passageira: a mãe, com problemas para manter-se na cidade, resolveu trabalhar na roça, e a aluna teve que deixar a escola no segundo ano de estudos. No entanto, a semente deixada por dona Lonita [professora] frutificou. (ALVES, 2014, p. 8).

Carolina se mudou para uma fazenda com a mãe, o irmão e o senhor com o qual Cota havia se amasiado ou passara a viver em concubinato, como era comum às pessoas pobres naquele tempo. A menina, muito resistente no início, foi logo se acalmando e pegando gosto pelo campo; a movimentação da cidade, dos bailes, dos passeios, da escola e de tudo o mais que a cercava foi dando espaço para a calma da fazenda, do jeito simples do camponês e, principalmente, da fartura dos alimentos que a família toda plantava. Assim, todos estavam felizes pela colheita, pela paz e pelas vendas dos alimentos que ultrapassavam a necessidade de sustento da casa.

No entanto, era muito cedo para comemorar o novo estilo de vida, e a sina que acompanharia Carolina por muitos anos, impôs-se. O dono da fazenda na qual residia a família, por meio de um trato de parceria, expulsou-os do local com a alegação de que eles só davam prejuízo e nada mais. Conforme a lógica regente dos fazendeiros era um prejuízo aceitar apenas uma parte da produção ali realizada pela família. Não considerando a experiência do grupo como um “sucesso” e nem enxergando a labuta deles, os expulsaram, e assim tiveram que se mudar, retornando à Sacramento, dessa vez mais pobres, miseráveis e desamparados do que outrora foram (FARIAS, 2017, p. 59). Essa não foi a única experiência de morar e trabalhar na roça sem receber um tostão sequer que ela vivenciou.

O sistema de parceria rural, um tipo de contrato agrário, em geral informal, era prática consuetudinária no Brasil daqueles tempos, sendo uma modalidade de trato no qual o proprietário cede ao produtor o uso da terra, estabelecendo partilhar os frutos da produção ali efetuada. Porém, ao que vemos pela experiência de Carolina, preponderava nesse tipo de relação, não a comunhão das forças e dos resultados, mas os interesses e o poder do dono da terra, diferindo substancialmente de outras formas de remuneração do produtor a quem era cedida a terra, como os arrendamentos, que estabelecem uma retribuição certa ou um aluguel dado pelo uso do bem cedido. Conforme Sebastião Ferreira e Márcio Alves Maciel (2014, p. 1, 5), no Brasil, essa prática de parceria agrícola emergiu em fins do século XIX como instrumento para dinamizar a produção rural e com vista também a obtenção de lucro ao proprietário da terra, em período de crise latifundiária, no qual os fazendeiros se viam

desprovidos da mão-de-obra escrava e da dos imigrantes recém-chegados, que rumavam a formar pequenas propriedades.

Dessas experiências e das relações entre fazendeiros e parceiros/colonos, emergiram e frutificaram os primeiros versos de Carolina. De acordo com Alves (2014, p. 9), “o amor pelos livros e pela escrita adquiriu-os ainda em Sacramento, logo que foi alfabetizada. Ainda menina compôs versos.” Ela escreveu, ainda muito jovem, no ano de 1939, um poema em que buscou retratar em seus versos a exploração, as angústias e as decepções pelas quais passou diante das condições de existência, das relações de trabalho, da divisão da produção ou do pagamento recebido, da falta de previdência social e de atuação sindical, dentre outras questões impostas pelos fazendeiros. O poema, já mencionado e do qual já citamos um verso, intitula “O colono e o fazendeiro” e expressa, apesar da pouca idade, consciência dos problemas que afetavam os trabalhadores nessa condição.

Diz o brasileiro
Que acabou a escravidão.
Colono sua o ano inteiro
E nunca tem um tostão.

Se o colono está doente
É preciso trabalhar.
Luta o pobre no sol quente
E nada tem para guardar.

Cinco da madrugada
Toca o fiscal a corneta
Despertando o camarada
Para ir para a colheita.
Chega a roça ao sol nascer
cada um na sua linha
Suando, e para comer
Só feijão e farinha.

Nunca pode melhorar
Esta negra situação
Carne não pode comprar
Prá não dever o patrão.
Fazendeiro, ao fim do mês
Dá um vale de cem mil-réis
Artigo que custa seis
Vende ao colono por dez.
Colono não tem futuro
E trabalha todo dia
O pobre não tem seguro
E nem aposentadoria.

Ele perde a mocidade

A vida inteira no mato
E não tem sociedade
Onde está seu sindicato?

Passa o ano inteiro
Trabalhando – que grandeza!
Enriquece o fazendeiro
E termina na pobreza.

Se o fazendeiro falar:
-Não fique na minha fazenda
Colono tem que mudar
Pois não tem quem o defenda. (JESUS, 1996b, p. 148).

Carolina, quando moça, contraiu uma miríade de feridas em ambas as pernas, as quais lhes atormentaram por muitos anos e fez com que ela peregrinasse quilômetros a fio em busca de tratamento para sua enfermidade em outra cidade vizinha. Certa vez chegou a ir, a pé, de Sacramento a Uberaba, percorrendo uma distância de aproximadamente 80 quilômetros em busca de algum remédio que lhe abrandasse o incômodo. Com apenas uma trouxa de roupa nas costas e sem ter com o quê se alimentar, quando chegou à cidade foi em busca de ajuda na casa de uma amiga de sua mãe. No entanto a decepção logo veio ao se deparar com uma recepção nada calorosa, pois além de não lhe darem o de comer, ainda teve que dormir no quintal da casa, em meio às galinhas.

No outro dia, bem cedo, Carolina foi expulsa da casa, sem comer nada e, além de uma noite mal dormida depois de uma longa viagem, saiu em busca de ajuda, foi quando viu que estava diante do Asilo São Vicente de Paulo. Ela foi bem acolhida nessa instituição assistencial, recebeu tratamento e comida, entretanto ela deveria exercer algumas atividades domésticas, com o fim de “pagar” a hospedagem e a acolhida por parte da instituição, que amparava pessoas pobres e necessitadas. Sem notar resultados no tratamento indicado pelo médico da instituição, deliberou em partir novamente rumo à Sacramento, o que deixou a Irmã supervisora contrariada, pois precisava dos serviços que Carolina prestava ali.

O asilo em que Carolina menciona ter sido recebida faz parte da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP). Sua gênese se dá a partir de um movimento católico cujo surgimento data do ano de 1833, em Paris, e logo se espalhou por vários países da Europa e mais tarde da África, Ásia e Américas. De caráter exclusivamente leigo, originou-se de um grupo criado pelo estudante de Direito da Sorbonne, Antônio Frederico Ozanam, com mais seis amigos, objetivando ajudar, via recursos materiais, como roupas, alimentos e remédios, “[...] as famílias pobres residentes na cidade de Paris, dando-se o nome de conferência da

caridade, posteriormente, conferência vicentina, porque foi inspirada no trabalho desenvolvido por São Vicente de Paulo” (SILVA; LANZA, 2010, p. 47).

Já no Brasil, a primeira conferência da SSVP foi fundada somente em 4 de agosto de 1872, no Rio de Janeiro, pelo Conde Aljezur, pelo advogado Pedro Fortes Marcondes Jobim e pelo médico Antônio Seccioso de Sá, antes do fim da escravidão e em plena efervescência da Questão Religiosa. Depois se espalhou por todo o país (SUCUPIRA, 1972). Em Uberaba, a Sociedade foi fundada no dia 20 de junho de 1902 pelos irmãos vicentinos. No início, as instalações eram simples, porém com o tempo o asilo foi ganhando credibilidade junto à população, que começou a colaborar com doações e voluntariado. Nenhum órgão público ajuda o asilo. Hoje a instituição já conta com mais de 100 anos de história, e atende idosos, sobretudo.

Sobre esses meandros, com saudades da mãe e do padrasto, a jovem retorna para sua cidade natal depois de passar quase dois anos morando em Uberaba onde fez amizades com o médico e com as irmãs do Asilo. Ainda que longe de casa, Carolina não abandonou as leituras e sempre que lhes restava um tempo livre ela o ocupava com os livros.

Assim, o retorno de Carolina para Sacramento acontece, de acordo com Farias (2017, p. 75), entre os anos de 1929 e 1930; sedenta por ver a mãe e por matar as saudades de seus familiares. No entanto, nesse período o Brasil e o mundo estavam passando por uma série de transformações e crises, como aquela provocada pela queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque e dos impactos dela no Brasil, bem como as questões políticas vivenciadas pelo Golpe de 1930 de Getúlio Vargas.

Em Sacramento as pessoas estavam desacreditadas e descrentes com a essa conjuntura, de um lado o desemprego batendo à porta, de outro a vivência de um levante militar. Foi esse o cenário encontrado por Carolina quando regressou de Uberaba. Mesmo vivendo aquele ano cercado de muita confusão e balburdia, ela conseguiu manter-se empregada por um espaço curto de tempo numa casa de Sacramento. Aí também viveu momentos de dor e sofrimento devido às feridas de suas pernas que não cicatrizavam mesmo com a ajuda da mãe e das tias que as tratava com banhos e remédios caseiros.

Carolina, desde que começara a trabalhar, não conseguia manter-se empregada por muito tempo. As inconstâncias no emprego eram diárias, pois carregava em seu seio uma revolta em relação à sociedade que a acompanharia até os dias finais de sua vida. Com a difícil e desagradável vida que levava em sua cidade natal agora com 16 anos, deliberou por mudar-se para Ribeirão Preto, cidade paulista a cerca de 190 quilômetros de distância de

Sacramento, atendendo ao pedido e os conselhos de sua mãe, uma vez que era um problema a mais com o qual aquela deveria se preocupar.

Sem conhecer ninguém mais do que sua tia Marcelina, irmã de sua mãe na cidade de Ribeirão Preto, Carolina sem endereço desta, perguntou, de porta em porta, por ela, até localizar sua residência. Quando lá chegou não fora bem recebida, nem pela tia e tampouco pelos primos, além do mais ouviu o praguejar da tia à pessoa que informou onde ela morava. Foram muitos dias de peregrinação pela cidade paulista sem ter o que comer e maltrapilha. A tia não mais a abrigou e as feridas em suas pernas só pioravam seu quadro de dor e sofrimento. Carolina procurou por uma Santa Casa de Misericórdia, onde foi bem recebida, ganhou roupas limpas, alimentação adequada e com muita fartura. Passado poucos dias deixou a Santa Casa e empregou-se como diarista onde recebeu pelos seus serviços e pode retornar para Sacramento, dessa vez de trem e com algum dinheiro no bolso (JESUS, 2014a, p. 170).

Algumas pesquisas e documentos apontam que as primeiras Santas Casas de Misericórdia (SCM) surgiram em Portugal, no final do século XV. Sua fundação foi atribuída, sobretudo a rainha Dona Leonor, viúva do rei Dom João II. No decorrer dos anos, as SCM foram se espalhando por todo o território português e, conseqüentemente, mais tarde, elas foram introduzidas nas colônias de Portugal, incluindo o Brasil. Conforme Henrique S. Ivamoto (1998, p. 7),

No Brasil, a primeira Santa Casa foi fundada pelo fidalgo português e líder do povoado do porto de São Vicente, Bráz Cubas, no ano de 1543, na Capitania de São Vicente (Vila de Santos). Por volta de 1560, deu-se a possível criação da Confraria da Misericórdia de São Paulo dos Campos de Piratininga que esteve alojada no Pátio do Colégio, nos Largos da Glória e Misericórdia, sucessivamente. Logo surgiram a da Bahia, de Tomé de Sousa; a do Espírito Santo e a do Rio de Janeiro, de José de Anchieta, a de Olinda, de João Pais Barreto, a de São Paulo, e, em seguida, centenas de outras, servindo todas as regiões, sendo responsáveis pelo atendimento da maioria da população carente do país.

Assim, o surgimento e a expansão das Santas Casas de Misericórdia no Brasil possibilitaram o atendimento e auxílio à população pobre, carente e necessitada de muitas cidades brasileiras.

Um ponto interessante que merece destaque e nossa atenção é o fato dessas Santas Casas terem se tornado cada vez mais frequentes em seus atendimentos aos pobres e desamparados, como em geral ocorre com os migrantes. Sem condições financeiras para arcar com os atendimentos pagos e custosos, muitas pessoas buscavam nesses locais ajuda

filantrópica para sobreviver, assim como o fez Carolina em sua estadia em Ribeirão Preto. Atualmente, no Brasil, existem mais de 2500 hospitais da Santa Casa.

Quando a filha retornou de Ribeirão Preto, dona Cota, a mãe, não agradou de seu regresso e disse que era pra ela ter ficado por lá, assim pelo menos evitava entrar em conflitos com o povo de Sacramento, como se estivesse prevendo algo. Porém, Cota não poderia imaginar o que estava prestes a acontecer com ela e a filha. Com uma paixão cada vez maior pelos livros, Carolina vivia debruçada sobre alguma obra literária e certa feita, quando estava na porta de casa lendo, foi abordada por uns rapazes que, ao vê-la com um livro tão pesado e grande, acusou-a de realizar bruxaria contra os brancos. Para piorar, ainda mais, foi denunciada pelos rapazes na delegacia de polícia por xingamentos.

Associar a figura do negro à feitiçaria, bruxaria e outras práticas religiosas mal vistas pela tradição cristã foi atitude preponderante durante o período da escravidão e perdura até os dias de hoje. Ainda na atualidade, a cultura, a tradição e os costumes do povo negro são considerados manifestações inferiores à cultura dos brancos. Para Maria Cristina Soares de Gouvêa (2005, p. 87), “pretos e pretas velhas” eram consideradas feiticeiros, detentores de um saber não científico e envolvidos numa espécie de lógica espiritual nebulosa.

Com maior afinco, Maia (2014, p. 35) defende que,

no caso dos crioulos (afrodescendentes), podemos perceber vestígios de apropriação religiosa. O diabo ficava associado à cultura dos negros (uma ideia imposta pelos brancos), pois, no que tange à religiosidade, tudo o que poderia ter uma representação negativa recaía sobre esses indivíduos (frequentemente pretos).

Lilia Moritz Schwarcz (1987, p. 125-8), aponta que o conteúdo de muitas matérias jornalísticas da imprensa paulista de fins do século XIX, figurava o negro como “o bruxeiro, o feitiçeiro”, além de violento e bárbaro, tecendo a imagem dos pretos como realizadores de feitiçarias e males para seus proprietários.

O desconhecido e o diferente nos fazem sentir medo, sobretudo quando aparece dissociado da tradição regente. Sem se atentar para a atitude de estar ou não praticando feitiçaria, Carolina foi acusada por algo que não tinha conhecimento e esse fato resultou em sua prisão e de sua mãe, dona Cota, que entrou na confusão e também foi presa. Ficaram retidas por um tempo, onde não receberam comida e tiveram que carpir o pátio da cadeia. As duas só foram liberadas depois que um primo dela, Paulo, pagou uma fiança de 20 mil réis. Esse fato fez com que Paulo fosse considerado um dos poucos familiares que Carolina de fato consideraria. (JESUS, 2014a, p. 182).

Muito decepcionada com as agruras pela qual a filha estava passando e outrora a fez passar, Cota pede para a filha deixar de vez a cidade de Sacramento para nunca mais voltar. Muito revoltada e assistindo a mãe naquele estado deplorável, Carolina aceitou o proposto e em acordo se mudou com mãe para Franca, São Paulo. Mas, depois de sofrer aí infortúnios na condição de empregada doméstica, decidiu rumar para a capital, pensando que a cidade lhe traria novas oportunidades de emprego por ser grande, de muita cultura, com acesso à moradia, pessoas finas e elegantes. O que Carolina não contava era que a vida ainda guardava muitas surpresas para ela, algumas boas e outras nem tanto.

3.2 Da *via crucis* nas grandes cidades (Rio de Janeiro e São Paulo) à publicação de *Quarto de Despejo*

Diferente do que Carolina pensava acerca da cidade de São Paulo, sua primeira impressão, quando chegou à Estação da Luz no início do ano de 1937⁴, não lhe despertou muito interesse, pelo contrário, a correria das pessoas a assustou, como ela mesma relatou: “Nunca havia visto tantas pessoas reunidas. Pensei: ‘será que hoje é dia de festa?’ Fiquei preocupada com o corre-corre dos paulistanos. Olhares ansiosos, inquietos a espera das conduções. Uns empurrando os outros e ninguém reclamava, aquilo era normal?” (LEVINE; MEIHY, 2014, p. 214).

Vinda de cidade do interior, marcada pela tranquilidade e pouco movimento, Carolina, de imediato, ao ver todo alvoroço de pessoas, chegou a compará-las a uma imensa colmeia, onde havia empurra-empurra e falta de consideração. A indiferença estava estampada nos rostos das pessoas. Carolina as observava de cima a baixo e, em seguida, questionava se eram ricas, pois todas trajavam bem. (LEVINE; MEIHY, 2014, p. 214).

A cidade de São Paulo passava no momento por radicais e intensas transformações em sua vida urbana. Era uma época em que o Estado mostrava-se empenhado em varrer dos centros urbanos as “casas de cômodos”, os cortiços e “puxados”, pois via-se como necessário, de acordo com a Prefeitura, o remodelamento do espaço público. Conforme Silva (2007), na década de quarenta, essas políticas, tiveram como consequência a expulsão de aproximadamente 15% da camada popular que residia no centro da cidade. Mesmo com protestos e a formação de associações e sindicatos, esses moradores tiveram que abandonar

⁴ Essa data, 1937, é o ano que aparece nos diários da autora, bem como nas entrevistas que ela deu ao longo de sua vida. Mas essa data carece de uma ressalva, pois encontramos, amiúde, nos textos biográficos, o ano de 1947 como aquele em que ela chegou a São Paulo. Contudo recorreremos à Carolina propriamente e adotando a primeira como a mais exata.

suas residências e migrar para as periferias, algumas dessas mudanças se deram por meio de violências e ações de coerção. Mais adiante veremos como Carolina se desdobra nesse ambiente conturbado e ganha voz em meio aos moradores e desabrigados para juntos requerem um espaço para morar.

Com o processo de consolidação de uma economia urbano-industrial, ocorria uma redistribuição rural-urbana e regional da população brasileira por meio das migrações internas, desde os anos de 1920, logo de crescimento populacional em certas áreas de concentração urbana, como a cidade de São Paulo. Pode-se observar que as décadas seguintes foram um período de intensos movimentos migratórios no Brasil como um todo, mas com fluxos dirigidos principalmente à região Centro-sul ou mesmo do interior dessa para as grandes cidades (PATARRA, 1986, p. 264).

Nesse contexto, Carolina, certa de seguir seu sonho, ser poetisa, não demorou a perceber que se fosse depender do mundo das letras para sobreviver, de início passaria necessidades, então teve que buscar emprego de doméstica nas residências. Embora não tivesse um diploma, tampouco formação completa do ensino primário, contava com sua extensa experiência de vida, visando, através de seu saber, galgar um lugar na cidade e sociedade paulistana. Com muita dificuldade, e depois de mudar de emprego onde trabalhava de doméstica por várias vezes, ela se viu em um beco sem saídas, desiludida, cansada e sem meios de sobreviver. Portanto, decidiu ir para o Rio de Janeiro, por considerar que ali sim estaria o melhor ou o auge da cultura letrada brasileira. O ano é 1940.

Na então capital do Brasil, nossa personagem passa a trabalhar como cozinheira, embora declarasse mais tarde para um jornalista do *A noite* que se submeteu a esse emprego para poder viver com o mínimo de dignidade, contudo descobriu que era uma péssima cozinheira se comparada a Carolina-escritora. Sempre envolvida em trapalhadas, certa feita deixou queimar o feijão, pois estava envolvida na escrita de uma poesia, como consequência foi mandada embora. (POESIAS..., 1942).

Carolina estava correta ao afirmar que o Rio podia ser considerado um local de destaque da cultura brasileira, com muitos teatros e a presença ilustre de inúmeros escritores, tanto internacionais quanto brasileiros, como Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Graciliano Ramos, Jorge Amado, entres outros. Mas ela pouco se inseriu e envolveu nesse cenário e ambiente intelectual, não conseguiu se fazer presente e conhecida na cidade “maravilhosa”.

Assim, sem ter muitas informações desse período, não conseguimos afirmar sobre o estabelecimento, a inserção e circulação de Carolina na cidade carioca. Por onde andou? Com

quem esteve? Ou onde morou? O que sabemos é que decepcionada pela má acolhida na cidade resolve voltar para São Paulo e seguir com seu intento de adentrar na literatura. Ela volta, porém decidida a não mais trabalhar na cozinha, pois entendeu que ali não era o seu lugar. (FARIAS, 2017).

Em 1942 Carolina já se encontra instalada na capital do estado paulista. Não tendo outro meio de sobreviver, ela encara a vida de empregada doméstica na casa de famílias paulistanas. O problema era que não se dava bem com ninguém que a empregava e sempre causava confusão onde trabalhava. Maior, ainda, tornava-se o problema quando era mandada embora; pois ficava sem teto, comida e meios de higienizar-se, além da renda que recebia. Em muitas ocasiões, teve que dormir na rua ou em quartos alugados, dividindo o espaço com outras pessoas que também levavam uma vida amarga. (FARIAS, 2017, p. 145).

Nesse sentido, consoante Alves (2014, p. 9),

A cidade sonhada por ela era uma metrópole grande e muito cara de viver. Logo o sonho virou pesadelo. Repetiram-se em São Paulo as agruras passadas nos anos em que peregrinou com a mãe; fome, frio, não ter onde morar. Não se ajustava à vida de empregada doméstica; não tinha disciplina. Saía para namorar, dançar, e não dava conta do trabalho. Era rebelde.

Carolina, ao ver os dias passando, ia se frustrando cada vez mais, pois a tão almejada vida de escritora estava perdendo espaço ora para seus empregos domésticos, que sempre a decepcionava, ora entre a fome e o relento, chegando a viver em construções abandonadas da cidade com outras pessoas sem moradia. A situação muda quando ordens de despejo começam a ser emitidas pelo aparato governamental para a desocupação dos prédios “invadidos”. (FARIAS, 2017).

Não bastasse a peregrinação pela cidade, Carolina ficou grávida após o envolvimento com um norte-americano no ano de 1945 e o quadro se agravou, ainda mais, pois se tornava mais difícil conseguir emprego. Com uma gravidez de risco, não concebeu com vida a bebê, a quem deu o nome de Maria Carolina.

No ano de 1948, Carolina e outros tantos desvalidos estavam residindo em um terreno ocupado. O dono, portanto, requereu na justiça a reintegração de posse da terra. O prazo estabelecido pela justiça para a desocupação foi de apenas dois meses. Carolina conta que muitos que moravam ali tinham uma reserva de dinheiro e foram em busca de um lugar para morar. Outros, que no caso eram a maioria, ficaram desesperados, pois não tinham um lugar onde residir. Para não ir morar na rua novamente, ela se estabeleceu em albergues. (FARIAS, 2017).

Buscando encontrar uma solução para a situação de desterritorializados e desamparo, Carolina e os outros moradores foram ter com o governador de São Paulo tratando a respeito de moradia para todos, sem excluir ninguém. Ela conta que o governador Ademar de Barros (1901 – 1969)⁵ recebeu e conversou com todos, sem exclusão, e no fim, após consultar o então prefeito, este lhes prometeu que, em até três dias, ocorreria a instalação dos desabrigados às margens do rio Tietê, no bairro do Canindé. O que seria efetuado nos meses finais do ano de 1948.

Sem moradia, teve como destino a favela do Canindé, às margens do rio Tietê, para onde a limpeza governamental atirou todos os que viviam nas ruas da cidade. ‘Leva para qualquer lugar’, ordenava o governador Adhemar de Barros (1901-1977). (ALVES, 2014, p. 9).

A origem da favela no Brasil, remonta à cidade do Rio de Janeiro e ocorre depois do término da Guerra de Canudos (1896-1897), quando o Exército nacional vence os sertanejos e os militares pressionam o Ministério da Guerra para receberem o salário que lhes eram de direito, mas não foram atendidos. Sem o acordo ministerial, os soldados se viram numa situação precária, de pobreza e miséria, com isso decidem se instalarem no Morro da Providência na capital do país – que mais tarde foi rebatizado como Morro da Favela (GONÇALVES; NASCIMENTO, 2011).

Assim percebemos que o nascimento das favelas, inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, se dá quando surge a necessidade de um lugar para morar, porém sem recursos para que essa moradia se dê modo digna e descente. A preocupação de como morar é posterior a primeira questão. O processo de favelização já no século XX ocorre paulatinamente nas grandes cidades do país, com a aglomeração exorbitante de um grande número de pessoas vivendo em situação de enorme precariedade, com ausência de saneamento básico e não acesso a serviços públicos.

É sob esse cenário que Souza (2017, p. 48), ao abordar questões relativas à condição e situação do negro em nossa sociedade, irá forjar o termo “ralé brasileira”. Segundo o autor supradito, a população que constituía parte da favela era, sobretudo, composta por

[...] negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. A submersão na

⁵ Em sinal de “agradecimento” e sob uma lógica da reprodução paeternalista, Carolina escreve um poema, para Ademar de Barros e sua esposa dona Leonor de Barros, que mais tarde será incorporada em sua *Antologia poética*, intitulado “Dona Leonor”: “Para o pobre que dorme na calçada/ Que conhece na vida só o estertor/ A sua alma era agasalhada/ Com o carinho de Dona Leonor/ O pobre que não conhece o lar/ Que infesta nossa cidade/ Para ele Dona Leonor e Ademar /São quase divindades” (JESUS, 1996b, p. 233).

lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então. (SOUZA, 2017, p. 48).

A favela do Canindé, por sua vez, surgiu em decorrência da aglomeração de pessoas na capital paulista sem teto e sem lugar legal para se fixar. Localizada às margens do rio Tietê, na cidade de São Paulo, na década de 1950- 1960 chegou a abrigar mais de 50 mil moradores. Com barracos construídos sobre a lama, os moradores sofriam toda espécie de dificuldades, carência e condições sub-humanas. Atualmente, a favela do Canindé deu lugar ao estádio da Portuguesa. (FRANÇA, 2015).

Carolina M. de Jesus (2014b, p. 76) registrou em seu *Diário* sua visão sobre a cidade e a favela. Segundo ela,

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no *paraíso*. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas.

Percebemos, portanto, a visão aguçada que a nossa personagem demonstra ter no que tange ao lugar social onde está inserida. Sua consciência e posicionamento geopolítico encaram o reconhecimento das mazelas sociais que rodeiam todos os moradores da favela, assim como os distanciamentos que são possíveis de ver, num mesmo lugar denominado “cidade”.

Antes de ir residir propriamente na favela do Canindé, Carolina ainda vagou por outros lugares da grande cidade, quando ficou grávida pela segunda vez em 1948. O pai da criança, nomeada João José, era um português que nem sequer esteve no hospital para acompanhar o nascimento do filho. De acordo com Carolina M. de Jesus (2014b, p. 195) foi nesse ano que o poder público começou a demolir as habitações populares coletivas para construção de edifícios e a população que nelas residiam foram empurradas para as favelas e para debaixo de pontes.

Agora, mais segura de si, pois pelo menos contava com um pedaço de chão para construir seu próprio barraco, sentia que as coisas doravante se tornariam melhor do que foram. De acordo com Farias (2017, p. 153) os terrenos cedidos pela prefeitura seguiam um padrão de medida que era delimitado por um fiscal. Os lotes,

[...] tinham seis metros de frente com 12 de fundo. Muitos moradores festejaram o novo espaço para morar, mas outros tantos reclamaram, com certo alarde, em tom de reprovação, que era muito pouco para abrigar uma família. [...] E, além de tudo o mais, não dispunham de água nem de esgoto encanado. Ou qualquer tipo de ajuda financeira ou de materiais apropriados para construir a nova moradia. A água para beber e para as tarefas de casa [...] era tirada do próprio rio Tietê [...].

Carolina, de início, por não ter nada para começar a construção de seu barraco, foi morar com um casal que bebia muito e quebrava tudo que tinha dentro de casa. Cansada de viver naquela situação resolve, já na iminência de ter seu segundo filho, João José, sair nas ruas na esperança de encontrar materiais para começar a construção de seu barraco. Ao saber da construção de uma igreja e vendo a possibilidade de conseguir material, segue até o local para selecionar algo das sobras da construção. Foi uma boa ideia que ela teve se não fosse o fato de ter que percorrer uma distância de 10 quilômetros da igreja ao local onde pretendia levantar seu futuro teto.

Vejamos nas palavras de Carolina M. de Jesus (2014c, p. 25) como fora para ela essas viagens.

Todas as noites eu dava duas viagens. Eu ia de bonde, e voltava a pé com as tabuas na cabeça. Tres dias eu carreguei tabuas dando duas viagens. Dêitava às duas horas da manhã. Eu ficava tão cansada que não conseguia dormir. Eu mesma fiz o meu barracozinho. 1 metro e meio por um metro e meio. Aquê tempo eu tinha tanto mêdo de sapo. Quando via um sapo gritava pedia socorro. Quando eu fiz o meu barracão era um Domingo. Tinha tantos homens e nenhum auxiliou-me sobrou uma tabua de quarenta centímetro de largura era em cima dessa tabua sem colchão que eu dórmia.

Carolina agora dentro de seu próprio barraco começa a sentir as dores do parto e uma vizinha sua, senhora Marina, chama a ambulância para que a levasse até um hospital. No parto teve complicações devido o seu estado debilitado de saúde, o que resultou na sua internação por quase um mês. Depois de receber alta volta para a favela do Canindé e ao chegar se deparou com o seu barraco ocupado. A seu modo ela colocou a mulher invasora para correr.

Tendo uma criança para sustentar, porém sem ter um nada para comer, Carolina, ainda de resguardo, teve que deixar o filho sozinho em casa para sair às ruas para catar papel, atividade essa que começou a fazer parte do seu cotidiano cada vez mais e era consequência da falta de emprego que assolava o país. Assim que conseguia uma quantidade boa de papel, ela se dirigia até um depósito de reciclagem para vender e trocá-lo por dinheiro. Voltava às

pressas para casa, pois sabia que o filho, que ainda amamentava, àquela hora já estaria reclamando de fome.

Embora Carolina não quisesse catar papel, pois olhava para aquilo como algo insignificante, desgastante e que rendia pouco, ela percebeu que com a alta dos gêneros alimentícios e a falta deles em casa era inevitável não ter que ir para a rua catar papel. Tempos depois ela reconheceu que era na rua que estava o seu sustento e o de seu filho, ficava orgulhosa, sobretudo quando encontrava junto ao lixo objetos de valor. Em meio a tudo isso que foi se tornando uma pessoa amarga e rancorosa, achava que a vida não lhes dava oportunidade e estava cada vez mais sendo boicotada e pisoteada pelo destino.

Canindé, um aglomerado de pessoas, algumas sem ocupação, virou um espaço de desavenças, intrigas e discórdias entre os próprios moradores. Sem tempo para fofocas, Carolina sempre estava envolvida em catar papel ou cuidando do filho. Os outros moradores, observando a rotina corrida da vizinha, a chamavam de presunçosa, por não se misturar com as outras pessoas, até mesmo por falta de tempo.

Nesse mesmo local era difícil poder contar com a colaboração de alguém, de algum vizinho pelo menos nos momentos mais difíceis. Carolina contou com uma única amiga e vizinha para telefonar ao hospital em busca de ambulância no dia em que João José estava prestes a nascer. Ela odiava os favelados, pois considerava que eles não passavam de uns desocupados, fofoqueiros e, ainda por cima, bêbados, de acordo com a sua opinião. Não raro aconteciam entre os vizinhos da favela do Canindé brigas e desacordos que exaltava o ânimo de todos e alarmava, ainda mais, os níveis de violência do local. A cada desentendimento, Carolina ficava mais distante da população do lugar, alimentando o seu estereótipo de “preta-metida” (FARIAS, 2017).

No ano de 1953, aos 15 dias do mês de julho, nasceu Vera Eunice, filha de Carolina com o espanhol José Antônio, senhor branco e rico. Agora, numa situação muito pior socioeconomicamente, deu a luz à filha no próprio barraco onde residia. Suas criteriosas anotações tratam do momento do parto:

Quem assistiu-me foi a Flôrela e D. Maria puerta. Depois do parto, eu fiquei na cama. A D. Zulmira deu-me de comer para mim, e meus filhos. Não apareceu uma mulher para auxiliar-me carregar uma lata d'água, ou lavar minhas roupas. Foi o dia que passei uma sede horrível não podia levantar para tomar água. Meus filhos ficaram sujos, e toda hora vinham na minha cama pedir pão. Eu tinha uns pedaços de pão duro que eu havia catado no lixo, descascava os pães, e dava para eles comêr. O pai de minha filha apareceu, mas não me deu um tostão. Disse que estava residindo no Rio de Janeiro, para eu não procurá-lo. E eu pensava. Se eu tivesse tido essa criança

no Butantan, quem sabe se as cobras auxiliava-me. Entre os animais talvez, existe solidariedade. (JESUS, 2014c, p. 41).

Através desse relato, percebemos a vida de Carolina seguir à própria sorte ou falta dela. Nada estava dando certo, seus planos não conseguiam sair do papel, literalmente. Sua filha mais nova chorava noite e dia, sem paz e sem descanso, assim como sua mãe quando ela criança, vivia por deixar os vizinhos à flor da pele. As crianças não paravam de resmungar, rogavam à mãe comida, à todo instante. Porém, sem poder sair para trabalhar, a única alternativa era pedir aos vizinhos por alguma ajuda. Sabemos de imediato, que ninguém lhes estendeu a mão, mesmo diante de tal situação. (FARIAS, 2017, p. 177).

Nesse ínterim, entre sofrimentos e angústias, Carolina começa a dar aula para dois meninos da favela. Ensina a eles as primeiras letras e labuta para ensiná-los a ler. No entanto, logo a professora percebeu que ensiná-los não iria ser nenhuma tarefa fácil devido à falta de interesse que os mesmos estavam demonstrando durante as “aulas”.

Desde o momento em que nossa personagem foi morar na favela do Canindé, ela sempre registrou em seus diários o dia a dia dos favelados, inclusive o seu próprio cotidiano. Nessas suas observações e notas, ela criticava o modo como tudo estava ali estruturado e a vida fútil que levava os outros moradores. Embora tenha sido o acaso que levou à sua descoberta, não podemos desconsiderar e deixar de dar relevo ao fato de uma mulher negra e pobre que, apesar das atividades do seu cotidiano, ainda parava para escrever e refletir sobre o seu dia.

Sem contar com dinheiro para poder comprar folhas de papel, lápis ou caneta, Carolina considerava todo o material de escrita que encontrava no lixo. Assim não deixava de escrever em revistas, jornais, folhas avulsas ou papelões. De tal modo que sua casa foi se tornando um depósito repleto de fragmentos, de cacos do seu cotidiano e existência, que mais tarde daria origem ao seu mais famoso livro, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Foi em 1958 que o repórter da Folha da Noite, Audálio Dantas, conheceu Carolina Maria de Jesus. Ele trabalhava para um destacado empreendimento jornalístico que no momento possuía ainda a Folha da Manhã, criada em 1925. O jornal, fundado em 1921, com enfoque mais noticioso que opinativo, com linguagem direta e coloquial, com textos mais curtos e claros e assuntos que atraía atenção das camadas médias urbanas, principalmente, dos trabalhadores, fora criado em contraposição ao O Estado de S. Paulo, que representava as elites rurais e assumia uma posição conservadora, tradicional e rígida (MARTINS; DE LUCA, 2013, p. 165). Essa organização empresarial jornalística lançou também, em 1949, a

Folha da Tarde, e em 1960, esses três jornais foram fundidos em um só sob o título de Folha de S. Paulo. Desse modo, o jornal, Folha da Noite, possuía lugar importante e de destaque na mídia paulistana e fora Carolina mesmo que estabelecera contato com esse veículo. Ela havia chamado um jornalista para notificar acerca do mau uso de uns brinquedos instalados pela Prefeitura. Quando Audálio se deparou com ela, “esbravejava com um grupo de homens” (ALVES, 2014, p. 10) que tomavam os balanços das crianças menores, e ao fazê-lo advertia que colocaria todos em seu livro.

Consoante Alves (2014, p. 9-10),

O jornalista Audálio Dantas conta que fazia uma matéria na favela quando se aproximou uma negra falante e esguia para intimidar um grupo de homens que brincava no *playground* montado para as crianças. Era Carolina. Muito dona de si, Carolina ameaçou os homens dizendo que iria pôr os nomes deles no livro que estava escrevendo. Audálio quis conhecer o livro.

Já conforme as próprias palavras de Dantas (2007, p. 60), como

Repórter, fui encarregado de escrever uma matéria sobre uma favela que se expandia na beira do rio Tietê, no bairro do Canindé. Lá, no reboição favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. E tinha! Tanto que, na hora, desisti de escrever a reportagem.

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história – a visão de dentro da favela.

Audálio, curioso pelo fato e investigativo por profissão, indagou Carolina acerca de que livro ela estava se referindo. Sua interlocutora disse que era um livro sobre a vida na favela que estava escrevendo há muito. Depois desse rápido diálogo, o repórter foi até o barraco daquela, onde guardava os diários. Quando ali chegou, encontrou a vida de Carolina e dos outros favelados escrita numa pilha de papeis e fragmentos, e prometeu-lhe que tudo aquilo ali sairia em forma de livro. Ao ouvir isso ela se alegrou, e muito.

Nas palavras do próprio Dantas (1960, p. 5, grifos do autor)

Fui ver o livro. E pela primeira vês entrei no barraco número 9 da Rua A, favela do Canindé. E vi os cadernos do guarda-comida escuro de fumaça. Narrativa diária da vida de Carolina e da vida da comunidade-favela. Coisa bem contada, assim como aparece agora em letra de fôrma, sem tirar nem pôr. Eu vi, eu senti. Ninguém podia melhor do que a negra Carolina escrever histórias tão negras. Nem escritor transfigurador poderia arrancar tanta beleza triste daquela miséria tôda. Nem repórter de exatidão poderia retratar tudo aquilo no sêco escrever. Foi por isso que eu disse assim para Carolina

Maria de Jesus, lá mesmo, na horinha que lia trechos de seu diário: **Eu prometo que tudo isto que você escreveu sairá num livro.**

Nos dias seguintes, Audálio fazia questão de trazer matérias e retratar Carolina no jornal, fosse considerando-a uma descoberta, fosse abordando-a como exemplo de superação de vida. Sempre deixava claro nas manchetes o fato dela ser mãe, favelada e catadora de papel. De posse de cerca de 20 cadernos, o jornalista sabia que ali havia encontrado uma escritora que, através de seu olhar, denunciava mais coisas do mundo que vários repórteres juntos. De acordo com Dantas (2007, p.6): “Fui o responsável pelo que se chama edição do texto. Li todos aqueles vinte cadernos que continham o dia a dia de Carolina e de seus companheiros de triste viagem”.

Com a popularidade de Carolina aumentando, logo vieram outros entraves, que nunca deixaram de existir, com os vizinhos, conflitos que perduraram até sua saída da favela alguns anos mais tarde, logo após a publicação de seu livro. Embora tenha começado a mudar de vida e a ser notada por onde passava, a sua rotina não parava, pois ainda necessitava do dinheiro que conseguia obter com a coleta dos materiais na rua. Começava a ser traçada uma via diferente até então não imaginada por ela. Os anos que se seguem resumem sua ascensão lenta, bem como seu declínio rápido no mundo das letras.

O ano de 1959 não havia sido bom para Carolina, e ela almejava ter melhorias naquele de 1960, com menos sofrimento e fome. Como se tivesse previsto as boas novas, Audálio a notifica que o conteúdo de seus diários foi aceito para publicação via um contrato com a Livraria Francisco Alves. No dia da assinatura, como destaca Farias (2017, p. 198), levantou cedo para catar papel e tudo o mais que encontrasse de valor. Sem nada pra comer, conseguiu 12 cruzeiros para saciar a fome das crianças. Nesse mesmo dia ela deveria ir ao juizado buscar a pensão de Vera Eunice, já quase certa de que o pai não havia lhes deixado nada. No caminho para o juizado as crianças teimaram bastante com a mãe, ora chorando de fome, ora cansados de caminhar. Quando chegaram ao juizado, Carolina deparou-se com o fato do pai de Vera Eunice ter deixado o dinheiro, o quê a animou.

Ainda pelo caminho, a filha birrenta “empacou-se” e se negava a continuar. Carolina, sem paciência, deixou-a para trás. Depois, quando viu havia perdido a filha pelo caminho, entrou em desespero junto aos irmãos, José Carlos e João José. Vera Eunice estava dentro de uma loja de tecidos escondida da mãe. Passado o susto a escritora chegou à Livraria Francisco Alves. Estava feliz a tal ponto de dizer: “A minha cor preta não foi obstáculo para mim. E nem meus trajes humildes” (FARIAS, 2017, p. 200).

A tão esperada assinatura do contrato veio a acontecer mesmo após essa série de aborrecimentos que Carolina teve no dia. Sobre esse momento, e dando um sentido a ele, ela relata em *Casa de alvenaria*: diário de uma ex-favelada, seu segundo livro, o seguinte:

O senhor Lélío de Castro Andrade deu 2 mil cruzeiros ao reporte (Audálio Dantas) para dar-me. Os filhos ficaram alegres. Eu disse ao João que amanhã vou comprar carne para fazer bife para ele, porque faz tempo que ele está suplicando-me para fazer. Ele ficou alegre sorrindo. Percebi que ele estava pensando num prato de arroz com bife acebolado. As crianças antigas pensavam em Ciranda-Cirandinha. As atuais pensam em comida. (JESUS, 1961, p. 14).

A partir dos anos de 1960, Carolina passou a ficar mais e mais popular, conhecida, fosse pela televisão ou pelos jornais impressos. Com a televisão conquistando corações e mentes na sociedade brasileira, após sua inauguração em 1950, e os aparelhos televisivos ganhando mais “espaço” nas residências na década seguinte, a população passou a conhecer quem era a escritora favelada.

Conforme Marcos Napolitano (2001, p. 54-55), ao longo dos anos de 1950, a televisão permaneceu como novidade, extravagância, acessível às faixas mais ricas da população das grandes cidades, só ganhando maior popularidade na década seguinte. Marialva Barbosa (2007, p.175-176) destaca que nos anos de 1960 novos atores midiáticos entram em cena, irromperam na vida cotidiana de famílias também comum, alterando a composição da história da imprensa, como os filmes, e uma personagem emblemática: a televisão. O inusitado é que, de repente, todos estão em torno de um aparelho, que ocupa lugar entronizado na sala de estar, ou figuram na janela, como os vizinhos que se amontoam para poderem ver as imagens.

Nesse contexto a imagem de Carolina já começava a ser divulgada e vendida em tais meios de comunicação. Assim dá-se início a uma maratona de entrevistas individuais e coletivas, nas quais repórteres queriam, a todo custo, saber da vida e obra da escritora. Chegou a tal ponto o assédio que Carolina veio a zangar-se devido o estresse causado pelas entrevistas.

Como havíamos mencionado na introdução, Carolina tem sido considerada como sendo uma das primeiras mulheres negras a publicar no Brasil, contudo há autores que defendem a hipótese de que a primeira escritora negra brasileira a publicar seus escritos seria Maria Firmina dos Reis, nascida em 1822, na cidade de São Luís. Publicou *Úrsula*, um romance que teve como pano de fundo a escravidão e a representatividade da mulher negra.

Visto sob esse prisma, Firmina inaugura e abre espaço para escritoras seguintes, como Carolina que, de certa forma, tem sido consagrada como pioneira junto com Firmina.

De todo modo, independente da preocupação que alguns têm levantado sobre quem foi a pioneira, o que de fato queremos ressaltar é que ambas as escritoras supracitadas, a seu modo, deram um novo sentido à literatura quando por meio da sua escrita expuseram as lutas e as misérias enfrentadas por elas e seu povo, sobretudo Carolina que ganhou fama nos espaços predominantemente marcados pela presença de brancos e por muitos foi considerada uma espécie de “mácula” dentro da literatura. Contudo não sucumbiu mediante dos ataques sofridos.

Quando o livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* foi publicado, em 1960, teve sucesso instantâneo. No dia do lançamento, vendeu 800 exemplares. Só na primeira semana 10 mil cópias foram vendidas, e outras 300 mil nos anos seguintes. A primeira edição esgotou-se rapidamente e isso deixou Carolina muito feliz. A cada hora que passava seu livro se tornava conhecido e o número de autógrafos e entrevistas aumentava de forma exorbitante.

Assim nasceu a escritora Carolina Maria de Jesus. Publicado com estardalhaço, *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (agosto de 1960) foi sucesso nacional caindo nas graças de nomes como Raquel de Queiroz, Manuel Bandeira, Luis Martins, Clarice Lispector, entre outros. (ALVES, 2014, p.10).

O *Diário*, de modo bem detalhado e rico em observações, narra o dia a dia de Carolina do período de 15 de julho de 1955 até 1º de janeiro de 1960. O nome do livro parte da própria autora; com uma perspicácia incomparável e uma sensibilidade sobrehumana, ela explica que, em

[...] 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo embaixo das pontes. É por isso que denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 2014b, p. 195).

Mais tarde, ela acrescenta: “Classifiquei a favela de quarto de despejo porque em 1948, quando o Dr. Prestes Maia começou a urbanizar a cidade de São Paulo, os pobres que habitavam os porões foram atirados ao relento.” (JESUS, 1961, p. 18).

Consoante Marcelo Ridenti (2014, p. 37), a trajetória de vários artistas e intelectuais na cena política brasileira foi marcante a partir dos anos 1960 quer por suas obras, quer por declarações à imprensa ou participação em movimentos e campanhas. Determinados artistas e

intelectuais de classe média solidarizaram-se com aquelas outras classes, ou com o que imaginavam serem elas, e suas dificuldades de representação.

Para além da incontestável influência dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural a partir dos anos 1960 – e da tradicional crítica ao capitalismo entre artistas e intelectuais – a resposta a essas questões passaria centralmente pelas dificuldades de identidade e representação de classe, especialmente das subalternas. (RIDENTI, 2014, p. 37).

Nesse momento, diversos artistas e intelectuais defendiam a utilização das artes, como o teatro, cinema, literatura e cultura popular, dentre outras, como instrumentos de conscientização do povo, engajando-se em projetos de criação e divulgação de uma cultura e bens que contribuísse para tal conscientização. A arte do povo foi objeto de interesse e instrumento de ação no objetivo de formá-lo, despertando para a reflexão e a consciência de si. Assim, o mundo das classes populares, dentre eles das favelas, ganha espaço nas produções culturais, como no filme *Rio, zona norte*, do diretor paulista Roberto Santos, realizado em 1957, ou *Barravento*, de Glauber Rocha, sobre a miséria dos habitantes de uma vila de pescadores, que foi denunciada. Glauber, por exemplo, defendia a necessidade de uma nova linguagem e elegia o grupo de *Cinco vezes favela*, que reuniu, em 62, cinco curtas-metragens sobre as populações faveladas do Rio de Janeiro, como artistas empenhados nessa construção. Em tal conjuntura, de dar atenção à cultura popular e suas questões e seus problemas, e de simplificação da linguagem para comunicação com o povo, é que surge Carolina Maria de Jesus, sendo objeto de interesse da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa (ALMEIDA, 1996, p. 53-4, 57-61).

O livro, de gênero autobiográfico, retrata a história de vida de Carolina e dos moradores da favela do Canindé entre os anos de 1955 a 1960. Não obstante o fato de ser um diário, seus relatos não se encaixam em qualquer outro diário íntimo e pessoal, pois se trata de um diário da existência em uma favela, onde é destacado a fome, a pobreza, as desigualdades, as mazelas sociais, os conflitos e as intrigas que emergia em seu cotidiano. Para a publicação, Audálio Dantas, que ficou responsável pela edição do texto, fez questão de conservar a sintaxe e os discursos da autora, alterando somente a pontuação e a acentuação, a título de facilitar o entendimento.

O livro foi traduzido em 13 línguas e vendeu mais de um milhão de cópias. De acordo com Farias (2017, p. 296), “as edições estrangeiras de ‘Quarto de despejo’ surgiram, em sua maioria, entre os anos de 1961 e 1965. O primeiro país a traduzir o livro foi a Dinamarca, seguido pela Holanda e Argentina”. No ano de 1962, foi publicado na França, Alemanha

Ocidental, Suécia, Itália, Checoslováquia, Romênia, Inglaterra, Estados Unidos e Japão. Em 1964, saiu na Polônia e, no ano seguinte, na Hungria e em Cuba. (LEVINE; MEIHY, 2014, p. 25)

No ano de 2017 já estava em sua 10 edição. Apesar de ter sido escrito na década de 50 do século XX, o livro não deixou de ser atual, como uma obra de análise sociológica escrita hoje. A situação dos moradores da favela pouco se modificou e a vida dos pobres e dos negros continuam em desalinho se compararmos com as páginas que Carolina escreveu. Devido a isso *Quarto de despejo* tem servido, ainda que sob o olhar de uma moradora semi-analfabeta, como suporte para muitos estudos políticos e socioculturais desse Brasil de ontem e hoje.

Mediante tamanho sucesso, nossa personagem explicita o real motivo do porquê começou a escrever. De acordo com ela, seu objetivo não era publicidade e sua escrita se dava “Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário” (JESUS, 2014b, p. 195). E assim, o mundo concebe, sob os olhos de uma mulher, favelada, mãe de três filhos, migrante, negra e pobre, como é estar face a face com a pobreza e a miséria. Num país onde as classes menos abastadas continuam sofrendo cotidianamente por conta de interesses maiores, sobretudo do capital, narrar as sofrências é rebelar-se contra o sistema imposto.

Muitos escritores consagrados da época teria se enciumado com o fato do grande sucesso de Carolina. No dia 21 de agosto de 1960, ele aparece no jornal *Folha de São Paulo* liderando o primeiro lugar no ranking dos livros mais bem vendidos nas últimas semanas. A notícia logo se espalhou por todo o país através dos noticiários e também jornais do estrangeiro começaram a notificar a respeito do sucesso da escritora favelada.

Com o sucesso da publicação de seu livro vieram também as críticas acerca do diário. Em uma dessas, uma leitora escreve o seguinte:

O “Best-seller” da sra. Maria de Jesus não apresenta nenhuma novidade. É fraco, menos que infantil, monótono e desprovido mesmo de qualquer sentido de observação profunda, que lhe empreste as características de um trabalho eminentemente documental. Vale, quando muito, como um “teste” que vem pôr de calva à mostra a fraqueza cultural do povo em geral. Percebe-se, aliás, e sem grande esforço de raciocínio, que a sra. Maria de Jesus foi vítima de uma nova modalidade do “conto do vigário” que redundou, como se viu, em seu próprio benefício. (Folha de São Paulo, 22 de setembro de 1960, p. 3).

Diante das críticas, Carolina percebia que aquelas não estavam totalmente direcionadas ao seu livro, mas dizia muito de sua situação socioeconômica, bem como do fato de ser uma escritora pobre, negra, favelada e mãe solo. Podemos ver que o público, em especial o da classe média alta, não fazia questão de aceitar e reconhecer o sucesso da escritora e achavam nas críticas um meio de atacá-la não só pessoalmente, sobretudo no meio coletivo.

Os dias de Carolina se tornaram completamente cheios, a agenda estava repleta de compromissos e a escritora começou a postergar os seus outros escritos, como romances, poesias, prosas, pequenos versos e seus diários, a que ela tanto se dedicava que, no entanto estavam começando a se atrasar.

Assim o ano de 1960, que houvera começado com alegrias e sobressaltos, prometia terminar com o incômodo causado pela publicação do livro nos meio da alta sociedade. Conceber uma escritora favelada e negra em um mundo literário estritamente dominado por homens, pelo formalismo e culto ao bom uso da língua portuguesa, não seria fácil. Portanto, agora que Carolina tinha provado de seu sucesso, ela estava disposta a continuar lutando para ganhar seu espaço na literatura, não se importando e tampouco sabendo que para isso ela teria que travar muitas “lutas” para se fazer reconhecida.

3.3 Carolina deixa a favela: do declínio à morte

Desde que lançara seu livro Carolina não conseguia ter tempo disponível para o convívio em casa, tampouco com os filhos. Estes, por sua vez, ficavam sozinhos em casa ou na casa de algum vizinho, mas logo ela descobriu as violências sofridas pelas três crianças por parte das pessoas que as olhavam. Carolina não sentia-se bem pela situação e cogitava mudar-se dali, considerando a favela como o próprio “gabinete do diabo”. Pedia aos filhos calma e paciência, pois assim que conseguisse uma boa quantia em dinheiro eles comprariam uma casa em outro lugar.

Certo dia, após participar do sorteio de casas populares, Carolina recebeu o convite de um amigo para deixar a favela e ir morar na casa dele em Osasco-SP até que a escritora arranjasse algo melhor para residir com os filhos. Carolina espantada pelo convite e preocupada com o que os vizinhos iriam pensar, não resistiu ao convite e aceitou. Empolgada com a mudança Carolina voltou para casa pensando que aquela seria a última noite que iria passar na favela. Após avisar os filhos e a Audálio Dantas, correu para comunicar a boa notícia à Dona Alice, sua vizinha, que ficou triste ao saber da mudança.

No dia 30 de agosto de 1960, o alvoroço começou bem cedo, os moradores da favela já sabiam da novidade e os comentários apareceram por todos os lados. Alguns diziam que ela estava muito rica, outros que só conseguiu tanto dinheiro nas custas dos favelados e que, acima de tudo, não passava de uma pessoa que usurpou e aproveitou da miséria dos outros para conseguir se sobressair à custa deles. Carolina foi comprar pão e na volta conseguiu contratar um caminhão para levar suas coisas até Osasco. Arrumou suas coisas e a das crianças, bem poucas. Não evitando ficar longe dos jornais, fez questão de comunicar sua mudança a eles. Esses, por sua vez, fizeram questão de estar no dia da “grande mudança”. Carolina estava contentíssima e declarou a um jornalista que: “Desde que vim morar neste barraco, acalento este sonho: sair da favela, ir residir em um lugar de mais conforto. Há mais de 10 anos que tenho esse desejo.” (Arquivo do autor, 30/08/1960)⁶.

Apreensiva, suja e descalça Carolina colocou todos os pertences no caminhão, dentre eles suas roupas, utensílios domésticos e seus livros. Num gesto de amor e agradecimento deixou seu barraco para dona Alice, sua única companheira e vizinha que a apoiou nos momentos difíceis e de quem de fato sentiria saudades, além de ter sido a única que a ajudou com a mudança.

Por volta das 14 horas daquele dia, o caminhão deu a partida após todos subirem. Começaram a sair da favela, e nesse instante alguns ousaram a apedrejar o caminhão. As pedras acertaram José Carlos e este ficou com alguns ferimentos. Carolina, atordoada, não sabia bem o porquê das pedras e dos gritos de “Você está indo embora para não apanhar!” Ela retrucou dizendo que havia morado mais de 10 anos na favela e ninguém, até então, havia lhe espancado. Contudo iria estar na Rua Antonio Agu, 833, em Osasco, e esperava quem quer que fosse para acertar as contas.

Quando chegaram a Osasco a equipe de jornalismo estava toda lá para filmar e reportar a chegada da escritora negra e agora ex-favelada na sua nova casa. Sobre um ato simbólico, Antônio Soeiro, amigo de Carolina, foi fotografado ao lado dela entregando-lhe as chaves de sua “casa”. Após um dia de tanta trabalhadeira, xingamentos, pedradas, fardos e agitação, a escritora e os filhos finalmente conseguiram descansar sob o teto de uma casa de alvenaria após um banho quente de chuveiro elétrico. Mas, mesmo assim não conseguiu pegar no sono, pois estava pensativa acerca do lugar social que ocupava agora.

A casa e a hospitalidade de Antônio Soeiro agradou e muito Carolina e seus filhos. Mas certo é que a vida dessa família não estava escrita para ser vivida sob calmarias e glórias.

⁶“Carolina de Jesus mudou-se: ‘Deixo o barraco sem saudades da favela’”, 30/08/1960 (Arquivo do Autor, cópia sem informação do jornal).

Assim, ali mesmo, ela passou a ter desentendimentos com a vizinhança, o motivo era a respeito de seus filhos que viviam a trazer problemas para o bom convívio. Logo Carolina teve que se mudar, e seu destino foi o Bairro de Santana, numa residência maior que a de antes, localizada na Rua Benta Pereira, nº 562. (SILVA, 2007, p. 17). Essa casa, a contragosto de Carolina, foi comprada por Audálio Dantas com o dinheiro dos direitos autorais do livro. Segundo ele, para quem morava na favela, qualquer coisa serviria.

A decepção dela de morar em Santana aumentava mais quando situações como essas relatadas se repetiam. Nas palavras de Jesus (1996a, p. 201)

O que tenho pavôr é de residir na rua Bento Pereira. Se uma criança entra na minha casa as mães correm e retiram os filhos dizendo-lhes: Vocês não devem brincar com os filhos de Carolina! E cheguei a conclusão que tudo que existe no mundo, é imposto pelos brancos. Eles é quem cultivam o preconceito.

Apesar de estar ganhando muito dinheiro com a venda do seu livro, Carolina não percebia que sua riqueza poderia se esgotar um dia. Audálio, sempre cauteloso, tentava medir os gastos que a escritora tinha e conscientizá-la da necessidade de ter um controle. Era ele que ficava com seus talões de cheque ou dinheiro, entretanto, Carolina, às vezes, enxergava esses conselhos como uma forma de intrometimento da parte do repórter mais do que um aviso de que tudo aquilo que viera poderia ir embora num piscar de olhos, se não houvesse comedimento. Ao vê-la em boa situação econômica, as pessoas começaram a se aproveitar de sua boa índole, como pedindo dinheiro para comer, mulheres alegando que perderam o marido, mães alegando que os filhos quedavam-se doentes, além dos moradores de Canindé que, também, aproveitaram da situação para pedir dinheiro a ela.

Como ela mesma destaca (JESUS, 1996a, p. 138),

Quando eu vejo alguém na minha porta, penso: já veio pedir dinheiro. Não recebo a visita dos meus colegas do Albergue Noturno, da sopa da sinagoga da Rua Cassimiro de Abreu, do pão da igreja Imaculada Conceição. Eles devem estar invejando-me, e eu invejando-os.

O ano de 1961 raiou e Carolina não continha seus gastos. Alimentos, livros, objetos pessoais, que custavam x cruzeiros ela não poupava em pagar dobro por aquilo. Em restaurantes não fazia questão do troco e sempre deixava uma boa gorjeta para o garçom. Contribuiu com algumas instituições de caridade como orfanatos e hospitais, bem como com

campanhas que ajudavam no combate ao câncer. Tudo isso continuava a desagradar Audálio Dantas, que sempre lhes rogava para que economizasse seu dinheiro.

No final do ano de 1961, Carolina viajou para Argentina, Chile e Uruguai. Sua agenda foi lotada e bem corrida durante o tempo em que estivera nos países vizinhos, pois tinha que dividir seu tempo entre autógrafos, entrevistas e rodas de conversa na TV, rádio e jornal. No avião em que voou do Uruguai para Buenos Aires, a sua presença chamou a atenção de todos que ali estavam. Entre uma conversa e outra, ela percebia que estavam falando a respeito de sua cor. Na cidade de Córdoba não fora diferente, pois os transeuntes que por ela passava, faziam questão de parar para olhá-la. Fato que ficou marcado em sua vida e em seus diários.

Já no início do ano de 1962, Carolina publica seu segundo livro intitulando-o de *Casa de alvenaria* – diário de uma ex-favelada, pela mesma livraria Francisco Alves, que outrora publicara *Quarto de despejo* - diário de uma favelada. No entanto, o sucesso não foi como esperado e não alcançou o devido reconhecimento que Carolina achou que merecia, como ocorrera com sua primeira publicação em 1960.

Certa vez, ao se deparar com as travessuras dos filhos nas casas dos vizinhos, Carolina escreveu em seu diário de ex-favelada: “ergui os olhos aos céus. Se eu tivesse asas eu levaria os meus filhos, um de cada vez, para lá e não mais voltaria à terra” (JESUS, 1961, apud FARIAS, 2017, p. 313). Percebemos que esse mesmo desejo que agora surge em Carolina com relação aos filhos, ao vê-los sofrer por xingamentos e também cometer peraltices, anos atrás aparecia em sua mãe, dona Cota, pois esta já não suportava ver a filha sob o julgo das pessoas que lhes apontava e acusava de inúmeras travessuras.

O problema da fome, das necessidades e das faltas, Carolina havia superado. Agora ela tinha dinheiro para comprar o que bem entendia e queria. Os filhos já não choravam mais pelas coisas que queriam ter e a mãe se sentia orgulhosa por isso. Agora a família Jesus tinha uma casa de alvenaria e a já tinha conhecido o mundo fora do Brasil, ou pelo menos partes dele.

Carolina continuou a escrever sua vida nos diários, e desde que se mudara da favela ela já estava preparando um material que lhe possibilitou publicar seu segundo livro, *Casa de Alvenaria*. No entanto, sua narrativa já não despertava tal interesse nos seus leitores. A sua crítica ácida àqueles que a cercavam já não denunciava mais as questões acerca da sociedade, mas ofendia, em conjunto com os filhos, as pessoas e esse mundo no qual ela estava agora inserida.

Com uma tiragem inicial de 30 mil exemplares, a venda do novo livro de Carolina foi considerada no meio literário um grande fiasco de vendas. Pouco poético e sem prender o

leitor, o diário assustou os próprios críticos e redatores que esperavam o mesmo sucesso de vendas de *Quarto de despejo*. Mas ela já havia lançado seu livro com sucesso e ele continuou repercutindo mundo afora. As pessoas a sua volta, os leitores, já estavam se cansando daquela forma de escrita e linguagem, e não foi difícil perceber que naquele ano de 1962 as coisas começariam a sair dos trilhos, como outrora tantas vezes saíra.

Com o decorrer do tempo, os convites e entrevistas foram ficando mais raras. Seu rosto já não mais aparecia nos jornais regionais e muito menos locais. Uma crise de depressão caiu sobre Carolina. A agitação de antes se aquietara e a escritora logo foi percebendo que seu sucesso não duraria por muito tempo. O dinheiro, que parecia ser infinito para ela e para as crianças, começou a ficar mais regrado e escasso. Com isso as dívidas começaram bater-lhe a porta. Sua saúde também não andava bem e as dores, por todo o corpo, incomodavam-lhe, cada vez mais. Para completar seu estado de tristeza os filhos sempre estavam aprontando na vizinhança e ela, não raro, recebia de cara fechada os vizinhos acompanhados de reclamações.

Por falta de recursos teve que dispensar a empregada. A casa, como relata poucos repórteres que ali estiveram, estava bagunçada, coisas para arrumar, cozinha fora de ordem e jardim sem o mínimo de cuidado. Diante de toda aquela dificuldade, Carolina não viu outro jeito senão vender a casa no bairro de Santana e tentar construir uma nova vida em um sítio, um pouco distante de São Paulo, que havia adquirido sem o conhecimento de ninguém. Agora ela apostava em uma vida simples, humilde, de calma e tendo por ocupação o plantio de pequenas hortaliças e a criação de animais, como galinhas e porcos. Com isso ganhava sossego e calma, afastando da tão corrida e movimentada cidade de São Paulo, bem como adquiria proteção aos filhos que viveriam longe das ruas e ameaças dos vizinhos.

Em meio a tantas decisões desastrosas, Carolina já não mais conseguia se reorganizar, por mais que tentasse pensar em novos projetos, novas publicações e criações literárias. Tudo isso para ela se tornava cada vez mais difícil. Os filhos acostumados com o aconchego e a vida no ócio quando moravam na casa de Santana começaram a reclamar da nova rotina que levavam, em ter que ajudar a mãe nas tarefas da casa e em particular do sítio.

A imprensa não perdoava, e Carolina, vez ou outra, era destaque nos jornais, agora como escritora que não mais estava no auge ou que se rebaixara muito. Ela percebia em meio ao público que já não era mais tão querida; raramente alguém lhe pedia para autografar um livro seu e isso feria profundamente o ego da escritora. Mais tarde foi encontrada em um de seus diários a seguinte anotação: “Depois que deixei a favela, que confusão na minha vida.

Quantas atribuições: viagens, visitas e ter que falar com gatos e cachorros. O pior em tudo isso são os aborrecimentos.” (JESUS, 1996a)⁷.

Comentários acerca do repórter Audálio Dantas não eram raros. Carolina chegou a afirmar que ele estava ficando com todos os lucros obtidos através da venda dos livros e não estava prestando contas acerca das vendas, o que, conforme a escritora, a colocava em situação de miséria, de dívidas e constantes necessidades. A situação se extremou quando em dezembro daquele ano de 1962 ela não tinha nada para dar de comer aos três filhos.

Sem outro meio, a não ser pedir, Carolina foi até a casa de Audálio para ver se lá encontrava algum dinheiro, mas não encontrou o repórter. Deliberou em pedir na vizinhança. Com muito custo ganhou um pedaço de pão de quem não deixou de comentar: “É assim a tua vida?” A essa provocação ela respondeu: “Vivo pior do que na favela.” Saiu dali furiosa por ter que novamente passar por aquela situação de pedinte. Indignada voltou para casa reflexiva, questionando como podia ter publicado um livro com a tradução em 21 países, mas não receber nada por isso? Para ela, era tolice pensar em trabalho nesse país, antes ser o próprio problema social.

Na volta para casa aproveitou para catar alguns materiais que pudesse vender. Por sorte encontrou uma mulher que a reconheceu como uma escritora “famosa”, o que lhes rendeu um dinheiro extra de 100 cruzeiros. No final do mês de dezembro, Audálio apareceu em sua casa em Santana com um diretor cinematográfico, propondo a transformação de *Quarto de despejo* em filme. Mais do que um privilégio ver seu livro virando filme, Carolina receberia uma quantia de 1 milhão de cruzeiros, sendo 700 mil para ela e 300 mil para o repórter, comissão por sua intermediação nos negócios de Carolina. (FARIAS, 2017).

As gravações começaram, entretanto nunca terminaram e o filme tampouco foi exibido. O dinheiro do filme Carolina usou para aumentar o sítio, o que acelerou ainda mais o esgotamento de seus recursos. A escritora, sem saída, teve que vender sua máquina de escrever para conseguir colocar comida em casa. Os filhos também estavam precisando de roupas e sapatos novos. Necessidades que não puderam ser atendidas de imediato, como outrora ela fazia questão de adquirir os bens mais caros das lojas.

No fim do ano de 1963, o convívio no sítio Parelheiros pela família Jesus estava mais frequente. Contudo a estrutura em si do sítio era muito deteriorada, o dinheiro que Carolina recebeu do filme mal deu para reformar o telhado, deixando todo o restante da estrutura a

⁷ Anotação encontrada no “Diário de Carolina M. de Jesus”, com aproximadamente 160 páginas manuscritas, algumas com anotações de conta, que vai de 21 de setembro de 1962 a 18 de dezembro de 1963, no geral com relatos sobre o sítio de Parelheiros. O seu conteúdo, mais tarde irá sair na edição de *Meu estranho diário* (1996a).

desejar por algo melhor. Na primeira noite que dormiu no sítio, Carolina se sentiu muito bem pela calma e paz que o lugar trazia, mas José Carlos resmungou a noite toda, dizendo que preferia sua cama em Santana a dormir no chão frio e imundo.

Em 1963 conseguiu publicar, com a ajuda do poeta Eduardo de Oliveira, um livro que chamaria *Felizarda*, mas que, sem sua autorização, mudaram o título para *Pedaços da fome*, tendo o próprio Eduardo como organizador. Possuindo plena certeza de que o livro iria fazer muito sucesso, Carolina gastou seus últimos recursos para publicá-lo. De capa e impressão simples, o livro não resultou no sucesso esperado e, mais uma vez, a escritora se decepcionou quando apenas alguns poucos volumes da obra foram vendidos. Frustrada com a venda e com a mudança do título, ela entrou em desacordo com Eduardo de Oliveira. E, assim como fez com Audálio Dantas, por achar que este a estava fazendo de idiota, também rompeu com o poeta.

Nesse ano ainda saiu pela mesma editora, Francisco Alves, *Provérbios*, que também marcou um novo estilo literário da escritora, embora não tenha sido considerado nenhum sucesso de vendas. Sobre *Provérbios* afirma Meihy (2014, p. 35),

Foi mesmo um ato de teimosia, pois não houve editor que aceitasse publicá-la. *Provérbios* vendeu ainda menos que *Casa [de Alvenaria]*, e além de tudo não gerou nenhum lucro. Talvez, no máximo, tenha servido para satisfazer o próprio ego e a angústia de não sair de circulação e se mostrar como escritora “de literatura”. O resultado foi uma piora de suas condições financeiras já precárias.

Carolina, diante de tal situação, não viu outro modo senão voltar às ruas para catar papel. A casa em que morava, pelo grande espaço que tinha, ficou-se cada vez mais na sujeira e no pó. Sem ninguém para ajudar com a limpeza, a situação do próprio lugar de onde morava foi se agravando. Com problemas de saúde, mal conseguia sustentar a si mesma. (FARIAS, 2017, p. 335).

Nas ruas, quando saía para catar papel, dentre outros materiais recicláveis, Carolina vivia sendo importunada por pessoas que a reconheciam como escritora famosa e, logo gritavam em tom zombeteiro: “você não precisa disso, pois é rica”. Tais gestos deixavam-na ainda mais desanimada com a vida e com tudo a sua volta. Certa feita, quando estava carregando o saco, sem forças para tal, ela caiu em meio aos transeuntes. (FARIAS, 2017, p. 335).

A mulher que antes trabalhou na casa de muitos, agora não conseguia arrumar emprego fixo ou como diarista em local algum. O que mais lhe martelava em sua mente era a

fome que batia em sua porta e, principalmente, aquela que assolava seus filhos. Em um momento de desespero, Carolina se viu obrigada a vender os direitos de edição do seu livro *Quarto de despejo*, contudo não há registros de que tenha surgido alguém interessado nos direitos.

Com um feixe de esperança, Carolina anunciou que pretendia publicar dois novos livros que estavam prontos, o primeiro *Reminiscências*, que buscava retratar fatos de sua infância, família e convivência da menina Bitita em Sacramento e o segundo, um romance, *Dr. Sílvio*, que narrava a história de uma moça pobre que se casou com um homem contra a vontade da família deste, o que acabou resultando em uma série de complicações pós-matrimônio.

Os jornais em 1962 haviam relatado que Carolina já estava decidida com relação a partilha dos bens entre os filhos. A casa de Santana ficaria com Vera Eunice, até então com 10 anos e o sítio Parelheiros ficaria na posse de João José e José Carlos de 14 e 12 anos respectivamente. A mudança definitiva para Parelheiros tornou a convivência entre mãe e filhos muito mais complicada. Os meninos, já na adolescência, não queriam permanecer ali e sempre arrumavam uma maneira de burlar as ordens e regras que a mãe lhes impunha, o que causava mais desgosto e discórdia entre a família. Carolina vivia fazendo ameaças de que se suicidaria e os deixaria só, sem amparo e mãe. Melhorava um pouco seu estado psíquico quando saía no quintal para respirar ar puro e ver o mato ao redor da casa. (FARIAS, 2017).

Nas palavras de Meihy (2014), após o país ter vivido um intenso movimento de urbanização e industrialização no governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961)⁸ pouco tempo depois, é instaurado o Regime Militar por meio do Golpe de 1964 perpetrado pelos militares e aclamado por civis no governo do então presidente João Goulart. Em meio a esse ambiente instável, antidemocrático e censurável, Carolina sofre um boicote radical de suas obras, sobretudo por parte das editoras que, temendo a censura e o prejuízo econômico, começam a negar a publicação e as reedições dos livros da escritora mineira.

Anos mais tarde, numa entrevista, Carolina, ao ser questionada sobre os motivos por ter parado de escrever, responde que no Brasil o escritor tem que passar pela humilhação de implorar às editoras por uma publicação. E completa: “Só tive desgosto com a literatura. Mesmo que quisesse voltar a escrever, não poderia. Meus filhos me proibiram”. Mesmo “proibida”, ela sempre aconselhou aos negros a desobedecerem os brancos, e que aqueles

⁸ Carolina mostra, por meio de seus diários a outra face do país, um Brasil sem infra-estrutura, sem políticas públicas que buscassem atender as camadas populares, de um povo oprimido e cansado de sofrer tantas injustiças sociais. Ela não deixa de mencionar, e escreve: “Eu não gosto do Kubitschek. O homem que tem um nome esquisito que o povo sabe falar, mas não sabe escrever.” (JESUS, 2014b, p.70).

deveriam estudar, para evitar uma nação cada vez mais segregada entre os que não sabiam ler e escrever e aqueles que o sabiam. Portanto, uma classe submissa, e entre aqueles que regiam a ordem, ou classe dominante (JESUS, 1976, p.5).

O humor de Carolina andava cada vez pior, as tormentas do dia a dia pressionavam-na ainda mais para o abismo. O grande centro urbano já não estava mais próximo e isso fazia com que os filhos de Carolina ficassem muito tempo ociosos, blasfemando contra a vida que agora levavam. Foi nesse período também que Carolina participava menos de apresentações de teatros, de shows e de amostras literárias. A ausência de sua imagem nesses eventos e espaços públicos deu sinal de esquecimento dela na mente das pessoas.

Por mais que Carolina mantivesse ocupada com as tarefas do sítio, ela não conseguia esquecer-se dos momentos que outrora viveu. Agora seus amigos já não a procuravam e as visitas se tornavam mais escassas. A imprensa quase não a noticiava e quando a procurava a matéria girava em torno da zombaria e do deboche da vida que escritora estava levando. (FARIAS, 2017).

Embora Carolina apresentasse estar nesse mar de azar, em meados da década de 70, a escritora recebeu em sua casa duas jornalistas, uma francesa e outra brasileira que estavam recolhendo histórias de vida de mulheres brasileiras. Além de dar entrevista, Carolina viu a oportunidade de publicar suas memórias da infância, e não titubeou em entregar às jornalistas seus escritos que mais tarde, já após sua morte, viriam a ser publicados, em 1982, na França com o nome de *Journal de Bitita*. No Brasil o livro só seria publicado quatro anos mais tarde, em 1986, a partir da edição francesa, pela editora Nova Fronteira com o título de *Diário de Bitita* (ALVES, 2014, p. 11).

Nesse diário, pouco conhecido pelos leitores apesar dos anos de publicação, Carolina narra sua história de vida desde criança na pequena cidade mineira de Sacramento, Minas Gerais, com todas as dificuldades e agruras já lutando para sobreviver e sempre atrás de trabalho. É possível perceber também sua relação com a família, com a escola, o trabalho, e também seu percurso migratório pelo interior dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e por fim, sua decisão de migrar do interior para São Paulo capital.

Um aspecto interessante dessa obra de memórias da menina Bitita é destacado por Marcela Ernesto dos Santos (2010). De acordo com ela, Carolina vai narrando por meio do diário, e seguindo uma linearidade temporal, suas descobertas de criança e o processo por meio do qual o “eu”, que vivia no passado, deu lugar a esse “eu” presente. “Dessa forma, a escrita de memórias é muitas vezes epifânica, uma vez que a escritora, distante do momento

vivido, é capaz de lançar um olhar mais sensato e até arbitrário sobre as situações narradas.” (SANTOS, 2010, p.19).

Valendo-se do veio da memória, Carolina [...] revisita o passado e relata com poeticidade eventos de dor e de felicidade, que nem mesmo as transformações do tempo são capazes de apagar. Ao registrar a própria existência por meio da escrita, a autora transcende os limites do *chronos* e nos leva a uma reflexão sobre questões identitárias, sexistas e, sobretudo, preconceituosas que ainda assolam a realidade de muitas mulheres negras. (SANTOS, 2010, p. 20).

No final do ano de 1976, Carolina estava muito debilitada de saúde, contudo conseguiu, com muito esforço, comparecer no lançamento de o *Quarto de despejo* em edição de bolso. Reclamando de dores por todo o corpo, com dificuldades para se locomover e com a mente confusa, tinha dificuldades de relacionar-se com as pessoas, os “outros”, devido o seu estado de saúde. Nesse lançamento reconciliou-se com Audálio Dantas, o repórter que a descobrira e lançará e com quem havia brigado e rompido relações anos antes acusando-o de interferir nos seus negócios e mandar nas suas finanças.

Envolta de consultas médicas Carolina optou por passar alguns dias na casa do filho José Carlos, uma vez que ele morava próximo ao Pronto Socorro que ela frequentava. No dia 13 de fevereiro de 1977, aos 62 anos de idade, Carolina passou melhor, brincou e cantou com as netas. Contudo por volta da meia noite, ela reclamou ao filho que não estava se sentindo muito bem, estava com dor e sentia um sufocamento, o ar já lhes faltava.

De acordo com José Carlos (1977) o desespero tomou conta de si. A mãe ainda achava que logo o mal estar passaria, como sempre acontecia, no entanto, ao correr pela rua em busca de um carro e após colocá-la dentro do automóvel do advogado, de nome Antônio, ele percebeu que já era tarde. Carolina falecera ali mesmo no colo da nora Joana, por volta de uma hora da manhã. De acordo com José Carlos, a mãe nunca se preocupou com a morte e até afirmou que não voltaria para Parelheiros, pois estava na casa do filho esperando seu fim chegar. (MARKUN, 1977, p. 17).

De acordo com o médico do Pronto-Socorro, Carolina morreu de uma forte crise de bronquite asmática e insuficiência respiratória. Com apenas 62 anos de idade, naquela noite de fevereiro se encerrava para Carolina uma vida cheia de amarguras, desgostos, sofrimentos e misérias. Quiçá possamos acrescentar nessa sua história uma pequena porção de felicidade e autorealização.

A repercussão de sua morte foi grande, porém passageira, seu velório foi cercado por centenas de pessoas que fizeram questão de prestar homenagens à escritora Carolina Maria de Jesus. Deixou seu legado e sua história de vida. Nela podemos perceber o quão espinhoso e caudaloso foi sua trilha, tanto para se fazer conhecida quanto para firmar sua existência e presença por onde passou. Pagou um alto preço, pois para isso teve que confrontar muitas pessoas na luta pelos direitos de si e de sua família. Nesse percurso, no embate do “eu” com o “outro” ou com os “outros” teceu imagens de si e daqueles. Em seus agenciamentos, imersa no mundo da cultura ou das culturas, estabeleceu pertencimentos e também repulsas, aproximando daquilo com que se assemelhava e se identificava, exaltando ou excluindo e afastando o diferente, seja como percepção e sentimento de classe social, gênero, sexualidade, religiosidade, etnia e raça.

Dessa forma, é que propomos analisar em diálogo com o aparato teórico a história de vida da nossa personagem com maior afinco, buscando reiterar uma ordem dos fatos biográficos envoltos por significados tecidos e emergidos da cultura na qual se deram e foram posteriormente figurados em narrativa. Para tanto, contamos com o aporte da História Cultural, seus teóricos, teorias e conceitos, bem como com os autores da Psicologia Social, em especial da linha do materialismo histórico dialético que há muito tem se aberto para a perspectiva cultural. Entender esse itinerário carolínico, do qual emergem traços de um processo de formação identitária, é o que pretendemos realizar nas páginas que seguem.

3.4 Narrativa da narrativa do livro *Diário de Bitita*

Carolina começa suas memórias contando de sua infância, narrando sobre o lugar onde seus tios moravam - “o Patrimônio” - comprado por seu avô, pois segundo ela, ele não queria morrer e deixar os oito filhos ao relento. Todo ano era necessário trocar as folhas que cobriam a “casa”, uma vez que o capim apodrecia com o passar do tempo.

Bitita não conheceu seu pai, somente o de seu irmão, e isso lhe frustrava amiúde. Achava bonito quando ouvia sua mãe, Dona Cota, chamar por seu pai - o avô de Carolina - e esse lhes responder. Desse modo, para a menina Bitita as pessoas mais importantes eram sua mãe e o seu avô. Certo dia Carolina ficou sabendo que seu pai era um boêmio de Araxá, Minas Gerais, tocador de violão e que gostava de dançar. A mãe achava a filha muito inteligente, quando estava com quatro anos. Já a tia Claudimira a considerava muito mal educada e julgava que merecia ganhar uns tapas devido às perguntas inquietantes que fazia à sua mãe e a outras pessoas da família. Bitita observava que os dias de sábado eram de correria

e agitação entre os homens e as mulheres de Sacramento, que esse alvoroço era sinal de que haveria baile na cidade e queria ir a um deles para saber como era. Contudo quando chegava a noite já estava com sono e queria dormir.

Ela invejava as mulheres que tinham namorado, ansiava crescer logo para também arranjar um, que fosse bonito e para casamento. Certa feita viu duas mulheres brigando por conta de um homem e perguntou a si mesma se homem era tão bom assim, melhor até que “batata frita com bife?”. Vivia fazendo perguntas, as quais, para sua mãe, não tinham sentido algum, tais como: “mãe, eu sou bicho ou gente?” A mãe, sem paciência para lhe responder, dava-lhe umas bofetadas para que a filha fosse para longe dela.

Carolina sentia inveja dos homens, pois eles tinham força, barba, machados, podiam sair e voltar quando quisessem, ganhavam mais dinheiro que as mulheres, poderiam ficar ricos e ter uma boa casa para morar. Assim, foi até sua mãe e pediu para virar homem. A mãe, por sua vez, disse para ela ir dormir e quando amanhecesse já seria um homem. Amanheceu e nada de ser homem, chateou a mãe até as vizinhas falarem para Dona Cota dar um jeito naquela negrinha, antes mesmo que crescesse, pois assim ninguém iria suportar seus delírios. As pessoas que passavam na rua e olhavam para menina logo concluíam que ela era louca, mas a mãe respondia que na aparência até que sim, mas no fundo não era.

A única que defendia a menina em meio a todo esse alvoroço era sua madrinha, a qual, segundo Bitita, era branca e lhe presenteava sempre que podia. Geralmente Bitita ficava com a madrinha, siá Maruca, esposa de seu avô, quando sua mãe saía para trabalhar. Carolina, ainda, tinha outras duas madrinhas, dona Matilde, madrinha de crisma, e dona Mariinha, essas duas últimas também brancas⁹. Com as madrinhas, a menina comia, brincava e dormia. Para ela o mundo resultava basicamente nessas três ações. Carolina percebia que na festa dos negros, brancos não frequentavam. Era nessas festas que ela se inteirava dos assuntos dos adultos dos quais nada entendia e que preferia ir brincar com as outras crianças. Gostava mesmo era das festas juninas onde todos falavam em santo Antonio, são João Batista e são Pedro.

Quando estava com fome Bitita achava o mundo feio, e tudo se resolvia quando, almoçava. Chegou a perguntar para a mãe se o mundo era sempre assim, belo, e a mãe lhes dirigiu um olhar triste que a preocupou. Quando tornou a perguntar, a mãe a bofeteou por duas vezes, e a menina saiu correndo e chorando. Nesse instante a tia Claudimira disse para Dona Cota dar um jeito na filha enquanto estava a tempo, antes que ela colocasse a mãe louca.

⁹ Ressaltamos esse detalhe da cor da pele, porque a menina fazia questão de destacar sempre que tocava no nome das madrinhas.

Em seu diário, Bitita escreve que a mãe a espancava todos os dias e que sentia falta quando isso não acontecia. Seu avô, que morava com siá Marruca numa casa simples, era quem a acolhia depois da surra. Todas as tardes ele rezava um terço e a menina ficava horrorizada ao ver o crucifixo diante de si com Jesus pregado nele, e chegava a conclusão que quem fez aquilo, ou quem fazia aquilo ao outro, não merecia mérito algum.

Carolina fala de um senhor chamado Manoel Nogueira, que noticiava acerca do nervosismo dos fazendeiros por não terem mão de obra para trabalhar na terra. Como os colonos encontravam empregos nas cidades, muitos se recusavam a ir para o campo, e as lavouras de café foram enfraquecendo-se e muitos fazendeiros tiveram que ir morar nas cidades, deixando a terra com lágrimas nos olhos. Alguns chegavam até mesmo a dizer que se os negros voltassem a cultivar as terras, o tratamento dado a eles seria diferente daquele já conhecido. Porém eles mostravam-se sem fé nas palavras dos latifundiários e neles próprios. Bitita destaca que quando o negro envelhecia ia pedir esmolas no campo, pois nas cidades só os mendigos oficializados pela Câmara eram autorizados a exercer a mendicância.

Dona Cota, para manter o sustento da família, lavava roupas para fora todo dia. Certa vez estava trabalhando quando foi presa sem motivo algum. Carolina e seu irmão se desesperaram com medo de ficarem sozinhos. A meia-noite os policiais resolveram soltá-la e Carolina pensou que só as pretas é que estavam na iminência de serem presas.

A menina tinha uma grande estima por Rui Barbosa que, segundo ela, defendia os negros e ditava algumas normas de comportamento para que brancos e negros vivessem em completa harmonia. Além disso, Carolina afirma que Rui Barbosa queria ver todos os negros na escola, mas os brancos contrapunham a essa ideia, ao passo que defendiam, também, manter o negro na lavoura, pois pelo tamanho do Brasil se fazia necessário uma classe telúrica. Quando Rui Barbosa morreu, em 1923, muitos consideraram uma perda para o país. Na exclamação do povo, ficava a questão: “Será que algum dia, o Brasil iria ter um governo que preparasse o país para todos?”

Quando dona Cota foi trabalhar para uma família espírita numa pensão, onde conheceu dona Mariquinha e seu esposo, Jose Saturnino, a menina percebeu que a condição de vida delas havia melhorado um pouco mais. O quintal da casa era grande e cheio de árvores frutíferas. Carolina passava o dia a observar os pássaros e a brincar com o filho do “patrão”, Ebantho, que nas palavras dela se configurava numa amizade gostosa. Na pensão residia um senhor cego que logo fez amizade com a menina. Ela ficava com pena dele por não poder enxergar. No pensamento dela, todos deveriam ser iguais. Se ela pudesse, daria seus

olhos a ele para que pudesse ver. Rezava a Santa Luzia protetora dos cegos. Um dia, sem esperar, ele morreu intoxicado. Para a menina foi o cadáver mais bonito que já tinha visto.

Para as mulheres pobres, a vida não era fácil, deveriam trabalhar nas casas das patroas, irem de madrugada para dar conta do serviço; lavavam, passavam, cuidavam da casa e dos filhos dos patrões. Saíam para fazerem compras e preparavam tudo no espaço doméstico. Se sobrasse alguma comida da refeição dos patrões, poderiam levar para casa. Assim, muitos filhos ficavam esperando pelas mães até altas horas para comerem algo, depois de um longo dia sem alimento algum. Para Bitita, as mulheres que trabalhavam nessas casas, findo o mês, eram consideradas heroínas, por terem conseguido vencer tudo isso. Aos sábados, para descansarem, as cozinheiras iam aos bailes, dançavam até de madrugada, mas deveriam retornar no domingo para preparem o almoço na casa dos patrões.

O homem pobre deveria nascer, crescer e viver sempre na mais humilde condição e ter paciência para suportar o seu destino de miséria, uma vez que somente os homens ricos tinham condições de possuir uma vida amena e tranquila. Carolina destaca alguns abusos como violência física, sexual e verbal, entre outras, causadas pelos filhos dos patrões para com os filhos das empregadas.

Carolina lembra que no ano de 1924 surgiu uma revolta do general Isidoro Dias Lopes. De acordo com ela a revolução, como uma tempestade no país, empobreceu uns e enriqueceram outros. No ano de 1925, as escolas começaram a admitir alunas negras, mas essa situação acabou se agravando quando os alunos brancos, munidos de uma discriminação sem tamanho, iniciaram uma série de ataques aos alunos negros. Estes, por sua vez, perdiam o interesse de irem à escola. Muitos não conseguiam passar de ano. Carolina destaca que em meio aos negros, havia aqueles que se destacavam como sendo “negros ilustres”, como aqueles que cantam e outros que dão receitas.

Nesse mesmo período já estava acontecendo à imigração da Itália para o Brasil. Para Carolina foi um alívio que o negro teve da lavoura, porque agora seria o italiano que ficaria encarregado dos trabalhos. Nos finais de semana, negros e italianos se misturavam nas festas e nos bailes. Entretanto, nas segundas-feiras, tudo voltava ao “normal”.

Certo dia, Carolina subiu numa mangueira para pegar algumas frutas no quintal da vizinha, mas acabou caindo e, com o barulho, a dona da casa descobriu o furto e afirmou que negro não presta, que todos deveriam ter ficado na África. Como esse ocorrido e por outros motivos, os negros passavam por muitas situações de descaso, discriminação e preconceito além do embate cotidiano com a polícia local. A bisavó de Bitita dizia que agora o branco estava melhor para os pretos, pois antes mandavam matar, agora só amedrontam.

Carolina, já com cinco anos de idade, não compreendia o porquê desse ódio que o branco nutria pelo negro. Se o mundo era tão grande, não haveria de ter espaço para todos? A mãe, sempre cabisbaixa, se negava a responder a filha. O branco nunca viu com bons olhos a abolição dos escravos e diziam de modo direto que por eles os negros ainda estariam na condição de antes, de cativos. Na cabeça da menina, o negro sempre acabava sendo o bode expiatório em todas as situações de tensão e conflito.

Para a tia Claudimira, as mulheres deveriam se casar quando jovens e belas. Mesmo na família Jesus, as tias defendiam que as moças deveriam buscar homens brancos para se casarem. Dona Cota casou-se com o senhor Osório, não por amor, mas negócio, pois ele vivia sob a tutela de uma família de brancos, e seu casamento lhe permitiu independência. Mas, depois do matrimônio, logo se separaram.

Certa feita, a mãe de Carolina, que costumava deixar a filha com siá Maruca para ir ao trabalho, se assustou quando chegando perto de casa não ouviu rumores da filha. Ao adentrar o recinto, percebeu que a filha estava desmaiada e, então, levou-a ao doutor Eurípedes de Barsanulfo, que disse que ela estava bem, só um pouco embriagada, pois alguém tinha dado cachaça a menina. Ele ainda profetizou que Bitita teria um futuro promissor, de poetisa, e que até os 20 anos de idade iria viver como se estivesse sonhando. Disse que ela nunca mais deveria beber álcool, pois era péssimo para a saúde.

Às vezes Carolina ficava pensando no quanto era ruim ser criança, pois não tinha permissão para fazer quase nada, e que muitas coisas deveriam recorrer aos adultos para conseguir permissão. Dessa forma concluiu que o homem não era livre. Entre os homens, ela gostava mesmo era dos padres, pois esses não falavam em guerra. Os negros, nesse momento já haviam se conformado com a situação, sabiam que era difícil conseguirem algo como morar numa casa de alvenaria com vidros e jardins, num bairro bom, com calçadas e iluminação ou até usar vestidos de seda. Para Carolina essas eram as condições impostas sobre o negro, ter que viver nos piores estados.

De acordo com ela, bom mesmo era ser meretriz, uma vez que não precisava obedecer a ninguém e poderia usar o que quisesse, ao passo que se negava a crescer, por encarar de forma diferente, ou até mesmo incompreensível, as carícias entre os adultos. Pensava que se crescesse um dia, não queria homens em sua vida, pois eles faziam mal às mulheres, com agressões e maus-tratos. Mas nutria a ideia de ser homem para ser rico e ganhar muito dinheiro, plantar lavoura e comprar um Ford.

Na cidade Carolina observava toda espécie de desigualdade, como os mendigos que viviam na rua, os nordestinos que vagavam de um local para outro sem destino, os homens

que viviam correndo atrás das meretrizes, os negros que trabalhavam no mercado, as cozinheiras que passavam com as cestas cheias de coisas para a casa das famílias ricas, a polícia que vivia a perseguir os negros e mulatos, dentre outras cenas.

Carolina narra, com muito sentimento, a morte do avô, que ocorreu no dia 27 de agosto de 1927, ocasionada por uma infecção nos rins. Negro alforriado, filho da última remessa de escravos vinda para o Brasil, era considerado pela neta como o grande Sócrates africano, devido sua sabedoria. A menina achava que agora ele iria conversar com Deus lá no céu. Às 17 horas daquele dia foi o enterro, depois alguns foram beber. Dona Cota e a filha voltaram pra casa. Com o passar dos anos, Carolina concluiu que o avô foi o negro mais bonito que já tinha visto na vida.

Ao falar sobre o Colégio Alan Kardec, em que estudou, Carolina destaca que ficou com muito medo no primeiro dia de aula, pois nas paredes da sala havia uns quadros de esqueleto humano. Todo dia pensava que no dia seguinte não voltaria à escola, sobretudo quando os colegas zombavam dela chamando-a de negrinha feia. O envio da menina à escola se deu por meio de uma francesa rica que se denominava Dona Maria Leite. Segundo ela, a alfabetização dos negros e pobres auxiliaria no desvio da delinquência. A mãe de Carolina reforçava dizendo que se Dona Maria Leite dizia que a filha deveria ir à escola, então a ordem deveria ser acatada, pois, no entendimento dela, os brancos têm sabedoria.

No primeiro dia na escola, a menina conheceu a professora dona Lonita, com ela atritando, pois a mestra zombou dela ao saber que ainda mamava e a seguir, após mandá-la dizer seu nome, e a aluna negar, dizendo que se chamava Bitita, considerou que era a primeira vez que ouvia pronunciarem o seu nome por inteiro. Depois daquele dia a menina parou de mamar, pois fez saber que não estava mais na idade para tal. Continuou frequentando a escola porque o comparecimento era obrigatório e a professora mostrava a todo instante a importância da leitura para Bitita. Com o passar do tempo, Carolina aprendeu a ler e chegou muito feliz em casa por tal acontecimento, foi correndo contar pra mãe. Contudo essa não recebeu as boas novas com muita admiração, como a filha esperava. Em busca de livros para ler, o primeiro que teve em suas mãos, de empréstimo da vizinha, foi *Escrava Isaura*. O tempo na escola não durou muito, pois a família Jesus, visando melhoria de vida, mudou-se para uma fazenda. De acordo com Carolina, restava apenas dois anos para que ela recebesse seu diploma de conclusão, que não aconteceu.

No início da vida no campo, Bitita não agradou do lugar, pois estava acostumada aos modos citadinos e estranhava a vida na fazenda. Contudo Carolina viu a família prosperar com as colheitas e a fartura que a terra lhes ofertava e no seu tempo livre se dedicava às

leituras diversas. A vida na fazenda durou pouco mais de quatro anos, quando o fazendeiro achou que a família estava tirando proveito de tudo com suas plantações, lucrando até mais do que ele próprio. Assim expulsou-os da terra com uma dívida que nem mesmo Carolina entedia o porquê de terem que pagar tal quantia, quando na verdade a exploração vinha por parte do fazendeiro.

De volta à cidade, agora estranhando tudo, pois não tinham tanta fartura como na fazenda, e tendo que comprar de um tudo para manter a família. O ambiente urbano também lhe causou estranhamento, pois estava, cada vez mais, violento por parte da polícia para com os negros. Foi nesse período que surgiram nas pernas de Carolina algumas feridas, que os banhos de ervas não cicatrizavam, tampouco amenizava o sofrimento que a menina passou a ter. Isso também a impedia de trabalhar e contribuir com o sustento da casa, como fizera na fazenda.

Decidiram-se mudar para o estado de São Paulo para carpir nas lavouras de café. Foram residir numa fazenda onde o trabalho era muito e a alimentação pouquíssima. Ao fim ela concluiu que o pobre não tendo condições de morar na cidade lhe cabia mesmo era residir nas fazendas para serem espoliados. A família vivendo sob tal situação decidiu fugir da fazenda e ir para Franca, onde Carolina foi trabalhar para um sírio, senhor Benjamim. Lavava, cozinhava e passava. Sofrendo por ter que pagar aluguel e comida, decidiu voltar para Sacramento, onde Dona Cota tinha seu ranchinho.

Em Sacramento, Carolina foi trabalhar na casa do senhor Armand Goulart. Certo dia quando ela estava estendendo as roupas no quintal, ouviu uma gritaria na casa, e foi ver o que se tratava, descobrindo que havia sumido cem mil-réis e estavam lhe culpando pelo roubo. Foi presa por dois soldados e no momento em que estava prestes a apanhar dos militares, o telefone tocou com a notícia de que o dinheiro tinha sido encontrado.

Enferma, com as feridas nas pernas, Carolina decidiu partir para Uberaba para se tratar. Chegando à cidade, sem ter para onde ir, lembrou-se de uma conhecida e foi bater em sua porta. A mulher disse que a abrigava sim, mas teria que dormir no galinheiro uma vez que não tinha espaço para mais uma pessoa em casa. No outro dia, cansada da humilhação, ficou sabendo do Asilo São Vicente de Paulo, onde foi acolhida muito bem pela irmã Augusta, recebendo comida, roupa e abrigo. Mas Carolina logo se cansou de tudo aquilo, pois achava que os asilados não deveriam trabalhar como ela estava trabalhando. Decidiu voltar para Sacramento.

Certo dia a cidade amanheceu confusa e as ruas cheias de soldados. Era a Revolução armada dos tenentes, que conclamavam os homens a fardar-se. Os sacramentenses falavam de

Getúlio Vargas e João Pessoa com entusiasmo. Para o povo, agora o Brasil iria ter emprego e sair do atraso, pois Getúlio era o fundador do “Partido Trabalhista”. De acordo com Carolina, esse período foi o momento das vacas gordas para o pobre que, com o bônus que os soldados recebiam, compravam casa para a família.

Em meio a esse alvoroço da Revolução, Carolina foi para Ribeirão Preto em busca de tratamento. Com pouco dinheiro que tinha, chegou à cidade sem ter para onde ir, até que se lembrou de sua tia Ana que a recebeu de modo nada hospitaleiro, até falou mal e esbravejou por ter mais uma boca para comer. Quando amanheceu, Carolina pegou suas coisas e foi em busca da Santa Casa de Misericórdia para se tratar. Quando lá chegou foi bem recebida e após um tempo na instituição suas pernas continuavam na mesma. Assim decidiu voltar para Sacramento novamente. Despediu-se das irmãs da Santa Casa e voltou a pé para sua cidade, lamentando sua situação e seu sofrimento.

Carolina nutria uma vontade enorme de conhecer a cidade de São Paulo. Quando melhorasse das pernas, iria viajar para a cidade paulista, segundo ela, terra de oportunidades e emprego. Enquanto isso não acontecia, passava os dias lendo e tomando conhecimento das letras. Depois começou a trabalhar em diversas casas, nas quais não conseguia permanecer por um longo tempo porque logo arrumava confusão com os empregadores. Num desses empregos, trabalhou como pajem em uma fazenda, cuidando das crianças, contudo logo se enfadou desse emprego, que considerava estagnado e sem agitação. Gostava de trabalhar ali, mas não queria aquela vida para si.

Foi trabalhar como cozinheira em uma casa de pessoas ricas, contudo não levou tempo até ser despedida por não cozinhar de acordo com os gostos da patroa. Foi demitida por justa causa. Perambulou por algumas casas e ficou sabendo de uma professora que estava a procura de alguém para ir trabalhar com ela como criada em São Paulo. Carolina foi atrás da professora e conseguiu o emprego. Finalmente iria conhecer, de vez, a cidade grande. Cheia de alegria e esperança, arrumou rapidamente as suas coisas e mal conseguiu dormir a noite. Embarcou no trem das sete horas e chegou à cidade pela Estação da Luz, no ano de 1947. Sua primeira vista rendeu gosto pela cidade. São Paulo, eixo do Brasil, cidade progressista e de “oportunidades”.

Essa é a trajetória e um breve resumo da existência da menina Bitita. É nesse fio de tempos e pontuados nos espaços do interior mineiro e paulista que nossa personagem foi tecendo e construindo sua identidade. Nas teias e tramas desse enredo Carolina esteve pressa e lutou por sua emancipação, como veremos a seguir.

4 UM ETERNO DE VIR: EDIFICANDO IDENTIDADES POR ENTRE MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS

Este capítulo busca efetivar propriamente a análise da narrativa de vida, das memórias de Bitita, de Carolina Maria de Jesus. Para tanto foram selecionados alguns excertos que atendem ao objetivo geral desta dissertação, uma vez que estamos tratando de uma obra autobiográfica rica e que nos mune de vasta um material passível de estudo. Com cuidado e atenção, buscamos não perder de vista o nosso objeto de estudo tomando as memórias da nossa personagem, de modo a não tornar este texto algo exaustivo e extenuante, bem como não esgotar a leitura e interpretação das narrativas de Carolina, e tampouco sufocá-las com teorizações excessivas. Fazer o diálogo entre as teorias e a história expressa na narrativa autobiográfica é a linha mestra a seguir.

No *Diário*, nos deparamos com temas denunciando a injustiça social, a opressão do pobre, o preconceito contra os negros, os abusos dos poderosos (fazendeiros). Apesar e em decorrências de suas condições materiais e culturais, Carolina Maria de Jesus lutou durante toda a sua vida para conquistar dignidade, emancipação, realização de si e para se constituir como alguém que resiste à exploração e à desumanização que tanto lhe perseguiu por onde trilhou.

4.1 Aproximando da menina Bitita e de Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus, filha de João Cândido Veloso e Maria Catarina de Jesus, tem a marca como pertencente a essa família ao receber seu sobrenome. Sua avó paterna era Joana Veloso. Assim, percebemos que a menina herda de sua mãe o sobrenome se igualando ou aproximando da família Jesus e se distancia ou diferencia ao mesmo tempo quando tem por nome Carolina, que lhe dá individualidade, especificidade. Acreditamos que por não ter se dado com o pai de Carolina, dona Cota não registra a filha com o sobrenome “Veloso” em conjugação com “Jesus”, como de costume.

De acordo com Ciampa (2001, p. 138, grifos do autor),

Normalmente, no caso, mais simples, temos pelo menos um prenome e um sobrenome. Nós os recebemos ao nascer. Na família o prenome nos separa, nos diferencia de nossos familiares (havendo homônimos, acrescenta-se filho, júnior, neto, etc.). O sobrenome nos assimila, iguala-nos a nossos familiares. Fazemos parte de uma família, confundimo-nos com nossos familiares: somos *um* daquela família.

De seu pai, Carolina relata que ele era de Araxá, tocava violão, não gostava de trabalhar e só tinha um terno de roupa. Essa descrição negativa de seu pai realizada por Carolina, como já mencionado, constitui a imagem consolidada da figura do malandro e atesta vadiagem conforme as propagandas governamentais do momento contra a malandragem e o ócio, possuindo, pois, forte carga negativa. No momento o projeto das elites e das autoridades era disciplinarizar o homem brasileiro e torná-lo um trabalhador exemplar, figurando essa atividade como positiva e desvinculando-a da existência dos antecessores, sobretudo negros, que trabalharam por toda a vida na condição de escravos (ALMEIDA, 1996, p. 8-14). Essas são algumas características, predominantemente negativas que a menina, já inculcada por perspectiva para ser aceita socialmente, destaca do genitor, as quais não emergem descoladas desse contexto de exaltação do trabalhador em contraponto ao malandro. Quando alguém nos pergunta “Quem é você?”, geralmente, nós falamos nosso nome, seguido do sobrenome, que advém de nossa família. Sou “Fulano de tal”, o que vem seguido da profissão quando já exercemos alguma. Esse último aspecto está intimamente ligado ao sistema econômico e cultural no qual estamos inseridos. Faz-se relevante mostrar ao outro, primeiramente, quem sou eu e, depois, do que me ocupo, qual é o papel social ligado ao trabalho que executo.

De acordo com Lane (2007, p. 82), “o desenvolvimento da sociedade humana se dá a partir do trabalho vivo, que produz bens e a conseqüente acumulação de bens (capital), e a necessidade do trabalho assalariado; em última análise, a formação de classes sociais.” Nesse embalo das relações trabalhistas, sistemas de classes vão se formando e dando lugar a indivíduos que detém o poder do capital e indivíduos que necessitam vender a sua mão de obra para sobreviverem. Mas é também por meio do trabalho que o homem,

[...] se distingue do ser dos animais e do ser das coisas: o sujeito humano passa a poder se assumir como sujeito em contraposição ao objeto. Através do trabalho, o homem não só se apropria da natureza como se afirma e se expande, se desenvolve, se transforma, se cria a si mesmo. (KONDER, 2009, p.11).

Em Codo (1995, p. 236) podemos ver que o “trabalho é o ato de dupla transformação entre o homem e a natureza, na medida em que cria de forma perene uma ‘hominização’ do seu próprio meio.” É por meio dele que nos tornamos seres humanos e, paulatinamente, ocorre a apropriação dessa atividade como ser constitutiva de identidade, de sentido de vida e consciência do lugar que ocupamos. Mais adiante iremos destacar que o trabalho também pode ser alienado e não cumpre com o objetivo de formação do ser e tampouco de libertador.

Como já mencionado, Carolina não conhecia seu pai, apenas o genitor de seu irmão. “E conhecia o pai do meu irmão e não conhecia o meu. Será que cada criança tem que ter um pai?” (JESUS, 2014a, p. 13). Desde criança, o fato de não conhecer seu pai a deixou intrigada e sempre aborrecia a mãe em busca de respostas. Carolina achava isso bonito, ao mesmo tempo em que sentia inveja da sua mãe por ela ter um pai. “Eu achava bonito ouvir a minha mãe dizer: - Papai! – E o vovô responder-lhe: O que é, minha filha?” (JESUS, 2014a, p. 13). Posto isso, ratificamos o que Ciampa (2007, p. 59) diz: “[...] a identidade do outro reflete na minha e a minha na dele”, (afinal, *ele* só é meu pai porque *eu* sou filho dele). A identidade é consequência, de um lado, e condição, por outro, num processo contínuo, pois, estou sendo e não sou. Re-posta, a identidade vai se firmando e reafirmando a todo instante.

Quando a minha mãe falava, eu me aproximava para ouvi-la. Um dia, a minha mãe repreendeu-me e disse-me:

-Eu não gosto de você!

Respondi-lhe:

-Se estou no mundo é por intermédio da senhora. Se não tivesse dado confiança ao meu pai, eu não estaria aqui. (JESUS, 2014a, p. 14).

O nome social nos é dado bem antes de virmos ao mundo. Por meio dele, já é em si criado um envoltório, uma ideia, uma concepção social, de como vai ser esse indivíduo com esse nome que foi escolhido. A escolha do nome por meio dos genitores resulta numa expectativa do vir a ser, ou seja, se determinado nome irá impactar na formação identitária do filho ou filha. No entanto, percebemos que mesmo nos identificando com nossos nomes, nós contrariamos o esperado quando não atendemos os conceitos criados em volta dele ou não adequamos à ideia que o significado do mesmo possui no universo simbólico de nossa sociedade.

Para Ciampa (2007, p. 63),

Nós nos identificamos com nosso nome, que nos identifica num conjunto de outros seres, que indica nossa singularidade: nosso nome próprio. Nós nos “tornamos” nosso nome: pense em você mesmo com outro nome (não como outra pessoa, mas você mesmo com outro nome); há um sentimento de estranheza, parece que não “encaixa”. Geralmente as pessoas se sentem ofendidas quando, por qualquer motivo, trocamos seu nome; é sinal de amizade e respeito não esquecer nem confundir o nome das pessoas que prezamos.

Mediante o exposto, nos deparamos com um momento da vida escolar de nossa personagem, em que a menina Bitita é chamada por seu nome verdadeiro pela professora, e que, de início lhe causa estranhamento. Vejamos a sua reação.

Eu gosto de ser obedecida. Está ouvindo-me dona Carolina Maria de Jesus!
 Fiquei furiosa e respondi com insolência:
 - O meu nome é Bitita.
 - O teu nome é Carolina Maria de Jesus.
 Era a primeira vez que eu ouvia pronunciar o meu nome.
 - Eu não quero esse nome, vou trocá-lo por outro. (JESUS, 2014a, p. 127).

O susto de Carolina pode ser explicado na medida em que compreendemos o fato dela ser em casa, sua primeira comunidade de sentido e de pertencimento, a menina Bitita, mas na escola, nova comunidade e com outro significado que difere daquele da primeira, doravante aquele momento, ela seria Carolina M. de Jesus. Como todos nós, na infância, aprendemos que somos “chamados”, e em geral por apelidos, por diminutivos carinhosos no seio familiar, e só à medida que a criança vai adquirindo consciência de si e do mundo é que ela passa a se chamar, a se reconhecer com aquele nome que a família lhe registrou e que tornará, cada vez mais, sua marca formal e institucional.

Temos em mente que o nosso processo identitário vai se constituindo e sendo constituído na relação estabelecida do eu com o outro, de nós com os outros, e pelo meio social e cultural no qual estamos inseridos. Viver em um ambiente, que sempre é constituído por diversos fatores, e não ser tocado por ele é quase algo impossível e uma prática impensável pelos teóricos da psicologia social, por diversos cientistas sociais e pela história, em especial a cultural. Estando eu inserido num grupo, a ele pertencendo e tendo o sentimento de a ele pertencer, é evidente a minha ação e o meu reconhecimento dentro deste. Partimos, portanto, do pressuposto de que a consciência individual nos eleva ou transporta para o meio social.

Desse modo, Ciampa defende que (2002a, p. 133),

Quando não nos vemos como objetos para nós mesmos - quando nossa consciência ainda não se desenvolveu - o nome (ou qualquer) predicação permanece como algo exterior; começamos a adquirir consciência de nós mesmos e começamos a nos chamar; podemos nos falar conosco, podemos refletir.

Sabemos, mais tarde, que Carolina não muda seu nome. E, portanto, é esse o nome que mais ficará conhecido em grande parte do país e do mundo. Para a Teoria da Identidade,

formulada por Ciampa (2002a) mais uma vez o nome vai selar quem nós somos e autenticar a nossa identidade, embora essa seja apenas uma representação de si e não ela em si mesma.

É por meio do nome que vamos construindo nossa identidade, que é edificada por meio dos papéis sociais que acabamos desempenhando ao longo de nossa existência, conforme as expectativas em nós depositadas pelos grupos sociais a que pertencemos, as quais nos são introjetadas ou não, nos levando a ser aceitos ou rejeitados por eles. Esses, os papéis, por sua vez, são permutações que são construídas e desconstruídas ao longo de toda atividade que exercemos em nossas vidas. Destacamos o fato de que quando nascemos o mundo já está dado, a história já está em processo, sendo vivida e também escrita, independente de estarmos presentes ou não. Logo, somos nós que, doravante o nascimento, iremos nos adequar às normas sociais ditadas e impostas pela sociedade, se quisermos ser aceitos e quisermos sentir que a ela pertencemos.

Costumes e outros aspectos da cultura já devem estar impregnados em nós para tal, mas estes, dialeticamente, vão sendo des-estruturados enquanto a vida acontece na cotidianidade (HELLER, 1992). Conforme a autora supracitada, “a função ‘papel social’ não nasce casualmente, nem do nada, mas resulta de numerosos fatores da vida cotidiana [...]” como o fator mimético, ou seja, a capacidade humana de imitar momentos e funções, além de modos inteiros de conduta e ação. “Mesmo a vida social mais elementar seria inimaginável sem imitação.” (HELLER, 1992, p. 87-88).

Para Robert E. Park (1950, p. 249 *apud* GOFFMAN, 1985, p. 27), os papéis sociais são de destacada relevância na construção de nosso reconhecimento:

Não é provavelmente um mero acidente histórico que a palavra ‘pessoa’, em sua acepção primeira, queria dizer máscara. Mas, antes, o reconhecimento do fato de que todo homem está sempre e em todo lugar, mais ou menos conscientemente, representando um papel. É nesses papéis que nos conhecemos uns aos outros, é nesses papéis que nos reconhecemos a nós mesmos.

Vivemos dentro de um sistema capitalista que é pensado e desenvolvido economicamente e institucionalmente para

[...] alienar todas as relações humanas, cristalizando em papéis todos os sistemas consuetudinários, todas as hierarquias de comportamento, etc., de tal modo que os fatos vitais imprescindíveis para a convivência humana, tais como a imitação, os estereótipos básicos, a relação com a tradição, os costumes, etc., passam a aparecer sob a forma de papéis. (HELLER, 1992, p. 103).

Desse modo, embora vivamos sob o regime do capital e lutemos por emancipação cotidianamente, devemos olhar para esse Homem que é muito mais que o resultado final de papeis sociais. Cristalizar e resumir o comportamento humano de um personagem como meramente petrificado ou consolidado é ratificar a estagnação e a alienação, já pensar numa identidade que é metamorfose, que ocorre em processo constante e infundável ao longo de nossa existência, nos coloca no eixo do mundo cultural, que tanto é simbólico quanto material, sócio histórico e dialético.

Carolina em seu diário destaca dois momentos importantes que ocorreram em seu caminhar, quando tinha quatro anos. Sua tia, Claudimira, comentou com dona Cota, o fato de a filha ser mal educada. “– Ela é mal educada. Precisa apanhar! Você não sabe criar filhos. Bate Cota! Bate nessa negrinha! Ela está com quatro anos, mas cipó se torce enquanto é novo.” E a mãe respondia: “- O que tem de ser, já nasce” (JESUS, 2014a, p. 14, grifo nosso).

Quando assumimos um papel que a sociedade ou o grupo no qual estamos inseridos não “espera” que assumamos, causamos desordem e impacto aos que estão a nossa volta, como acontece com Carolina ao questionar sobre as coisas do cotidiano. De certa maneira essa atuação também nos traz dificuldades de relacionar com o que está imposto, pois contraria o estabelecido, ou as normas para se viver em grupo e por ele ser aceito como um dos seus.

A criança expressa a sua visão de mundo através da fala e dos gestos. As suas palavras podem ser aceitas ou causar rejeição, desconforto e revolta no grupo social no qual está inserido. Carolina fugia aos padrões sociais esperados para sua idade, questionando tudo e “perturbando” a todos a sua volta, bem como colocando em xeque os argumentos das pessoas. Temos em mente a imagem e a ideia de uma representação onde os filhos devem ser obedientes e bem comportados, respeitando os mais velhos e buscando atender aos critérios estipulados de bom filho/filha. Assim, a criança ocupa um lugar de representação social no grupo familiar e parental que a cerca de modo mais imediato, tanto desempenhando aquele papel que é esperado quanto ao empreender o papel desviante, fugindo e deixando de ser bom filho, bom aluno, neto, sobrinho, criança... A malha da representação ou a teia social da cultura que nos aprisiona vai sendo tecida e valoriza, enaltece e reforça os comportamentos desejados e esperados ou punindo os modos desviantes, impondo uma dada visão e modo de ser no mundo.

Rotineiramente usamos como modo de definição de uma identidade substantivos para definir nossos papeis sociais e as figuras que os incorporam e representam. Carolina, ainda criança, não estava “sendo” mal-educada, mas foi definida pela tia como “mal-educada”.

Assim, não é habitual em nossa linguagem o uso do “estou”, mas o “sou”, gerando uma cristalização da identidade, entendendo-a como pronta e acabada e, ainda por cima, tendo que atender, de forma considerada como “modo correto”, esse ou aquele papel. “Uma vez que a identidade pressuposta é repostada, ela é vista como dada – e não como se dando num contínuo processo de identificação. É como se uma vez identificada a pessoa, a produção de sua identidade se esgotasse com o produto.” (CIAMPA, 2007, p. 66, grifos do autor).

Ao passo que a mãe de Carolina responde à sua irmã “- *O que tem de ser, já nasce*” (JESUS, 2014a, p. 14, grifo nosso), ela pressupõe que a filha, como ser humano, já estava pronta e determinada a ser mal-educada. Contrariando seu pensamento, Paulino-Pereira (2006, p. 5), explicita que

O homem é um ser histórico, suas ações e pensamentos mudam no tempo e nas diferentes situações por ele vivenciadas. Esse fato não ocorre somente do ponto de vista da vida coletiva, mas também na vida de cada um, portanto, o homem é síntese desse devir, desse processo em movimento da construção da cultura e de si próprio.

E, arrematando, o autor ainda afirma que dentro dessa perspectiva teórica, “[...] não há ideias que possam ser estabelecidas como verdades ou verdades que possam ser ditas como únicas. Na análise dialética tudo o que existe na vida está em constante mudança, sujeita a própria história.” (PAULINO-PEREIRA, 2006, p. 6). Assim, se faz necessário olharmos para os indivíduos não mais como seres isolados, como *coisas* concretas e imutáveis, mas como espirais dialéticas.

4.2 Bicho-Homem

*Um dia eu perguntei a minha mãe:
- Mamãe, eu sou gente ou bicho?
- Você é gente, minha filha!
- O que é ser gente?
A minha mãe não respondeu.
(JESUS, 2014a, p. 15-16, grifos nossos).*

O que é para o ser humano ser gente? O que Carolina quis dizer com esse intrigante questionamento sobre sua condição como ser vivo? Ou mais precisamente, qual a sua dúvida mediante a possibilidade de ser um bicho? E o silêncio da mãe, o quê revela? Será, assim, tão difícil definir-se como gente, perceber-se como ser humano?

Essas e outras questões nos levam a realizar um aprofundado estudo acerca da ontologia do ser humano. De antemão, o homem não pode ser pensado fora de um contexto

social e cultural, pois seria considerado apenas em sua essência animal, por outro lado nós não abandonamos essa característica de animal, pois também não podemos ignorar nossa natureza orgânica, biológica (CIAMPA, 2007, p. 71). Mas, como dito no item anterior, o que nos torna humanos, o que nos tira do mundo animal, é a cultura; como seres humanos somos resultado das complexas relações recíprocas entre natureza, indivíduo, sociedade e cultura, e na busca de diferenciarmos de outros animais, damos a essas duas últimas dimensões, importância primordial.

Bitita, com seu olhar franco e simples, mas bastante perspicaz de menina, surpreende a todos com suas observações acuradas e detalhistas mediante o meio social e o tempo histórico no qual viveu. Por meio de suas memórias ela faz uma narrativa que muito mais que deixar impresso suas lembranças, ela denuncia, quiçá de modo ingênuo, alguns estereótipos sociais.

No mato eu vi um homem cortar uma árvore. Fiquei com inveja e decidi ser homem pra ter forças. Fui procurar a minha mãe e supliquei-lhe:
 - Mamãe... eu quero virar homem. Não gosto de ser mulher! Vamos, mamãe! Faça eu virar homem! [...] pretendia ser um homem correto.
 Minha mãe falava pouco.
 - Por que é que você quer virar homem?
 - O homem que trabalha ganha mais dinheiro do que uma mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar. (JESUS, 2014a, p. 17).

Os estereótipos, advindos da esfera das construções culturais de gênero, emergem da criação de padrões de comportamento diferenciados para o homem e para a mulher, relacionados aos papéis e funções sociais desempenhados por cada categoria. Marodin (1997, p. 10) explica que “[...] a estrutura social é que prescreve uma série de funções para o homem e para a mulher como próprias ou ‘naturais’ de seus respectivos gêneros. Essas diferem de acordo com as culturas, as classes sociais e os períodos da história”. Nesse sentido, vemos, ainda, que

[...] as mulheres estão inseridas num contexto de desigualdade que, determinado por relações sociais historicamente construídas, coloca-as em situações de subordinação e opressão, advindas seja por se apropriarem historicamente de menos poder do que os homens; seja por seu pertencimento a uma classe dominada, [...], ou seja, por pertencer a uma raça/etnia historicamente oprimida. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 13).

Tendo em vista o contexto social e cultural pós-abolicionista e a década em que Carolina viveu enquanto criança, seu olhar lhe permitia observar as circunstâncias e condições em que as mulheres viviam, básica e estritamente dentro de casa, de espaços privados, e sob a custódia de um homem, que poderia ser o parceiro, pai, irmão... Se vivesse nas fazendas,

principalmente, o seu lugar de “zeladora” da casa, de doméstica, de pajem de criança... iria permanecer, e como tal estava sob o julgo dos padrões, enquanto que nas cidades, outras e maiores possibilidades de existência e de sustento pudessem ocorrer, mas nem tanto. Já ser homem, no universo do campo, no imaginário de Bitita, significava ter força, poder trabalhar e conseguir dinheiro, sair, ir ao baile, ser agraciado por outras mulheres, contar com regalias que no campo feminino, ainda estavam longe de serem adquiridas.

As memórias de Carolina M. de Jesus nos possibilita a leitura página por página, de sua história e daqueles que dela participaram, nos mostrando experiências vivas através de suas lembranças. A memória, no entanto, é fato reelaborado, transparência do vivido, representação e não o vivido em si. Cabe a memória tornar o passado, presente, reconfigurando-o. Quando falamos de todo esse proceder e emergência memorialística, podemos relacioná-la com a nossa imaginação, pois buscar o material mnemônico traz consigo também o trabalho de reelaboração do vivido e de imaginar o cenário, as ações e os comportamentos dos personagens, o ambiente no qual desenvolveu toda a narrativa.

Quando observamos e absorvemos o mundo que nos rodeia, nós internalizamos a realidade que nos cerca e dela retemos alguns de seus aspectos em memória. Cada pessoa o faz a seu modo e irá, também de maneira particular, subjetivar essa realidade, interpretando-a e captando os detalhes que a constituem sob uma visão diferente, ocorrendo uma percepção e edificação diversa desse mesmo cenário e de seus componentes, humanos ou não. A memória edificada de tais aspectos é também, por sua vez, seletiva e particular. Enquanto dona Cota não se atentava para o fato de ser ou não homem, Carolina o fazia e expressou esse querer ser “outro”, mediante as vantagens que aquele lhe parecia possuir por pertencer ao sexo masculino. E considerando tal querer ser outro algo importante, reteve em sua memória essa questão e, quando foi possível, evitou disso esquecer ao realizar seu registro em seus escritos autobiográficos, perpetuando seu descontentamento com sua condição de mulher, supostamente fraca.

Para Margarida Neves (1999, p. 218) entender os mecanismos de funcionamento da memória é crucial, pois é nela que

[...] cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; o sagrado e o profano. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação.

Para Marilena Chauí (1995, p.125), “a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total”. Fazemos isso por meio de nossa memória natural, orgânica, mas também por meio de outros suportes, ao passo que registramos no papel nossas recordações, para evitar que estas caiam no esquecimento. Alguns teóricos, como Pierre Nora (1993) consideram que a memória vive sob constante ameaçada, por isso se faz necessário construir lugares de memória (arquivos, documentos, livros, diários, cemitérios, museus). Os registros de memória nos servem como guia para entendermos uma sociedade e a nós mesmos como seres que fazem parte do mundo.

Para tanto, fixamos as lembranças quando escrevemos. Outra característica peculiar da memória diz respeito à sintonia afetiva que deve haver entre o grupo e o indivíduo que nele vive. Se, por acaso, não houver algo que marque o Eu da pessoa e entrelace sua existência no grupo social, aquele acontecimento passará sem grande importância, logo, cairá no abismo do esquecimento. Maurice Halbwachs (2006) destaca essa importante relação dos indivíduos e de suas memórias com o pertencimento a um grupo de indivíduos e ratifica a ideia de que as testemunhas, quanto em maior número, nos ajudam a completar as informações presentes. Quando todos testemunham sobre um fato, então a memória coletiva se fortalece.

A memória se fundamenta como social e coletiva, pois os acontecimentos sempre estarão relacionados a outros similares e constituem o passado de um indivíduo, mas também o passado de outros. Pertencemos a vários grupos e cada um conta com um sistema de ideias, enquanto forma de ver o mundo, um conhecimento e um modo de regência do mesmo e de suas vidas nele. Os personagens que Carolina elegeu para figurar em sua narrativa e destacá-los em seu diário fazem parte de suas memórias, ou seja, embora sejam elas individuais possuem lastro social ao expressarem seu pertencimento a um grupo mais amplo. Ao passo que memórias coletivas vão sendo constituídas por todos que fizeram parte dessa mesma história.

Delgado (2006, p. 38) ratifica o exposto quando afirma que:

A memória é base construtora de identidades, solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do auto-reconhecimento como pessoa e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família.

As memórias estão num contexto social e num tempo definido, estabelecendo e criando laços na sua relação com o outro. Para David Lowenthal (1998, p.75), “toda consciência do passado está fundada na memória. Através das lembranças recuperamos

consciência dos acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado.”

Nossas lembranças são lembradas por outros. Jamais estamos sós. Levamos conosco várias pessoas. Não podemos falar de uma memória puramente individual, ela é, sobretudo, coletiva, global, sua individualidade não seria suficiente para a construção das lembranças. É representado pelo coletivo que há em nós. É necessário que façamos parte do grupo. A memória é o fenômeno sempre atual, viva, se alimenta das lembranças experienciadas no e pelo grupo. (HALBAWCHS, 2006, p. 30-31).

No entanto, nós não temos o hábito de exercitar as nossas lembranças, por exemplo, resgatando os acontecimentos, pois consideramos em alguns casos uma atividade desgastante e dolorosa. Veremos que em algumas de suas retrospectivas, Carolina sente nostalgia de seu tempo de criança, que outrora se apresentava muito mais satisfatório do que os dias em que estava escrevendo o seu diário. Assim as memórias estão inteiramente no sujeito que as expressa, embora o Eu compartilhe delas com o coletivo, por meio de diários, documentos, filmes, anotações avulsas, nós iremos escolher quais memórias virão à consciência.

De acordo com Halbwachs (2006, p. 67) “as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós, constituem o nosso bem mais exclusivo, como se só pudessem escapar aos outros na condição de escaparem também a nós.”

Norberto Bobbio (1997, p. 30-31), considera que a rememoração é importante, pois é por meio dela que

[...] reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos [...] Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorrendo a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade.

Marc Bloch (2001, p. 70) descreve que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinitos. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo que toca pode e deve informar sobre ele.” Ao evidenciar sobre nós, a memória constitui partes de nossa identidade, pois remonta as mentalidades e aos imaginários do passado, que não são apenas individuais, mas, sobretudo coletivos. Situamo-nos no tempo e no espaço. Retomando Carolina M. de Jesus, podemos dizer que ela utiliza de suas memórias para se fazer, para se edificar como lugar de resistência e transgressão ao abordar, desde criança, questões que a marcou e lhes deixou pensativa. A memória diz respeito a uma construção sobre o próprio passado, que torna atualizado e renovado no presente (DELGADO, 2006). Acrescentamos

que nossa personagem constrói sua própria narrativa, no seu tempo, resgatando um passado de menina de cidade do interior, menina travessa e curiosa, sempre de olhar atento às coisas e pessoas à sua volta. Conforme o autor supracitado (DELGADO, 2006, p. 44), numa narrativa memorialística, os melhores narradores

[...] são aqueles que deixam fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos. São eles sujeitos de visão única, singular, porém integrada às referências sociais da memória e da complexa trama da vida.

Percebemos que Carolina atende a todos esses requisitos de narrador, nos prendendo na sua narrativa. Não obstante o fato de ser apenas um diário de infância, o seu conteúdo com todas as visões, impressões da vida cotidiana, ingenuidade e oscilação entre beleza, comicidade e desgraças da família, a escritora nos enlaça na sua história que dali se desenrola.

É por meio e na narrativa que podemos acessar e obter fatos históricos, do passado e do presente, e com os olhos do presente voltar ao passado para lá observar aqueles. Assim, temos o passado representado pelo indivíduo. Por meio da visão de Bitita, imaginamos Sacramento e “todo” o período político e social da cidade. Nossa personagem retratou muito bem o ambiente, se não de modo fiel, as instituições como a escola e as pessoas do seu círculo de convivência, com destaque para as que deixaram marcas profundas na sua identidade, como a professora Lonita e seu avô.

Em se tratando de uma autobiografia, supomos um duplo enfoque na narrativa de Carolina. Num primeiro momento temos o Eu reagindo ao mundo, às pessoas, as impressões. Em um segundo aspecto, é notório a reação do mundo diante desse eu.

Nas narrativas, devemos nos atentar para possíveis falhas, lacunas ou imprecisões que o próprio narrador possa ter cometido, como os lapsos de tempo e esquecimentos que, ao surgirem, podem deixar a narração obstruída tanto para quem narra quanto para a História que buscamos por meio dela edificar.

4.3 Um mundo dividido: pobres e negros x ricos e brancos...

O mundo, criação humana, é o lugar do homem.
(CIAMPA, 2002a, p. 86)

Mundo: lugar e meio onde o ser humano se representa, constrói imagens de si e dos outros, se faz conhecido e conhecedor. É nele e por meio dele que os indivíduos vão se

socializar, estabelecer relações e se transformar ao passo que é por ele transformado. Esse universo se desdobra em diferentes faces, duas delas serão por nós analisadas neste estudo: um mundo que se apresenta dividido, fraturado entre brancos e negros, ricos e pobres, homens e mulheres, mulheres direitas e perdidas... dentre outras divisões e fragmentações. Se não rico, pelo menos a cor branca já demonstra indicativo de sobreposição desses indivíduos em um mundo no qual o negro está inserido também como pobre e, logo, sujeito a sofrimentos e percalços, aos quais estão submetidos.

Consoante Backzo (1984) os imaginários sociais, ou o conjunto de imagens elaborado por uma sociedade, representam pontos de referência de uma coletividade por meio dos quais ela se percebe, figura suas divisões e designa suas identidades ao elaborar representações de si e dos outros, ao estabelecer a distribuição dos papéis e as posições sociais, sendo uma das respostas a seus conflitos, divisões e violências, e funcionando como regulador da vida coletiva e como indicativo, aos indivíduos, de dado pertencimento à mesma. (BACKZO, 1984, p. 309-10).

Em seguida destacaremos, por meio do imaginário figurado por Carolina, como as visões do mundo, da realidade e de si vão sofrendo oscilações conforme as experiências dos indivíduos e dos grupos sociais ao longo de sua existência. Como as identidades se formam, constituem e apresentam conforme as experiências e práticas. Como a consciência de si e do mundo que o indivíduo possui e os modos de vida que o cercam agem sobre as imagens que possuem e constroem, e como transformam suas representações dentro dessa nossa sociedade.

Lane (2007) destaca que as crianças por meio da língua materna vão formando sua visão de mundo, assim como a constituição de seu grupo social, por meio das representações e das ideologias que pairam em torno dessa criança e impactam elas. Nesse contexto, por exemplo, espera-se do infante um comportamento adequado às normas estabelecidas, de não perturbação da ordem vigente ou de abalo do que está posto. Contudo veremos que Bitita foge a essa regra e começa a incomodar seu grupo familiar e vicinal.

Dessa maneira vejamos, como *a priori*, o mundo é internalizado por Carolina.

Para mim o mundo consistia em comer, crescer e brincar. Eu pensava: o mundo é gostoso para viver nele. Eu nunca hei de morrer para não deixar o mundo. O mundo há de ser sempre meu. Se eu morrer, não vou ver o sol, não vou ver a lua, nem as estrelas. [...] “Deus, dá o mundo para mim?” (JESUS, 2014a, p. 21).

A menina Bitita, até então, não a par das agruras do mundo, internaliza um mundo que se resume em passa-tempos de crianças. Sua grande angústia era morrer e ter que deixar o

mundo tão belo, formoso e gostoso para os outros, sem tempo para aproveitar das delícias que lhes eram apresentadas. No entanto, mais adiante, no avançar de sua trajetória e existência, ela percebe o quão perversa se apresenta essa realidade, não o mundo em si, mas as pessoas que o constituem e se inserem nele, que visam à exploração, subjugação e humilhação de outras, dos oprimidos.

Confiramos a afirmativa de Bitita, sob seu olhar de criança, como era o mundo.

- O mundo é tão bom! Ele é sempre assim?
 Não, respondeu-me. Dirigiu-me um olhar tão triste, um olhar que preocupou-me. Mas insisti.
 -Mamãe! Mamãe... Fala-me do mundo. O que quer dizer mundo?
 Ela me deu dois tapas, saí correndo e chorando. (JESUS, 2014a, p. 28).

Podemos afirmar que sua primeira decepção se apresenta quando começa a questionar a mãe se o mundo era assim mesmo, ou se estava sendo ludibriada. A mãe, mulher negra, vivida, sábia, sofredora, pobre, sabia muito bem que não; o mundo não era nada daquilo que a filha achava ser, muito pelo contrário, esse palco no qual estavam em cena, sobretudo para os negros, era estarrecedor de se viver. Quando adulta, descobriu por si só o quanto estava enganada, e sua vida chega a tal ponto que poderíamos afirmar o seu desejo para que o mundo parasse para ela descer. Embora saibamos ser impossível, os indivíduos submetidos aos modos de dominação da sociedade, onde uma maioria sustenta uma minoria, grande parte alimenta desses sujeitos alimentam o sonho de fugir desse mundo para outro lugar.

Mas por que alguns viviam bem e outros não? Por que nem todos conseguiam se alimentar todos os dias? E trabalho, fonte da subsistência? Por que não há consenso por parte de todos? Por que o mundo se apresentava assim, bom para as crianças e mau para os adultos? Essas eram algumas questões que martelava na cabeça de Bitita, que vivia a perguntar acerca desses problemas para a mãe. Não era todo dia que a mãe estava com paciência para com a filha, quando isso acontecia e tampouco nem sempre vislumbrava uma resposta às perguntas inquietantes daquela. Dona Cota dava um jeito de generalizar, ou naturalizar o que foi construído sócio-historicamente ao longo dos anos.

Consoante Heller,

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. Por causa da coexistência “muda”, em-si, de particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares. Na cotidianidade, parece

“natural” a desagregação, a separação de ser e essência. (HELLER, 1992, p. 37, grifos da autora).

Carolina não se conformava com os dizeres da mãe e destacava,

Minha mãe dizia que o mundo é assim mesmo.

Fiquei furiosa:

- Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.

Minha mãe sorria e perguntava:

- O que é que você vai fazer do mundo?

- Não quero gente grande no mundo. São os grandes que são maus. As crianças brincam juntas, para elas não existe cor. Não falam em guerras, não fazem cadeias para prender ninguém. (JESUS, 2014a, p. 109).

Por meio do processo de socialização e com as práticas sociais que as cercam, as crianças vão adquirindo e edificando visões de mundo e dando sentido a ele, de acordo com aquelas representações que os adultos lhes apresentam. De acordo com Chartier (2002, p. 67-68), as práticas e o mundo social são sensíveis às clivagens que atravessam uma sociedade e ao emprego de materiais ou códigos que são partilhados, mas apropriados conforme os usos e interpretações próprios, sendo as representações coletivas “matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social.” (CHARTIER, 2002, p. 72).

Se, por um lado, a mãe afirma que o mundo foi, é, e sempre será assim, por outro, a filha se mostra insatisfeita com ele, se recusando a aceitar tal colocação. Heller (1992) trabalha com a ideia de que é por meio da família principalmente, que os indivíduos conseguem “amadurecer” a sua visão de mundo, mas sua assimilação só se dará por completa quando o próprio mundo começar a atuar na vida desses indivíduos. Desse modo, diante das agruras, tensões e contradições que a cercava e que levou a observar e sofrer suas reverberações, foi que Bitita passou a compreender “que o mundo não é uma pétala de rosa. Há sempre algo a escravizá-lo” (JESUS, 2014a, p. 73) e conclui: “Como é horrível ser criança. Não têm permissão para fazer isto ou aquilo. Que mundo é este, temos que aceitar as imposições; sendo assim, o homem não é livre.” (JESUS, 2014a, p. 77). Portanto, com isso, diz não gostar de gente grande, pois são maus e assim prefere sob todas as circunstâncias as crianças em detrimento dos adultos, contradizendo a sua própria ideia da qual gostaria de ser grande.

Perguntei a minha mãe:

-Por que é que o mundo é tão confuso?

Respondeu-me.

-O mundo é uma casa que pertence a diversos donos, se um varre, vem o outro e suja-a. (JESUS, 2014a, p. 54).

A mãe de Bitita, dona Cota, diz muito enfaticamente, e não podemos deixar de ratificar a sua fala, que aponta os vários “donos” que o mundo tem. Metaforicamente falando, ela explica a filha que essa miríade de donos, acaba bagunçando ainda mais essa casa – mundo. Alguns anos depois, Carolina ao escrever *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, aponta que a cidade de São Paulo também pode ser comparada a uma grande casa, tendo a sala de estar para os mais abastados e o quarto de despejo para os favelados, negros e pobres. Será que Carolina recorre à mãe para dar título a seu livro? Tudo indica que sim. Sua mãe também apresentava ter uma consciência muito elevada acerca das questões a sua volta, mas diferente da filha, ela se preocupava com as dificuldades que se mostravam no cotidiano, a todo dia, não podendo se prolongar num pensamento filosófico que girava em torno da análise e criticidade da realidade social.

Por esses meandros é que a formação identitária de Carolina vai se dando, espelhada nas práticas e representações, leituras da sociedade e do mundo de sua mãe e dos grupos sociais que a cercava, como a família, os pobres e os negros. A partir e por meio de tais pertencas, diferenças e desigualdades, é que se dá a construção das identidades sociais, que são resultado sempre de relações de forças “entre as representações impostas por aqueles que têm o poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma”, conforme Chartier (2002, p. 73). Nesse contexto, ela “Pensava que éramos obrigados a aprender tudo que rege o mundo.” (JESUS, 2014a, p. 80).

Mas teria mesmo o mundo, vários donos, como apontara a mãe de Bitita? Sim, ao que tudo indica, o mundo não era de todos, embora Carolina insistisse em tentar entender o motivo para tanta discórdia e a falta de complacência de uns para com os outros, a ponto de perguntar o seu avô:

Mas o mundo é tão grande! Tem tanto espaço, todos podem viver bem aqui dentro! Por que essas brigas? O meu avô dizia:
- Os que brigam são os animais que não sabem pensar.
Então o homem é um animal, porque ele briga mais que os animais. Oh! Meu Deus! Se o mundo é assim, não vale a pena nascer! Se não predomina a educação entre os homens, eles jamais serão felizes. Há mais ódio no mundo do que amizade. (JESUS, 2014a, p. 63).

De acordo com Wilson Aparecido da Mata (2014, p. 126), a educação, pode ser entendida por nós como um “[...] processo formativo dos indivíduos que perseguem seus fins próprios, ganha significação política e pode ser dirigida à perenização ou à transformação das relações sociais. Daí sua fundamental importância para a existência humana.” É por meio dela que poderemos alcançar a emancipação humana, nos libertando, sendo resistentes aos moldes

alienantes e desumanizastes que interferem na nossa convivência com o outro e na forma como somos um “ser-percebido”, fato que constitui nossa identidade. A palavra será mediadora desses conflitos que estão inseridos na relação entre os homens, por meio da linguagem conseguimos nos expressar e criar significados de conhecimentos. Em meio a essa dialética, estamos viesados num processo civilizatório.

Mesmo animais humanizáveis, humanos vir-a-ser, somos passíveis de desentendimentos, de confrontos, tensões e atritos durante o estabelecimento da relação com o outro. A vida em sociedade por si só se apresenta permeada de entraves e enfiamentos. Embora sejamos considerados seres conscientes em busca de uma vida emancipada e desalienada, o avô de Bitita tece considerações que o homem se assemelha a animais, que no fundo da questão não pensa e vive em constante discórdia.

Percebemos que Carolina expressa em seu *Diário* duas faces de uma mesma moeda. Um lugar onde habita pobres e ricos, negros e brancos, homens e mulheres, “senhoras” e meretrizes..., tudo isso através de um recorte que faz de várias “cidades do interior” brasileiro, como Sacramento, Franca, Ribeirão Preto e depois da capital São Paulo, mas representações que podem ser ampliadas e analisadas como se estendendo a toda sociedade brasileira do século XX. Ainda hoje, é possível percebermos traços, quiçá até piores, da mendicância, do preconceito racial e social e da negligência no que tange à relação da classe média alta com a classe média baixa do país. Desse modo, não podemos pensar a cultura, os modos de vida, a estrutura da sociedade e a história sob um único ponto de vista, de um só lugar, uma só classe. Carolina nos apresenta sua leitura perspicaz da realidade social dividida e diferenciada, escancarando a situação da pobreza e da negritude, numa visão acurada da sociedade em torno da riqueza e de seus impactos na vida direta do pobre. Ela nos aponta que,

O filho do pobre, quando nascia, já estava destinado a trabalhar na enxada. Os filhos dos ricos eram criados nos colégios internos. Os pobres completavam o quarto ano e recebiam o diploma. As crianças ricas prosseguiram os estudos. Os pobres não tinham possibilidades de estudar nem o curso ginásial. E quantos meninos pobres choravam porque queriam estudar! E quantos meninos ricos choravam porque não queriam estudar. E eles diziam:

-Deus dá nozes aos que não têm dentes. (JESUS, 2014a, p. 53).

A posição ocupada por cada um na sociedade da época foi por ela denunciada, expondo um ambiente de crianças que já estavam inseridas precocemente inseridas no mercado de trabalho. Nesse sentido, Carolina teve que deixar a escola, pouco tempo depois de ter entrado na instituição, o que indica que outras crianças pobres também passavam pela

mesma situação para trabalharem na cidade ou no campo. Observadora atenta da realidade social nos núcleos populacionais do interior brasileiro ela afirma:

Não me agradava aquele modo de vida dos pobres. Não podia nem classificar aquilo de vida, sofriam mais do que os animais. Que luta para conseguir dinheiro nas cidades do interior. [...] Já estava começando a compreender que para viver temos que nos submeter aos caprichos de alguém. Quando não é a mãe, é o esposo ou o patrão. (JESUS, 2014a, p. 98-99).

De outro modo, Carolina M. de Jesus (2014a, p. 103), que cada vez mais se mostrava “preocupada com a seleção de classe”, diz que “o homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filúcias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer: ‘Sabe com quem você está falando?’ para mostrar a sua superioridade.” (JESUS, 2014a, p. 38), E, no seu dizer, o mais interessante é que as “pretas” alienadas, cozinheiras, domésticas, amas... também se identificavam com essa mesma visão, ideologia e fala dos ricos, que se consideravam os mandachugas da região, só que por outro viés: “E as pretas pernósticas às vezes diziam: - Sabe com que cê ta falando? Eu sou a cozinheira do presidente.” (JESUS, 2014a, p. 37).

Embora não pertencesse a classe média alta, utilizavam do *status* que seus empregadores tinham na sociedade, para sobressair àqueles que não trabalhavam na casa de nenhum sinhô ou fazendeiro, por exemplo. Assim, de acordo com Chartier (2002, p. 75), a representação de classe construída pelos homens ricos, feita por eles mesmos de si para àqueles de quem se espera reconhecimento, “transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada, necessária lá onde falta o possível recurso à força bruta.”

Sob essa mesma perspectiva, Roberto A. DaMatta, no artigo “Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil” (1997, p. 187), explana sobre a relação entre conflito e personalismo, ao tratar da existência de uma organização hierárquica acerca das classes sociais no Brasil. O autor defende que há uma “preocupação com a posição social e a consciência de todas as regras relativas à manutenção, perda ou ameaça dessa posição”. Nesse contexto, em especial em situações de tensões e confrontos, as pessoas recorrem a artifícios verbais afirmativos para tentar se diferenciar dos demais, sobretudo para manter o “status de importância”, ao sentirem sua posição e autoridade ameaçadas, temendo perder privilégios e reconhecimentos, buscando impor seu poder e inferiorizar seu interlocutor no que refere a sua posição social. O que se pretende é

inferiorizar o outro sempre que houver a possibilidade de conflito entre as posições sociais. Desse modo, de acordo com Vilson A. Mata (2014, p. 126), a palavra expressa e media conflitos presentes nas relações humanas. Por meio da linguagem se manifesta percepções acerca de lugares e significados sociais, em particular em momentos de desentendimentos, de atritos, tensões e conflitos.

Consideramos que essa lei do “Sabe com quem você está falando?” gera privilégios dentro dessa nossa sociedade, uma vez que nossa cultura enaltece autoridades e privilegia hierarquias. O “Doutor fulano” sempre vai conseguir o melhor lugar no restaurante, as melhores formas de tratamento. E seus empregados, como as cozinheiras, usando dessas artimanhas conseguem levar para casa dos seus patrões, o melhor alimento, a melhor bebida, o melhor produto, tudo isso para agradar a uma classe exploradora e manter satisfeitos seus membros com a serventia, servidão e submissão dos atendentes.

As mulheres pobres não tinham tempo disponível para cuidar dos seus lares. Às seis da manhã, elas deviam estar nas casas das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal. Que coisa horrível! As empregadas eram obrigadas a cozinhar, lavar e passar. Uma boa cozinheira ganhava trinta mil-réis por mês. Quando vencia o mês e a cozinheira recebia, ela tinha a impressão de ser uma heroína. (JESUS, 2014a, p. 36-37).

Portanto, esse processo laboral sob o qual o sujeito está inserido, não lhe isenta, ou seja, não está livre dos mecanismos de manipulações sociais e da alienação. Essa alienação, segundo Heller (1992, p. 38), passa a existir quando “[...] ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção”.

Retomamos mais uma vez a discussão de que o trabalhador, nesse caso, as empregadas, são ludibriadas ao se fazerem pensar que faziam parte da família de seus empregadores. Sob esse olhar, elas são exploradas e, por vezes, não se dão conta dessa exploração.

Carolina, por exemplo, chega a invejar os negros que trabalhavam na casa dos ricos: “[...] meu olhar ficava circulando através das vidraças observando os patrões comerem na mesa. E com inveja dos pretos que podiam trabalhar dentro das casas dos ricos.” (JESUS, 2014a, p. 31). Desse modo, percebemos que mesmo explorados, a necessidade do trabalho sobrepunha o aviltamento. E o desejo dos que estavam do lado de fora era conseguir um dia, trabalhar na “casa grande”.

Eu já estava conformada: os negros não tinham possibilidades de morar nas casas bonitas com vidraças e jardins. Minha mãe me dizia:

- Minha filha, é tolice ambicionar o que não podemos conseguir, poderemos ser felizes morando dentro de uma casca de ovo.

Que vontade de morar numa rua calçada e com luz elétrica. Mas as ruas que eram calçadas e iluminadas eram para os ricos. A luz dos pobres eram as lamparinas a querosene e o ferro a carvão. (JESUS, 2014a, p. 82).

Por vezes abrimos mão de nossas necessidades e interesses para se dedicar ao equilíbrio da sociedade, é o que a Dona Cota faz sobre alguns questionamentos da filha. Contudo, acreditar que o acesso à moradia, à educação e saúde, bem como às condições de vida digna, direitos básico do ser humano, devem ficar restritos a um só grupo de pessoas, é entregar esses direitos que são responsabilidades fundamentais do Estado, à própria sorte. Minimizar essas discussões e apaziguar a situação com discursos de que o pobre é assim porque uma divindade ou a natureza quis, é jogar fora anos de estudos acerca da compreensão da realidade social e lutas travadas em busca de melhores condições para a população mais pobre do país.

Além do mais, Maria Aparecida Silva Bento (2014) defende a ideia de que há uma classe no país, constituída pela elite branca, que mantém instituída a ideologia regente da supremacia econômica, política e social do branco e uma problematização, ou melhor dizendo, uma culpabilização pelo negro por não conseguir alcançar os bens de consumo ou ter padrões de vida correspondentes ao do mundo dos brancos. Se não conseguem chegar lá, na lógica dessa ideologia, dessa visão de mundo, é porque não merecem estar lá. Nesse sentido e caminho justificam as desigualdades raciais e sociais. “A pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social. Com certeza este dado é importante, mas não é só isso.” (BENTO, 2014, p. 27).

Bitita considerava que “[...] as pessoas que moravam nas casas de telhas eram importantes.” (JESUS, 2014a, p. 96). Depois, quando vai trabalhar numa fazenda como pajem, ela a muito contragosto, devido à vida que ali levava, deixa registrado o seguinte: “Cansei daquela vida estagnada. Uma vida sem um amanhã promissor. Sentia um descontentamento tremendo. Que vontade de ter uma casa, uma vida ajustada! (JESUS, 2014a, p. 193).

Carolina, sob essa situação, começa a visualizar possibilidades de criação de um novo amanhã, ou a buscar por meios de uma emancipação, de sair da estagnação. “Eu era uma revoltada.” (JESUS, 2014a, p. 185). O “eu” revoltado que Bitita desempenhava, a imagem

que fazia de si mesma como alguém que queria e esperava reconhecimento, vai paulatinamente traçando o seu curso e constituindo uma representação da Carolina-migrante, da Carolina-revoltada, da Carolina-odiada-por-muitos. Acompanhando sua história de vida como foi possível fazer, sobretudo na primeira parte deste estudo, percebemos que a personagem luta a todo instante para ser autora, protagonista e atriz de sua própria história. E não permite que terceiros interfiram nos seus anseios. Por isso ela pede dispensa, muda, desloca, questiona, sonha... É personagem se fazendo e re-fazendo. “[...] à medida que vão ocorrendo transformações na identidade concomitantemente ocorrem transformações na consciência (tanto quanto na atividade).” (CIAMPA, 2002a, p. 186). O eu-revoltado de Carolina nega as condições coercitivas que a ordem sistêmica tenta lhe impor, bem como a seu grupo social e racial.

E Deus gosta mais dos brancos do que dos negros. Os brancos têm casas cobertas com telhas. Se Deus não gosta de nós, por que é que nos fez nascer? Fui procurar minha mãe.

- A senhora pode me dar o endereço de Deus?

Ela estava nervosa, deu-me uns tapas. Fiquei horrorizada: “Será que a minha mãe não vê a luta dos negros? Só eu?” (JESUS, 2014a, p. 95).

Quando não encontramos explicação no mundo real, concreto, social e histórico, recorremos ao mundo divino para tentar entender o que se passa em nossas vidas. As próprias instituições religiosas são produtoras de sentido e significados que suplantam o cotidiano. Bitita quer tirar satisfação com Deus, ir pessoalmente conversar com ele e saber o porquê do pobre estar tão aquém do branco, mas para isso ela precisava de um endereço; ingênua vai ter com sua mãe que, sem paciência, lhe dá umas palmadas. Carolina questiona para si mesma a respeito da consciência de luta dos negros, será que ali naquela cidade, apenas ela tinha esse senso de entendimento acerca da exploração e marginalização dos negros?

Já não suportando mais a vida que levava, Carolina rogava por direitos de igualdade na sociedade e de se livrar dos castigos de Deus. Será que só os negros e pobres estavam sujeitos à mira da miséria e das escabrosidades pelas quais passavam todos os dias? Compreende que “[...] o sonho de pobre é sonhar, apenas sonhar. As ricas eram vaidosas. Olhavam os pobres como se fossem intrusos nesse mundo, ou objetos incômodos e sem prestígio.” (JESUS, 2014a, p. 103). Mesmo sendo vistos e tratados como objetos indesejáveis e sem importância, eram eles, os negros, que mantinham o funcionamento das casas e serviam de trabalho braçal. Sob esse cenário, a maioria dos negros que era analfabeta estava subjugada e alheia à própria vontade, não escolhia por si, e o que consideramos pior, muitos deles “Já

havam perdido a fé nos predominadores e em si próprios.” (JESUS, 2014a, p. 30), pois “para os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam trabalho, era exaustivo.” (JESUS, 2014a, p. 58). Dessa forma e nesse contexto, nossa personagem conclui: “então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco.” (JESUS, 2014a, p. 59).

Consoante Bitita, no ano de 1925, as escolas abriram as portas para alunas negras, e o cenário do analfabetismo poderia tomar rumos diferente, contudo esse episódio só piorou a autoestima e a imagem que faziam de si das alunas, pois quando “[...] as alunas negras voltavam das escolas, estavam chorando. Dizendo que não queriam voltar à escola porque os brancos falavam que os negros eram fedidos.” (JESUS, 2014a, p. 42). Para Kabengele Munanga (2014, p. 11), a ideologia do branqueamento precisaria ser reproduzida, sobretudo, nos principais mecanismos da educação e da socialização dos indivíduos.

Neste sentido, a maioria da população, negra e branca, introjetou o ideal do branqueamento, que inconscientemente não apenas interfere no processo de construção da identidade do ser negro individual e coletivo, como também na formação da autoestima geralmente baixíssima da população negra e na supervalorização idealizada da população branca.

Remetendo a essa ideologia do embranquecimento difusa na sociedade, nossa escritora conta sobre sua presença em uma fazenda, na qual a proprietária combinava com ela a execução de trabalhos de limpeza da casa e prometia que quando fosse à cidade, compraria “um remédio para [ela] ficar branca e arranjar[ia] outro remédio para o seu cabelo ficar escorrido”, além de arranjar um doutor para afilar o seu nariz, levando a menina a pensar: “Então esses homens que trabalham aqui foram pretos, e a fazendeira os fez ficarem brancos! E quando eu ficar com os cabelos escorridos e o nariz afilado, quero ir a Sacramento para os meus parentes me verem. Será que eu vou ficar bonita?” (JESUS, 2014a, p. 136-137). Só depois de trabalhar seis meses e ver que havia sido enganada foi que ela olhou para suas mãos negras, acariciou seu nariz chato e seu cabelo pixain, “e decidi[u] ficar como nasci.”

Mas, antes disso, há muito ela relata que sofria com a negação e com o preconceito social dos “brancos que negavam os negros” e também dos mulatos, que estavam “no meio-termo”, ao passo que refere à uma estratégia de branqueamento valorizada por alguns negros. Porém, segundo Carolina, os mulatos, por sua vez, investiam contra os negros, se revoltavam “contra o negro”, como sua tia Ana, que impediu sua filha de casar-se com um preto, pois queria ver a filha casada com um branco “[...] para purificar a raça”. A moça era a “ vaidade” da mãe, “aquela filha branca era o orgulho da tia Ana. Era a predileta”, era “sua filha-talismã”. (JESUS, 2014a, p. 74-76).

Refletindo sobre as agruras de ser negra, Bitita, narra que quando estava na escola, “Tinha uma negrinha, Isolina, que sabia ler. Era solicitada para ler as receitas. Eu tinha uma inveja da Lina! E pensava: ‘Ah! Eu também vou aprender a ler se Deus quiser! Se ela é preta e aprendeu, por que é que eu não hei de aprender’” (JESUS, 2014a, p. 47). Percebemos que a menina, ao ver uma semelhante, que pertencia a seu grupo social e racial, sabendo ler, foi tomada de um sentimento de também conseguir tal feito, tomando conta de si, mesmo “[...] duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade.” (JESUS, 2014a, p. 47).

Consoante esse pensamento da elite branca, percebe-se uma tentativa de cristalização da situação e lugar do negro na sociedade, advinda de uma suposta incapacidade dos negros de se transformarem, conforme um “discurso” visto como “competente” (CHAUÍ, 2006), a fala dos “doutores de Coimbra”, que muitos agarravam como sendo uma verdade ilimitada e inquestionável. O lugar social que o indivíduo ocupa ou a posição social de um grupo não é algo pronto e acabado, ou melhor, dizendo, estático. Pelo contrário, essas posições podem variar conforme o movimento dos atores e de seu grupo social, elevando ou retrocedendo no que diz respeito ao *status* apresentado pelos indivíduos.

Em seu *Diário*, Carolina destaca um nome que frequentemente irá ganhar espaço nos seus escritos, o baiano Rui Barbosa, que junto de outros abolicionistas, foi a favor do fim do regime escravocrata no Brasil. De acordo com a menina Bitita, esse abolicionista apregoava que o negro deveria frequentar a escola, embora os brancos falassem que já haviam dado liberdade e privilégios demais para os negros. (JESUS, 2014a). E ainda,

-O Rui Barbosa falou que os brancos não devem roubar, não devem matar. Não devem prevalecer porque é o branco quem predomina. A chave do mundo não está nas mãos dos brancos, o branco tem que ser superior para dar o exemplo. O branco tem que ser semelhante ao maestro na orquestra. O branco tem que andar na linha. (JESUS, 2014a, p. 33).

Embora fosse considerado um intelectual de pensamento progressista para a época, Rui Barbosa deixa a desejar quando coloca o branco num lugar superior ao do negro, principalmente quando diz que o homem branco tem que ser o modelo para os outros. Com essas afirmativas fica evidente a defesa da branquitude em detrimento do negro ou uma exaltação do branco. “O preto não deve matar o branco. O branco não deve matar o preto. Os pretos e os brancos têm que dançar uma quadrilha. Ficarem vis-à-vis do Brasil. Eu já estava enjoada de ouvir preto e branco. Achava que os homens deveriam falar menos e trabalhar mais.” (JESUS, 2014a, p. 56). Ao que tudo indica, por meio de uma sutil ideia, os brancos vão

instalando um ideal de paz e boa convivência para com os negros. Se levarmos em consideração o fato de que a população negra do país era superior à de brancos, podemos concluir que havia um medo dos brancos de surgir um levante e revolta dos negros.

Nessa perspectiva, Célia Marinho de Azevedo (1987), evidencia um *medo* da elite branca, minoria no país, que estrategicamente começa a articulação de branquear a população brasileira. Com isso, se inicia a imigração européia que tenta a todo modo e gradativamente apurar a “raça” branca e extinguir o negro, considerado um tropeço para a imagem do Brasil. “Essas raças passariam por um processo acelerado de cruzamento e seriam depuradas mediante uma seleção natural (ou talvez milagrosa), levando a supor que o Brasil seria algum dia branco. Ou seja, os negros seriam assimilados pelos brancos.” (BENTO, 2014, p. 37).

Assim, vamos percebendo que quando a ideologia começa a circular na sociedade, o próprio negro passa a adorar alguns personagens brancos dessa história. “E os negros gostavam do Rui e da princesa Isabel. O meu avô contava que, após a libertação dos escravos, quando nascia uma negrinha, ao batizá-la, o padre já dizia sem perguntar o nome: Isabel.” (JESUS, 2014a, p.39).

Considerando os apontamentos de Ciampa (2002b), a construção das identidades recebe uma forte influência dos discursos sociais. Como supradito, na medida em que aumenta a nossa capacidade de agir e de falar, o Eu vai se constituindo sobre os alicerces da linguística e nós passamos a buscar um reconhecimento para esse Eu (LIMA, 2010). O discurso que o indivíduo ou as instituições sociais usam defende o lugar de onde se está falando e para quem está falando, esse não deixa de, por vezes, trazer em sua essência o caráter manipulador e controlador.

Para se compreender os mecanismos que são usados para com os indivíduos na tentativa de manter a ordem e o fluxo social, precisamos entender sobre as políticas de identidade que vão sendo instauradas paulatinamente, e ao longo do tempo passa a ser considerada pela população como algo natural e dado. Segundo Ciampa (2002b), o primeiro autor a usar explicitamente o termo “política de identidade” é Goffman, mais especificamente em seu livro *Estigma*, publicado originalmente em 1963. Para Goffman, uma “política de identidade” refere-se a uma orientação que se é feita ao indivíduo estigmatizado no sentido de que se ele seguir as recomendações sugeridas pelo intragrupo (de caráter político), ele conseguirá ter boas relações consigo mesmo e com a sociedade (CIAMPA, 2002b). Terá, além do mais, alcançado as expectativas de homem normal, digno, e dentro das normas sociais. Se ele não atende as expectativas, ao que é esperado do homem, ele provavelmente

será considerado um problema para a manutenção da ordem social e dentro de seu grupo ele será estigmatizado de indivíduo subversivo.

Já o termo “identidade política”, Ciampa busca em Marco Aurélio M. Prado (2001) para fazer referência a um Eu que se posiciona e que busca não só por emancipação, entretanto por diferenciação e heterogeneidade, rompendo o laço da formatação social que impõe cada vez mais as políticas identitárias.

Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiram. Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para o outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala.

A minha bisavó Maria Abadia dizia:

-Os brancos de agora já estão ficando melhor para os pretos. Agora, eles atiram para amedrontá-los, antigamente atiravam para matá-los.

Quando os negros falavam: - Nós agora estamos em liberdade. Eu pensava: “Mas que liberdade é essa que eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco!” (JESUS, 2014a, p. 59).

Respondendo a pergunta de Bitita, podemos dizer que sim, o mundo já foi pior para o negro, bem pior. Ela sabia das condições que os negros estavam submetidos, mas quando a avó busca em suas lembranças acontecimentos de outros tempos mais trevosos que os dias atuais, deixa assustada, mais ainda, Carolina. Acreditamos que além do avô, considerado pela menina como um “Sócrates Africano”, a avó também ajudou a constituir a identidade Carolina-revoltada, na medida em que a menina foi tomando conhecimento dos aspectos da família, do cotidiano dos negros, do preconceito por parte de suas tias em se casar com outro negro, do seu dia-a dia. Nesse contexto de busca de se localizar socialmente e de perceber ela diz: “Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo, diziam: - Negrinha! Negrinha fedida!” (JESUS, 2014a, p. 95). Mesmo sob os ataques e xingamentos, esse episódio denuncia que o outro também implica em minha identidade, ele também me constitui enquanto ser que difere do meu Eu e meu Eu do dele. Quando Carolina afirma que por meio dos meninos brancos ela se reconhece como negra, percebemos que representações desse tipo acontecem constantemente, pois “[...] ao comparecer frente a alguém, eu me represento. Apresento-me como representante de mim mesmo” (CIAMPA, 2002a, p. 170). Além do mais, essa representação só se faz possível porque “O mundo, criação humana, é o lugar do homem. Uma identidade que não se realiza na relação com o próximo é fictícia, é abstrata, é falsa.” (CIAMPA, 2002a, p. 86).

Até aqui apontamos algumas referências de um mundo dividido entre negros e brancos, de modo mais geral, e indicado nesse universo a figura do mestiço. Contudo se faz necessário voltarmos a destacar a figura dos mulatos, que também constituíam a população observada por Carolina. Para ela “[...] o mulato é o meio termo da sociedade. Convive com os brancos e com os pretos. (JESUS, 2014a, p. 43). Alguns negros até comentavam ao ver alguns mulatos “se destacarem” como se fosse algo a ser comemorado por todos: “- Graças a Deus agora nós temos negros ilustres, temos um negro que canta nos discos e outro que dá receitas. As farmácias vendem os remédios que ele receita.” (JESUS, 2014a, p. 43).

Eu pensava: “O negro não devia produzir o mulato porque se volta contra ele. Aquele que recebe as cutiladas é que pode avaliar a dor. E é o negro que está apto para revelar as filáucias e as jactâncias dos mulatos. Os negros não perseguem o mulato porque é mulato, nem o branco porque é branco. Então o negro é o superior.” (JESUS, 2014a, p. 75).

Diferente de Rui Barbosa, que considerava o branco um ser superior, modelo padrão, exemplo de ser humano para a sociedade, Carolina destaca que o negro é que é superior, justamente por não perseguir ninguém, não prender ninguém sob falso julgamento, não escravizar e tampouco menosprezar os outros. Embora fosse considerado um ser “meio termo”, por transitar nos dois mundos, sabemos bem que a classe dos ricos e brancos não consideram os mulatos assim como eles imaginam ser considerados.

Nesse processo, o homem, ao longo da história, está sob uma constante de conhecer a si mesmo. Nesse aspecto, ele busca elementos de identificação que irá ratificar seu pertencimento a esse ou aquele grupo. Contudo, poderão aparecer elementos que atrapalhe essa identificação como no caso dos mulatos. Não enxergamos possibilidades de inserção daqueles no mundo dos brancos, uma vez que há um sistema que exclui do grupo os que fogem à cor, ideologia, classe, raça. Ratificamos o supradito através de Bitita: “O que eu notava é que nas festas dos negros os brancos não iam.” (JESUS, 2014a, p. 27).

“Quando o negro envelhecia ia pedir esmola. Pedia esmola no campo. Os que podiam pedir esmolas na cidade eram só os mendigos oficializados. A Câmara dava uma chapa de metal com um número, depois de ele ser examinado pelo médico e ficar comprovada a sua invalidez.” (JESUS, 2014a, p. 31). Não bastasse trabalhar a vida toda, sob condições sub-humanas, o Estado virava as costas para o negro idoso e ignorava a sua existência, o que se apresenta perverso é o fato da identificação obrigatória para poder pedir esmolas pelo espaço urbano-rural. Percebe-se até mesmo um controle sobre a mendicância da cidade de Sacramento. Olhando para todo esse contexto, que estava escancarado para Carolina, ela se

pergunta: “Será que vamos ter um governo que preparará um Brasil para os brasileiros?” (JESUS, 2014a, p. 39). Se estendermos essa pergunta aos dias de hoje, ainda assim não saberíamos responder tal questão, diante disso, notamos a perspicácia e lucidez da menina diante do contexto político, econômico e social. Assim, nada passava despercebido de seu olhar para determinados aspectos, sobretudo esses que atingiam diretamente a sua classe social e a cultura edificada ao redor do negro e de seus descendentes.

No entanto, Carolina não percebia o mundo como dividido apenas entre negros, pobres e brancos, ricos. Via também uma divisão entre homens e mulheres, como já mencionado antes, mas que cabe aqui retomar. Nesse sentido, indicaremos mais algumas de suas facetas, de forma abreviada, mas que nos dá uma boa noção de como ela percebia essas divisões sociais.

Ainda criança, a menina já “ouvia dizer que é o homem quem deve proteger a mulher depois que se casam”. Ouvia tal assertiva sem que isso lhe causasse contrariedade e questionamentos, ao contrário achava “linda a mentalidade infantil” (JESUS, 2014a, p. 28). Porém, não demorou muito para ser considerada uma “negrinha atrevida” por brigar, denunciar e chamar de “ordinário” o filho de um juiz que vivia “pegando no seio das meninas pobres”, apertando-os e as fazendo chorar (JESUS, 2014a, p. 33-33). A seguir, disparou que “os homens dizem que são donos do mundo” e “que são superiores” (JESUS, 2014a, p. 47), até que um dia questionou sua mãe por que ela não reagia quando seu avô a repreendia, ouvindo daquela o ensinamento: “Não, milha filha! A mulher deve obedecer ao homem”, isso a fez chorar, “porque queria virar homem para as mulheres obedecê [-la].” (JESUS, 2014a, p. 69).

Novamente no seio da família recebeu outra lição similar do avô, a qual veio reforçar a anterior: “- A mulher depois que se casa deve cuidar apenas dos afazeres domésticos. Compete ao homem ser chefe da casa.” (JESUS, 2014a, p. 82). A desobediência da mulher era execrada e ela se viu pensando em ser “mulher livre”, prostituta, pois assim era “melhor ser meretriz, [...] que não precisa obedecer a ninguém” (JESUS, 2014a, p. 92, 83). Avançando em processo de conhecimento do mundo e logo de seus questionamentos acerca de sua organização, e na busca pela liberdade, pensava: “Por que é que eu não nasci homem para ficar rico e ganhar muito dinheiro”. Com esse pensamento rondando-lhe a cabeça fez pedidos às cruzeiras, à São Benedito e ao arco-íris para que a “fizessem virar homem”, e como não o faziam foi-se “resignando”, se “conformando” que “deveria ser sempre mulher”. Porém, “mesmo semiconformada, [...] invejava [seu] irmão que era homem”. (JESUS, 2014a, p. 87,

97). Assim foi compreendendo que para viver teria que submeter aos mandos de alguém, do esposo, do patrão... (JESUS, 2014a, p. 99).

Aqui, conforme o exposto acima, “Bitita, uma criança por volta dos quatro anos, percebe logo que sua imagem não se assemelha, mas sim se dissocia das outras que, segundo os parâmetros, são ideais de força e respeito.” (SANTOS, 2010, p. 18). Pode-se notar que a figura feminina negra é vista de forma peculiar, não apenas em relação ao preconceito, mas também no tocante à autoaceitação. A personagem principal tem sua imagem minimizada e até anulada sob o prisma do rebaixamento. Sua identidade é maculada, contudo, é exatamente daí que a escritora encontra elementos para compor seu discurso. De sua narrativa emerge a voz de um corpo descrito, mas que foi, antes de tudo, vivido. Valendo-se do veio da memória, Carolina revisitou o passado e relatou com poeticidade eventos de dor e de felicidade, que nem mesmo as transformações do tempo foram capazes de apagar. Ao registrar sua própria existência por meio da escrita, a autora transcende os limites do *chronos* e nos leva a uma reflexão sobre as questões identitárias, sexistas e, sobretudo, preconceituosas que ainda assolam a realidade de muitas mulheres negras. (SANTOS, 2010, p. 19-20).

Nesse mundo dominado pelos homens, visto como “um teatro de agruras”, e já “conhecendo a parte amarga da vida”, Carolina vislumbrou, na condição de empregada doméstica na cidade, a possibilidade de não ser mais uma “relegada”, pois “aquele emprego [...] era como se fosse um reconstituente que ia revigorar [sua] moral”, uma vez que “tinha a impressão de que não era ninguém neste mundo”, mas que “pretendia ser alguém, e para ser alguém é necessário empregar o seu tempo exercendo qualquer profissão” (JESUS, 2014a, p. 152, 154, 174). No entanto, o sonho de um emprego para viver sempre na cidade, não a libertou da condição de mulher explorada e submissa, passando a vivenciar a dominação e exploração também das patroas. Assim, projetou seu próximo passo no sentido de romper essa condição, como veremos melhor no item seguinte, que era “conhecer a cidade de São Paulo”, que “o povo dizia que era a cidade favo de mel. [...] um paraíso para os pobres” (JESUS, 2014a, p. 179).

Nesse momento e contexto, “Já compreendi que o mundo é coletivo. É uns precisando dos outros” (JESUS, 2014a, p. 173). Pelo menos deveria ser coletivo, entretanto percebemos até aqui que só se trata de coletividade quando uns precisam dos outros para tirar proveito próprio. Não há um senso geral de união entre as partes, quiçá fragmentos dessa identidade coletiva. Como pontuamos acima, os negros não estão organizados para lutar em benefício próprio, Carolina chega a refletir acerca desse assunto quando pergunta para a mãe se somente ela tinha noção da luta dos negros.

No decorrer desse processo, Carolina, certa feita, se sentiu aborrecida por viver nesse mundo, resolveu ir ter com sua mãe e pedir para voltar para seu útero. “- Sabe, mamãe, eu não estou gostando deste mundo. A senhora quer me pôr onde eu estava? Ela explicou que para sair deste mundo era preciso morrer. - Ah, de morrer eu tenho medo.” (JESUS, 2014a, p. 93). Vejamos bem, que a única solução que Dona Cota aponta é a morte biológica da filha, e que, de certo modo, a mãe não estava errada. Mas se olharmos por outro lado, a mãe poderia ter explicado da impossibilidade de retorno uma vez que o assunto sobre a morte já era recorrente entre mãe e filha.

Minha mãe ficou com dois filhos para manter. Minha mãe disse que bebeu inúmeros remédios para abortar-me, e não conseguiu. Por fim desistiu e resolveu criar-me. Não fiquei triste, nem revoltada, talvez seria melhor não existir. Porque eu já estava compreendendo que o mundo não é uma pétala de rosa. Há sempre algo a escravizá-lo. (JESUS, 2014a, p. 73).

Carolina não deixa explícito esse episódio em outro lugar, não sabemos ao certo se de fato soube lidar com a informação da mãe acerca da vontade de abortar. De certo modo, quando tem seus próprios filhos, a prioridade nos cuidados com eles surge em primeiro plano, outro traço que poderia ter herdado e constituído um Eu de zelo e luta pela criação dos filhos. “Com o decorrer do tempo vamos tomando conhecimento de tudo.” (JESUS, 2014a, p. 142). Se, por outro lado, não conseguirmos tomar consciência da nossa identidade ou dos papéis dos quais exercemos, nossa identidade é ameaçada por fatores externos ou psíquicos, ou seja, corremos o risco de não sabermos quem somos, começamos a ter a sensação de enlouquecimento, perda de sentido do Eu. Não sabemos distinguir o *Eu* do *Outro*. Não reconhecemos características minhas, próprias de mim.

“Quando será que hei de aprender tudo o que há no mundo?” (JESUS, 2014a, p. 25). Gradualmente Carolina foi percebendo e entendendo o mundo. Se aprendeu tudo acerca dele não sabemos, pois apesar da lucidez dos seus diários, essa resposta somente ela poderia nos fornecer. Na infância, declarou ter passado por momentos temerosos e de medo até mesmo do mundo, sobretudo “[...] quando ouvia os homens falarem nas dificuldades que há para um homem encontrar trabalho. O mundo não é um paraíso para o homem.” (JESUS, 2014a, p. 27). Descobriu por meio da fome e das decepções, que o mundo não era nada daquilo que ela considerava. Em sua cabeça já se passava a “[...] impressão de que estava sobrando neste mundo.” (JESUS, 2014a, p. 197).

Uma vez que somos atores sociais em busca de novos papéis a serem desempenhados, se começamos a nos ver na estagnação, sem possibilidades de exercer novos papéis enquanto

atores que representamos, podemos caminhar para o que Ciampa (2002a) denomina de morte, simbólica ou biológica. A primeira, elucidada como perda dos sentidos e repetição incessante de velhos papéis e a segunda quando os indivíduos sem visão de saída saem dessa vida. Assim, “[...] só lhe resta o caminho da autodestruição, cujo final pode ser o suicídio.” (CIAMPA, 2002a, p. 166). Contudo, destacamos a possibilidade de morte para a vida, quando esses atores buscam uma fuga da realidade, do mundo, por meio da loucura.

“Eu não entrei no mundo pela sala de visitas. Entrei pelo quintal. Eu ia vencer porque era outra.” (JESUS, 2014a, p. 200). Fragmentos de emancipação voltam a habitar o Eu de Carolina. Agora Bitita se reconhece como outra, não era só alguém sob o julgo da vontade alheia. Entende que há um mundo de possibilidades pela frente, as quais lhe permitiria exercer outros papéis sociais, ser atuante, escrever sua história, para isso saiu de Sacramento, foi para Ribeirão Preto, retornou à Sacramento, foi para Franca depois São Paulo, cidade que cresceu ouvindo ser um mar de oportunidades e palco para realização de seus sonhos. Doravante esse episódio, passamos a entender a nossa personagem como Carolina-Migrante, ser em busca de algo mais.

4.4 Carolina-Migrante

“O país que tem mais terras no globo é o Brasil¹⁰; portanto, o nosso povo já deveria estar ajustado.”
(JESUS, 2014a, p. 142).

Carolina não conseguia entender o porquê de existir tantos conflitos e migrações no país, pois para ela, o Brasil era uma terra de grandes proporções, lavouras, com ofertas e possibilidades de trabalho por onde quer que fosse. No entanto, ela não contava, ou se contava era de maneira ingênua de criança, que embora houvesse muita terra, estas estavam concentradas nas mãos de grandes latifundiários que produziam para o mercado externo e para exportação e impossibilitavam o tão almejado “ajuste”, ou melhor, dizendo, a tão desejada reforma agrária, que na época da abolição da escravidão chegou a ser veiculada por parte de uma minoria mais radical de abolicionistas, mas que não estava na pauta da maioria, e que, portanto, capotou, conforme o historiador Luiz Felipe de Alencastro (ROSSI, 2018).

Desde o século XIX e, sobretudo na primeira metade do século XX, o país viveu internamente, um alto fluxo migratório, com grandes deslocamentos migratórios e uma

¹⁰ É digno de nota destacar que o Brasil ocupa a 5ª colocação em países de maior extensão territorial, ficando atrás dos Estados Unidos, China, Canadá e Rússia.

redistribuição rural-urbana da população brasileira que passou a se concentrar nos pólos industriais das principais cidades e macro-regiões do Brasil, como já mencionado. Essas migrações forneceram mão-de-obra barata para alavancar o crescimento econômico, no entanto, Neide Lopes Patarra (1986, p. 252) destaca que esse desenvolvimento só foi possível por dois motivos; primeiro, porque o crescimento vegetativo da população acelerou de maneira acentuada e, segundo, devido ao mercado aproveitar da situação de extrema pobreza da população rural para se beneficiar sobremaneira. Ainda, consoante essa autora

As profundas transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir do surto do café são acompanhadas de pronunciadas alterações na distribuição da população no espaço, redefinindo a participação relativa de cada região no conjunto do país. Esse processo de redistribuição populacional pode ser observado através de um agrupamento das unidades da federação, de acordo com o papel econômico relevante que tiveram em algum momento do longo período de transformações [...]. (PATARRA, 1986, p. 258).

Desse modo, o café também provocou modificações na estrutura social brasileira, resultando nas concentrações populacionais em regiões que cultivavam o grão, em especial nos estados de Minas Gerais e São Paulo, antes dos anos de 1930. Com a crise econômica de 1929 e a desvalorização do mercado cafeeiro, muitas famílias tiveram que deixar o campo e migrar para os centros urbanos em busca de sustento. Em suas memórias, Carolina destaca que muitos camponeses ao verem a situação de enfraquecimento da lavoura, da economia cafeeira e dos fazendeiros, que deixaram suas terras e estabeleceram nas cidades, afirmava que aquele seria o ocaso do país, a bancarrota de uma nação. “É o início do fim do Brasil, porque agora nós vamos para a cidade e vamos ser consumidores, será uma minoria que irá produzir para uma maioria consumir.” (JESUS, 2014a, p. 31). Não obstante essa observação, a migração nos permite observar alguns trâmites ocasionados por ela.

Quem tem que se deslocar de seu território de origem, experimentar um processo de desterritorialização (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323), o faz a contragosto como iremos destacar mais adiante por meio da história de Bitita. As razões giram em torno de uma necessidade de sobrevivência e desejo de melhoria de vida. Além do mais Fausto Brito (2009, p. 8) considera que esse processo de migração, em especial, a migração rural-urbana passa por dois momentos.

O migrante, trabalhador rural não qualificado, para uma área urbana, passará inicialmente por um estágio, durante um certo período de tempo, no chamado setor urbano-tradicional (desempregados abertos, subempregados, empregados ocasionais e empregados do setor informal). Posteriormente,

poderá caminhar-se na direção do segundo estágio, engajando-se num emprego permanente no setor moderno.

Vejamos bem, que o segundo estágio é uma possibilidade, ou seja, não é certo que o migrante irá encontrar um emprego ou colação profissional em setores considerados modernos, se consolidar como empregado, trabalhador assalariado, enquanto que o primeiro estágio é bem conhecido e vivido pela maioria dos retirantes de suas terras natais. Por vezes se vêm em situações de miséria e de submissão na esfera trabalhista, que explora e subverte a condição de homem, transformando-o em objeto de exploração e espoliando o que há de humano.

Ciampa (2001) considera que o mundo em que vivemos pode ser entendido como uma realidade que nega o ser humano, embora este seja quem produza e quem habita o globo, os sujeitos não estão isentos de serem negados pelo próprio mundo, justamente por conta das contradições sistêmicas e ideológicas criadas sócio-historicamente pelos sujeitos. Portanto, homem-criador, homem-criado, mundo-desumanizante.

Carolina estava com seis anos de idade e já observava a vida dos retirantes nordestinos, maltrapilhos, necessitados, pobre e sofridos. Questionava para si mesma se não havia nada que pudesse fazer para ajudá-los, pois também se reconhecia como pobre e sabia o quão angustiante e doloroso era quando o sofrimento e o infortúnio batiam à porta dos miseráveis.

O que me impressionava era ver os nordestinos com suas trouxas nas costas, com seu aspecto desnutrido, como se fossem habitantes de outros planetas, desumanos. Sujos e rotos. Alguns tocavam violas e cantavam: “*No nordeste do Ceará/Sete anos não choveu/Quem era rico emigrou/Quem era pobre morreu*”. O Brasil foi descoberto em 1500 e se não fosse tão espoliado, os homens do Norte não viveriam intranquilos, andando de um Estado para outro [...]. (JESUS, p. 100-101, grifos da autora).

Os migrantes carregam uma identidade coletiva na medida em que historicamente há uma dinâmica de identificação de “interesses, dificuldades, atitudes, expectativas, lembranças, projetos, e utopias próprias desse grupo [...]” (KOLYNIK, s/d, p. 2). Mais tarde, muito mais do que observar esses migrantes, Bitita com sua família, se tornará a Carolina-Migrante, onde desempenhará esse papel pelas fazendas que passou e cidades como Ribeirão Preto e Franca, até definitivamente chegar à cidade de São Paulo, considerada por ela lugar de grandes oportunidades, conforme a ideologia difusa no momento acerca das maravilhas do sul. Mesmo na cidade paulista, Carolina não deixa de ser Carolina-Migrante, ao contrário, é figura

emblemática que representa tantos outros migrantes, o que nos faz refletir acerca de uma *mesmice-imposta* a si mesma.

Por meio dessa repetição de papéis que nossa personagem tenderá a re-por, damos por fé que há um fetichismo desempenhado pela personagem, pois, “[...] falamos da dificuldade do indivíduo atingir a condição de *ser-para-si*, criando o que chamamos de *identidade-mito*, o mundo da *mesmice* (da não-mesmidade) e da *má infinidade* (a não superação das contradições).” (CIAMPA, 2002a, p. 146, grifos do autor). Essa re-posição impossibilita a prática da reflexão ou tomada de consciência do indivíduo, e, conseqüentemente, impede o vir a ser de um projeto emancipatório.

Este projeto por sua vez, consoante definição de Juracy Armando M. de Almeida (2005, p. 93) é uma

[...] mudança dotada de poder inovador de construção de novos sentidos para a existência, de superação de condições pessoais e sociais restritivas que impedem as pessoas de participarem na determinação de suas próprias ações ou na definição das condições nas quais elas acontecem, e que são geradores de sofrimentos e inquietações, de subordinação e inferiorização do indivíduo e do cidadão.

No que diz respeito à *mesmice*, o autor supradito (ALMEIDA, 2005 *apud* MIRANDA, s/d, p. 9), aponta que ela nos faz desviar da autonomia de forma cega e repetitiva, tornando o sujeito encarcerado numa personagem que ele próprio criou, contudo, essa personagem foi criada mediante comodismo, interesses próprios ou pressões que o mundo exerce sobre o sujeito. Dessa forma, Carolina se vê num continuum de mudanças e sua vida na estrada se prolonga por boa parte de sua vida, mesmo no final da década de 30, após chegar a SP, decide migrar para o Rio de Janeiro nos próximos anos até retornar para a capital paulista.¹¹

Certa feita, um homem, de nome José Romualdo, apareceu em Sacramento à procura de uma mulher para ir viver com ele numa fazenda que o aceitasse como colono, alegando ser impossível a um homem morar na roça sem companhia. A mãe de Carolina aceitou “viver com ele” depois da seguinte argumentação daquele: “[...] o lugar apropriado para os pobres é na roça. Que a vida no campo, além de ser mais saudável, é mais simples. A vida na cidade era difícil porque tínhamos que comprar de tudo.” (JESUS, 2014a, p. 131). Sendo aceito em uma fazenda no município de Uberaba, com pesar, Carolina teve que deixar a escola para embarcar nesse caminho de perambulações com a mãe e o padrasto. Sem nenhuma certeza do

¹¹ Para melhor compreensão dessa trajetória, ver o capítulo anterior, item “3.2 Da *via crucis* nas grandes cidades (Rio de Janeiro e São Paulo) à publicação de *Quarto de Despejo*”.

quê estava por vir, Bitita arruma suas coisas e coloca na mala, junto de seus pertences estavam os livros que havia ganhado. Bens veneráveis. Parte com a mãe e o padrasto para a nova casa. Começa aqui, a vida de Carolina-Migrante, um papel que a personagem desempenhará repetidas vezes.

Conforme Guattari e Rolnik (1986, p. 323), o território como espaço relativo a um vivido e de subjetivação fechada sobre si mesma, é sinônimo de projetos e de representações, nos quais desemboca, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais e culturais, e desterritorializar é abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair de seu curso e se destruir. Nesse sentido, o território original de Carolina se desfez e ela se sentiu fora de casa, como podemos perceber em seu *Diário*. “Foi com pesar que deixei a escola. Chorei porque faltavam dois anos para eu receber meu diploma. Único meio foi resignar-me, porque a decisão paterna vence. [...] Quando chegamos fiquei descontente, queria voltar para a cidade.” (JESUS, 2014a, p. 131).

No momento de apresentarem-se para a fazendeira, Dona Cota foi indagada a respeito da filha. A mãe respondeu com a voz trêmula que a menina chamava-se Carolina Maria de Jesus, mas a menina interveio: “Pedi a minha mãe para dizer-lhe que meu nome era *Bitita*.” (JESUS, 2014a, p. 136, grifo nosso). A fazendeira disse que o nome de uma de suas filhas também era Carolina e afirmou que ambas eram xarás. Ao passo que a menina pensou que não gostava de seu nome, pois acreditava que: “[...] esse nome ia atrapalhar minha vida. Minha mãe já havia dito que não podemos trocar de nome. É proibido.” (JESUS, 2014a, p. 136).

Para Ciampa, (2002a), nosso nome é como um rótulo que nos apresenta e depois de apresentado sela e autentica a nossa identidade para quem está chamando. Assim, o nome é considerado um instrumento que carrega os símbolos do nosso Eu. Carolina tinha medo de que seu nome fosse lhe prejudicar no futuro, mas não deixa explícito o motivo do desagrado pelo nome. Consideramos que esse episódio já havia ocorrido uma vez, na escola, por meio da professora Lonita. Depois do exposto, se faz necessário considerar que a identidade dos indivíduos não pode ser reduzida ao nome, pois este se apresenta como representação daquela e não sua completude. Podemos até nos confundirmos com esse impasse, contudo, com o decorrer da história de vida da personagem, iremos perceber que “A identidade, que inicialmente assume a forma de um nome próprio, vai adotando outras formas de predicções, como papéis [...]” (CIAMPA, 2002a, p. 134).

Mas, para além do nome, a menina astuta via outras tentativas de alteração de sua identidade como negra, expressas nas palavras e ações da nova senhora, a fazendeira, que

almejava mudar sua aparência, o que, ao que parece, não a desagradou, mas a deixou pensativa.

- Sabe Carolina, você vem trabalhar para mim, e quando eu for a Uberaba eu compro um vestido novo para você, vou comprar um remédio para você ficar branca e arranjar outro remédio para o seu cabelo ficar escorrido. Depois vou arranjar um doutor para afilar o seu nariz.

Pensei: ‘Então esses homens que trabalham aqui já foram pretos, e a fazendeira os fez ficarem brancos! E quando eu ficar com os cabelos escorridos e o nariz afilado, quero ir a Sacramento para os meus parentes me verem. Será que vou ficar bonita?’(JESUS, 2014a, p. 136-7).

A família estava indo bem na fazenda, cultivando, colhendo, conseguindo reerguer-se e se reterritorializar, ou seja, tentando se recompor e se organizar no outro espaço (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 323). Contudo, depois de quatro anos, o fazendeiro expulsou-os da terra e Carolina retornou para a cidade acompanhada de sua mãe e seu padrasto. Esse, dentre outros aspectos, se apresenta como perverso no que tange ao campo, aos espaços dos grandes latifundiários que, sempre em proveito de si, não conseguem conceber ou visualizar uma melhora de vida dos seus empregados. Quando isso ocorre, como aconteceu com a família Jesus, logo o dono da terra dá um jeito de mandá-los embora e um novo desterro pôs fim a esse processo de recomposição em andamento, de sentir-se novamente “em casa”: “Chorei com dó de deixar a nossa casinha, as verduras, os pés de jiló” (JESUS, 2014a, p. 138), relata a menina.

Em Sacramento, Bitita achava “horrível a convivência com aquelas pessoas que não se respeitavam”, havendo brigas todos os dias e a necessária interferência da polícia, além de considerar “horroroso ter que comprar” alimentos como arroz e feijão, uma vez que havia muita terra para ser cultivada, mas nenhuma condição para adquiri-las. E, nessas condições, a saída era buscar trabalho em outras fazendas onde teriam que suportar as mesmas condições de existência e inclusive não recebendo permissão para plantar, estando sempre na situação de “devedores” e sendo recriminados a todo instante. “O pobre, não tendo condições de viver dentro da cidade, *só poderia viver no campo para ser espoliado. É por isso que eu digo que os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e os fazendeiros.*” (JESUS, 2014a, p. 140, grifos nossos).

Para Brito (2009, p. 10), “[...] a migração é um processo social que vai além dos mecanismos do mercado de trabalho, no plano econômico, e se insere em uma ampla mudança social, cultural e psicossocial, tanto individual, quanto coletiva, dentro do desenvolvimento da sociedade moderna.” Falamos, portanto, de uma classe de migrantes que

no campo ou na cidade são explorados em detrimento do desenvolvimento e multiplicação do capital. Cabe nos indagar, se é possível haver um processo de emancipação humana dentro desses moldes políticos do sistema capitalista?

Falar de uma identidade, de um processo no qual o homem é sujeito de si dentro dessa sociedade é praticamente impossível, pois os moldes de produção e a realidade externa capturam em partes, a essência desse homem. (CIAMPA, 2002a). A liberdade é obstruída e dá espaço a um corpo alienado e ideológico. Nas palavras de Iray Carone (s/d, p. 05) “o verdadeiro sujeito é o capital [...]”. Contudo, esse é outro aspecto da identidade, lado negativo, da não-metamorfose. O Eu passa doravante a se submeter às convenções sociais, portanto escravo preso numa personagem que tende a repetir o mesmo movimento. (CIAMPA, 2002a).

“- Quem está em São Paulo, está quase no céu. Lá tem tanto serviço que se os defuntos saírem das sepulturas logo arranjam trabalho.” (JESUS 2014a, p. 120). Carolina desde pequena ouviu do padrinho essas afirmações. Será que a menina Bitita, desde muito nova, foi influenciada a aspirar a cidade paulista como meio de se realizar, vislumbrando a grande metrópole como possibilidade de ascensão financeira e tardiamente artística? Paul Singer em seu texto “Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo”, afirma que a criação de desigualdades regionais pode ser entendida como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas. (SINGER, 1998, p. 37). Portanto, o fato de viverem em condições precárias e em busca de emprego, alimenta uma esperança de melhoria de vida nas grandes cidades.

Carolina, antes de migrar para São Paulo, transita por outros lugares, sobretudo nas fazendas cafeeiras, onde o padraço recebeu proposta de emprego. A família de Carolina é um recorte dessas migrações que ocorreram por toda parte do país, por meio de seu *Diário* se faz possível notar como era a relação estabelecida entre colonos e fazendeiros. “Atualmente eles [os fazendeiros] fazem assim: dão as terras para os colonos plantarem; quando vai-se aproximando a época da colheita, o fazendeiro expulsa o colono e fica com as plantações, e não paga nada ao colono.” (JESUS, 2014a, p. 142). Novamente Carolina denuncia a exploração que os colonos sofriam no campo.

Eunice R. Durhan (1984, p. 34), expõem que

Parte desta migração dirige-se de uma área rural para outra e se relaciona com o desenvolvimento capitalista do cultivo de produtos de exportação ou de matérias-primas para a indústria nacional. Outra parte dirige-se as cidades, onde procuram beneficiar-se das oportunidades de trabalho criada direta ou indiretamente pela expansão industrial.

Podemos considerar que todo esse itinerário feito por Carolina quando criança se dá acompanhado da mãe e em partes pelo padrasto, José Romualdo. Quando adolescente ela migrará solitária para Ribeirão Preto, a pedido da mãe, para que pudesse fazer o devido tratamento das feridas das pernas.

Minha mãe me deu trinta mil-réis e pensei: “Com esse dinheiro, eu vou até Ribeirão Preto ver se consigo internar-me. Quem sabe se desta vez, com auxílio de Deus, conseguirei sarar.”

Diziam:

- Ou você não tem sorte ou te puseram feitiço. (JESUS, 2014a, p. 163).

Carolina chega a Ribeirão Preto ao anoitecer e quando foi dormir pensou: “Será que vou ser feliz, aqui nesta cidade?” (JESUS, 2014a, p. 163.). Mais uma vez notamos que as andanças do migrante e o processo de desterritorialização a ele imposto lhes inculcam muitas incertezas, desde o lugar de onde chega até a busca por um novo emprego e a consolidação de uma nova vida. O desejo de felicidade estará sempre presente, mas é negado pela coerção sistêmica que impede o vir a ser da felicidade, por isso Carolina questiona a si mesma. Resquílios de felicidade não devem ser confundidos com a vida que merecia ser vivida na plena harmonia e gozo dessa felicidade, ou pelo menos de maneira emancipada, desalienada e consciente. Crer na falsa “boa ação” do capital é se submeter a ele sem repensar sua estrutura econômica e social.

Nossa personagem Carolina que não *é*, mas está *sendo* Migrante, busca a todo custo sair do comodismo e da mesmice que lhe é imposta. Sempre em busca de melhoria. Portanto, ela representa o *um* do grupo, o *um* que quer sair da cidade interiorana de Minas Gerais a procura de melhores condições na cidade de São Paulo. Por onde passa, modifica e é modificada, constrói e é construída.

Mesmo com um destino e futuro incertos e sem conhecimento da realidade vivida na cidade paulista, era comum a menina ouvir pelas ruas que

[...] nas grandes cidades é que os pobres poderiam elevar-se um pouco. A longevidade para os pobre só se consegue no estado de São Paulo, onde o pobre tem possibilidade de comer todos os dias. E o segundo estado é o Rio Grande do Sul. As grandes indústrias estão em São Paulo por causa do lucro imediato. Os homens de outros estados iam pôr suas fabricas em São Paulo. Mas o interior continuava apático. (JESUS, 2014a, p. 160).

Para autores como Brito (2009, p.11), a migração é uma “tradição” no seio brasileiro, contudo, a fim de não cairmos no puro reducionismo do termo, destacamos que essa migração é acompanhada de uma espera milagrosa de melhoria de vida.

Se o indivíduo quer melhorar de vida, não resta outra alternativa, a não ser migrar para as cidades, particularmente, as grandes. A movimentação no espaço geográfico equivale a uma movimentação no espaço social, organizada a partir do grupo de relações primárias: família, parentes, vizinhança e amigos. É o grupo de relações primárias que acumula as informações necessárias para reduzir os riscos inerentes à migração, ajudando a adaptação na sociedade urbana e, ao mesmo tempo, faz com que o migrante não dissolva os seus laços com a região de origem.

Não obstante o fato de Brito defender essa tese na citação acima, Carolina não encontra suporte nos parentes de Ribeirão Preto, muito mais reconhecida como um encosto e gasto para a família do que uma prima que havia chegado do interior e estava à procura de emprego e tratamento médico para a saúde de suas pernas. Além do mais, o primeiro encontro familiar com tais parentes causou em Carolina uma repulsa que carregou pelo resto da vida “[...] Se um dia eu tiver saúde não quero contato com os meus parentes [...]” (JESUS, 2014a, p. 166). Desse modo, Bitita, se sentiu inconformada e decidiu ir embora, pois sabia que ali não era bem vinda.

“Para mim, a minha vida era semelhante a uma pedra que eu não podia erguer. De tanto pensar fui adquirindo o hábito de não reclamar, não lamentar. Para que mortificar-me com o impossível?” (JESUS, 2014a, p. 194). Entretanto, o não questionamento das nossas atitudes e vivências nos coloca numa posição de submissão estruturada pelo próprio sistema dominante. O que nos faz levar em consideração uma identidade-mito ou fetichizada, entendida como incapaz de transcender esse papel de estagnação. Em se tratando da sociedade, não podemos considerar algo como impossível de vir a ser, pois, como ratifica Lane (2007, p. 32), o ser humano é passível de “[...] manifestação de uma totalidade histórica social, produto e produtor de história.” De tal modo ele estará sempre agindo e se fazendo agir na sociedade, que não é imutável, estagnada. Sob esse aspecto, Miranda (s/d, p. 9), considera que

[...] a condição de mesmice como fetiche nos remete à conformação de identidades convencionais e por consequência, a negação das identidades-metamorfose como possibilidade emancipatórias, identidades que revelam não só a simples mudança de aparência, mas um potencial crítico de transformação da realidade [...].

Passado algum tempo Carolina rumou-se para Franca com a mãe, Dona Cota. Foi trabalhar em casa de família, de doméstica, sendo explorada pela patroa, que não a pagava devidamente e sendo cobrada, dispensou seus serviços. Decidiu procurar outro emprego ali mesmo ou deixar o interior. “Pretendia encontrar um trabalho com melhor remuneração. Mas não tinha casa e já estava cansando da minha vida andarilha” (JESUS, 2014a, p. 205). Ficou sabendo de uma professora que estava procurando uma criada para ir trabalhar com ela em São Paulo. Carolina, então, pensou: “Até que enfim eu ia conhecer a ínclita cidade de São Paulo! Eu trabalhava cantando, porque todas as pessoas que vão residir na capital do estado de São Paulo rejubilam-se como se fosse para o céu.” (JESUS, 2014a, p. 205).

Carolina se reconhece como Carolina-andarilha, cansada, porém cheia de esperanças. Com destino à São Paulo, desempenhará outro papel, nega sua personagem de Carolina-andarilha, para um vir a ser Carolina-empregada-assalariada. Nesse empenho compreendemos que embora encene outro papel, a empregada nega a andarilha, a migrante, mas não as exclui. Quando Carolina viaja para o Rio de Janeiro, volta a desempenhar Carolina-andarilha.¹²

Quando chega a São Paulo, Carolina quer começar tudo do zero, vida nova, longe dos parentes e familiares que a menosprezava, distante dos fazendeiros que a explorava, bem além dos sacramentenses que viviam a falar mal e a zombar de si. Espera agora a revelação de um outro *outro*. Nas palavras de Ciampa (2002a) é identidade se fazendo *metamorfose* (grifos nosso). É possibilidade e revelação do humano contido em nós.

Como foi de nossa propositura no início deste estudo, abordar as memórias narradas por Carolina em seu diário acerca de seus primeiros anos de vida até 1947, ano em que chegou a cidade de São Paulo, acreditamos que conseguimos atender e alcançar nossos objetivos. Acreditamos, ainda, que este trabalho foi de encontro a outras pesquisas realizadas com esse mesmo sujeito social, Carolina Maria de Jesus, aqui nosso objeto de estudo, sobretudo no que refere a outro livro da escritora (*Quarto de Despejo*: diário de uma favelada), obra citada nesta dissertação e que contribuiu para o entendimento da organização e estrutura de uma escrita autobiográfica sob o olhar de alguém que está inserido em um mundo onde predomina a miséria e a mendicância.

¹² Consideramos de suma importância explicitar que embora essas viagens de Carolina para o Rio de Janeiro não estejam registradas em seu Diário, nesta dissertação, mais precisamente na análise, se fez necessário o resgate desse itinerário percorrido pela personagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como ponto de partida norteador deste trabalho apresentar, ou pelo menos tentar, sem presunção, outras reflexões e visões acerca do texto literário pensando nas “várias” metamorfoses que a personagem Carolina Maria de Jesus sofreu ao longo de sua infância, adolescência e início da idade adulta em uma cidade do interior de Minas Gerais, em especial, e outras do mesmo estado ou ainda de unidade da federação vizinha.

Este trabalho se fez possível na medida em que as narrativas da escritora passaram pelo crivo de uma análise crítica e criteriosa, na qual conseguimos pontuar, paulatinamente a um diálogo com um aparato teórico, os episódios de sua trajetória expressos em seu texto autobiográfico, pedra angular desta dissertação e pano de várias reflexões do campo epistêmico.

A visão de mundo descrita e ancorada no *Diário* nos permite uma reconstrução histórica dos trilhos e meios por onde a escritora percorreu e das estações em que fez parada. Dos traços miúdos figurados em sua narrativa por nós recolhidos, emergem pontos ímpares e “perdidos” da história regional em completa interação com a nacional. Não obstante o fato de se tratar de um diário, ou seja, objeto pessoal e íntimo, Carolina com sua escrita própria, peculiar e atenta, bem como simples e prosaica, consegue nos envolver num leque de assuntos que envolvem a discussão desde o movimento escravocrata e abolicionista, à exploração de classes, migração, imigração europeia, preconceitos, discriminação, Revolução de 1930, mundo do trabalho, pobreza, infância, memória...

Além do mais, podemos afirmar, de certo modo, e até certo ponto, que por meio da menina Bitita, outra visão da história se apresenta. Não dos grandes homens e fatos, mas em uma escala e visão voltada e centrada no cotidiano, nos acontecimentos ordinários da existência de grupos sociais marginalizados e não figurados nas narrativas historiográficas oficiais e em outras voltadas e centradas nas grandes estruturas sociais e econômicas. Apresenta-nos uma história de gente anônima, de setores populares, de fatos miúdos e cotidianos. Portanto, mesmo sem aquela linearidade que encontramos nas narrativas dos livros de história, é possível perceber a consciência temporal e sócio-espacial que a autora relata em suas memórias.

Uma vez mais reiteramos que Carolina merece lugar de destaque no campo literário brasileiro por ter sido uma das precursoras da escrita feminina e negra no mundo da literatura nacional. Ao lado de grandes nomes de escritores negros brasileiros, como Lima Barreto, Cruz e Sousa e Machado de Assis, a escritora mineira faz jus a esse lugar de primazia em

nossa sociedade e literatura ao narrar sobre si e representar os meandros iniciais da aceitação da escrita pobre e negra, bem como feminina. Por meio de suas memórias, fica evidente que para construir-se enquanto escritora foi um caminho árduo, especialmente quando destacamos a violência expressa por meio do racismo e nas relações de gênero que teve que enfrentar.

Assim foi possível estabelecer uma relação entre a vida privada de Carolina e a vida pública, a vida de grupos sociais mais amplos por ela representados, que aparece em suas narrativas, da mesma maneira que constatamos como a construção e a visão de seu mundo e dos sujeitos sociais se consolida com a introjeção da cultura e do social em seu “eu”, em sua identidade, explicitando, cada vez mais, a imagem de uma “Carolina-Revoltada”.

É interessante pensarmos aqui o que defende Burke quando ele nos diz que “[...] visto de seu interior, o cotidiano parece eterno. O desafio do historiador social [portanto] é mostrar como ele de fato faz parte da história, relaciona a vida cotidiana aos grandes acontecimentos [...]” (BURKE, 1992, p. 25). Dessa forma, não estamos impedidos de viver e estabelecer relações sociais; não se vive em uma bolha e nem ficamos isentos das mudanças sociais ao nosso redor, do contexto que nos transforma, aliás, é disso que estamos tratando quando recorremos a um diário como fonte de reflexão e começamos a traçar um paralelo entre o Eu e o Outro. Posto assim, o historiador enxerga nesses lugares de memória uma importância que é a de resguardar-se do esquecimento.

Por meio da cotidianidade que nos fazemos saber, é no e pelo cotidiano que apreendemos o mundo e tomamos consciência dele. E, conseqüentemente, ratificamos nossa identidade. As memórias tecidas por Carolina nos permitem reconhecer o sujeito social que ela foi e como foi sendo construída, até se constituir como protagonista de si e de sua história, sobretudo em decorrência dos apelidos que recebeu e desempenharam papel importante para a construção de sua identidade - de “negrinha fedida” à Bitita, alcunha do qual achou ser seu nome até a idade escolar quando se deparou com seu “verdadeiro nome”.

Consideramos ainda nesta pesquisa a propositura e o desenvolvimento do conceito de identidade forjado pelo sociólogo jamaicano Stuart Hall e para o psicólogo social Antonio da Costa Ciampa. Embora se aproximem na elaboração do mesmo conceito, cada teórico, a sua maneira, propôs seu entendimento de identidade, formulação que leva consigo fatores sociais, culturais e históricos. Vimos com Hall (2015) uma identidade cultural que tem sofrido intempéries por consequência da “pós-modernidade” fazendo com que os indivíduos, antes vistos como seres unificados, agora experimentem, cada vez mais, identidades fragmentadas e convivem frequentemente com as “crises identitárias”.

Carolina viveu intensamente esse processo de rupturas de identidade, quando o mundo que a cercava começou a cobrar dela o que se esperava de uma criança do interior, convivendo com a pobreza e no seio de uma família negra. Percebemos que o ambiente em que nasceu já diz respeito a um lugar sócio histórico e cultural modificado, se levarmos em conta os “tempos” em que sua avó viveu e depois aquele de sua mãe. Em sua narrativa fica explícito como sua identidade é cultural e vai sendo permeada por fatores do seu dia-a-dia, principalmente por meio da narrativa de outras pessoas que influenciavam na construção do Eu-Carolina.

Na Teoria da Identidade de Ciampa (2002a), a identidade, no geral, é compreendida como um processo constante de transformação, ou o que o autor vai denominar de “metamorfose”, aonde a história de vida dos sujeitos vai sendo ressaltada e o contexto social, cultural e histórico torna-se determinante para a forma de ver a si mesma, para sua atuação e para o exercício e encarnação dos papéis sociais que são postos a sua disposição. Todo esse processo, esse percurso e trajeto são meios que expressam um projeto emancipatório, de rompimento com atitudes e comportamentos dela esperados, logo, menos alienantes.

Portanto, a biografia de Carolina ratifica essas duas proposições sob uma única forma, sendo a inconstância e o vir-a-ser da identidade. Falamos, dessa maneira, de um projeto que é pensado e ganha contornos antes mesmo do nosso nascimento, pois nossa família projeta um ideal de ser humano ao nos dar nome e sobrenome, o que fica evidente na história de nossa personagem.

Quando nos propomos a discutir identidade de um sujeito, logo nos deparamos com uma miríade de encontros e desencontros pelos quais passam aquele. E isso não se dá de modo diferente com Carolina. Ao fim de seu diário, um passo grande é dado em sua vida para romper com as cobranças e projeções sociais feitas acerca dela, quando ela se muda para São Paulo. A partir daí a narrativa continua em seu outro livro “*Quarto de despejo*”, marcando definitivamente a radicalidade da metamorfose/crise de sua identidade, uma vez que diz respeito a uma migrante que almeja superar e elevar a sua condição de mesmice de si que lhe foi imposta.

A realização deste estudo visou, acima de tudo, o compromisso com o ensino de História, com a pesquisa, a formação docente e a produção do conhecimento, como fatores contribuintes para discutir e problematizar as questões da nossa atualidade e a formação humana. Em tempos de ódio, de fascismo, intolerância cultural, se faz cada vez mais necessário aprofundar em temas sociais como este. Tendo em vista essa perspectiva, para além do estudo, elaboramos um projeto interdisciplinar de atuação e produção de material

pedagógico visando orientar àqueles que têm como proposta o ensino da cultura negra no Brasil republicano e suas questões levando em consideração o *Diário de Bitita* para nortear a discussão e a elaboração de Histórias em quadrinhos por parte dos discentes.

A fim de perfazer esta pesquisa, gostaríamos de ratificar que a escolha desse tema se firmou ao passo que se faz necessário um olhar acadêmico sobre esse conteúdo rico e recheado de peripécias da qual uma pessoa pobre e negra pode passar. Destacamos que o *Diário de Bitita*, assim como outras obras de Carolina, é um lugar em que ancora sua voz, a qual emerge em meio ao silenciamento que se tenta impor às classes subalternas. Por meio de seus gritos, choros e sussurros ressoam-se expressões de um testemunho histórico de um mundo “negro”, muitas vezes invisível aos olhos da sociedade e da grande mídia. Essa voz incomoda, pois nos tira do nosso lugar de conforto, na medida em que cada página de seus diários é virada.

REFERÊNCIAS

A CAMINHO do PS, morreu Carolina Maria de Jesus. **Diário da Noite**, s/l, 14 fev. 1977. [artigo sem autoria].

A HISTÓRIA das Santas Casas. **Santa Casa de Misericórdia de Passos**. Passos/ MG, 02 fev. 2016. Disponível em: <http://www.scmp.org.br/materia/61/a-historia-das-santas-casas>. Acesso em: 30 mar. 2019.

ALMEIDA, Claudio Aguiar. **Cultura e sociedade no Brasil: 1940-1968**. 2ª ed., São Paulo:Atual, 1996.

ALMEIDA, Juracy Armando M. de. **Sobre a Anamorfose: Identidade e Emancipação na velhice**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo, PUC, 2005.

ALVES, Uelinton Farias. Introdução. In: JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora, 2014. p.7-11.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaud** v.5, Antropos/Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1984. p. 296-332.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil -1900-2000**. Rio de Janeiro: Maud x, 2007.

BARONE, Leda Maria Codeço. Literatura e construção da identidade. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v.74, n. 24, 2007, p.110 -116.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Moderna, 1984.

BARROS, José d'Assunção. **Teoria da História - acordes historiográficos: uma nova proposta para a teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude: O lado oculto do discurso sobre o negro. In:_____. CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento**. 6 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 25-58.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória - de senectute e outros escritos autobiográficos**. 6ª ed. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOGDAN, Robert; BIKEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 12. ed. Porto: Porto, 2003.

BORGES, Valdeci Rezende. **Imagário familiar**: história da família, do cotidiano e da vida privada na obra de Machado de Assis. Uberlândia: Aspectus, 2007.

_____. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, Ano 1, n. 3, 2010, p 94-109, jun.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG /Cedeplar, 2009.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In*: _____. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p.169-91.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHALHOUB, Sidney; PERREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. *In*: _____ (orgs). **A história contada**: capítulos de História Social da Literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.7-14.

CARONE, Iray. **Análise epistemológica da Tese de Doutorado de Antônio da Costa Ciampa**. Mimeo, s/d.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Cultura e democracia**. O discurso competente e outras falas. Nova edição revista e ampliada. 11. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Brasiliense, 2002a.

_____. Políticas de identidade e identidades políticas. *In*: DUNKER, Christian Ingo Lenz; PASSOS, Maria Consuelo (org). **Uma Psicologia que se interroga** – ensaios. São Paulo, Edicon, 2002b.

_____. Identidade. *In*: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 13ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007. p. 58-77.

CODO, Wanderley. Providencias na organização do trabalho para prevenção da LER. *In*: CODO, Wanderley; ALMEIDA, Maria Celeste C. G. (org). **LER**: diagnóstico, tratamento e prevenção: uma abordagem interdisciplinar. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

DA MATTA, Roberto. Você sabe com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre a Distinção entre Individuo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

DANTAS, Audálio. “Nossa irmã Carolina”. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960. p. 5-12.

_____. A atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 9 ed.. São Paulo: Ática, 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. 3a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e sua importância no contexto luso-brasileiro. In: MARINHO, Natália (coord.). **A misericórdia de Vila Real e as Misericórdias no Mundo de Expressão Portuguesa**. Vila Real: CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2010.

FERNANDES, Camila de Souza. **Literatura e identidade: a recepção do texto literário na penitenciária estadual de Maringá**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Sebastião; MACIEL, Márcio Alves. A família trabalhadora em sistema de parceria agrícola: outorgado agrícola capixaba. In: JORNADA DE ESTUDOS AGRÁRIOS - Territórios e Movimentos Sociais, 2014, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2014. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2014/jornadadeestudosagrarios/ferreira_sebastiao_maciel_marcio_a.pdf. Acesso em: 05 abr. 2019.

FRANÇA, Valéria. A miséria pela mão da miserável. **Revista Aventuras da História**, São Paulo, ano 12, n. 139, p. 79-91, fev. 2014.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GONÇALVES, Ana Beatriz Rodrigues; NASCIMENTO, Denise Aparecida do. Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa. **Ipotesi** – revista de estudos literários, Juiz de Fora, v.15, n.2, 2011, p. 51-62, jul./dez.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 79-91, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n1/a06v31n1.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis:Vozez, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ASILO São Vicente de Paulo Uberaba - Minas Gerais.
Disponível em: <<http://asilosaovicentedepaulo-ura.blogspot.com>> Acesso em: 28 mar. de 2019.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IVAMOTO, Henrique Seiji. Santa Casa da Misericórdia de Santos: sinopse histórica. **Acta Medica Misericordiae**, v. 1, n. 1, p. 7-10, out. 1998. Disponível em: http://www.scms.org.br/noticia.aspxcodigo=42&COD_MENU=24. Acesso em: 28 mar. 2019.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: recorde. **Folha da Tarde**, São Paulo, 20 de agosto de 1960.

_____. **Casa de Alvenaria**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1961.

_____. Socrates Africano (conto). In: TREVISAN, Hamilton; ARAUJO, Astofo. Vai silenciar a voz dos favelados? **Revista Escrita**, São Paulo, n. 11, p. 5-6, 1976.

_____. **Meu estranho diário**. José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine (organizadores). São Paulo: Xamã, 1996a.

_____. **Antologia poética**. MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.) Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1996b.

_____. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora. 2014a.

_____. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014b.

_____. **Onde estaes felicidade**. Dinha e Raffaella Fernandez (organizadoras). São Paulo: Me Parió Revolução, 2014c.

JOZEFF, Bella Karacuchansky. (Auto) biografia: os territórios da Memória e da História. *In*: AGUIAR, Flavio. **Gêneros de fronteira**: cruzamento entre o histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. p. 217-225.

KOLYNIK, Helena, M. R. **Tipicidade ou representatividade?** Uma proposta de metodologia em investigações psicossociais sobre identidade/metamorfose. São Paulo: texto não publicado, s/d.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. A recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Consciência/ alienação: a ideologia no nível individual. *In*: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (org.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. 13ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007. p. 40-47.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: EdUNICAMP, 1990.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LIMA, Aluísio Ferreira. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso**: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica. São Paulo: FAPESP, EDUC, 2010.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo: EDUC, vol. 17, nov.1998, p. 63-201.

MAIA, Glauciene da Costa. **Feiticeiros Negros no Grão-Pará (1755-1772)**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2014.

MARKUN, Paulo Sergio. Carolina, ponto final. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 set. 1977. Ilustrada. Ano LVI, n. 17.483, p. 17.

MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. *In*: STREY, M. N. **Mulher, estudos de gênero**. São Leopoldo: UNISINOS, 1997. p. 9-18.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação: reflexões sobre os riscos da intervenção subinformada. *In*: **Comissão Pastoral da Terra**. Trabalho Escravo no Brasil contemporâneo. São Paulo:CPT/Loyola, 1999. p.127-163.

MATA, Vilson Aparecido da. **Emancipação humana e educação em Marx**: para uma crítica da formação burguesa no horizonte da desigualdade social. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert M. **Cinderela negra** – a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2014.

MELO, Mônica Santos de Souza; COSTA, Lucas Piter Alves. **Implicações sobre as narrativas de si**. Letras & Letras, Uberlândia 26 (1) 141-154, jan./jun. 2010

MIRANDA, B. **Método Quantitativo versus Método Qualitativo**, 2008.

MIRANDA, Sheila Ferreira. **Da identidade como categoria à identidade como teoria**. São Paulo: texto não publicado, s/d.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, UNESCO, 2011.

MUNAGA, Kabengele. Prefácio. In: _____. CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. (orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento**. 6 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)**. São Paulo: Contexto, 2001.

NEVES, Leonardo dos Santos; PINTO, Helder de Moraes. Narrativas autobiográficas como fonte de pesquisa para a história da educação em Minas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2013. Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/03-%20FONTES%20E%20METODOS%20EM%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO/NARRATIVAS%20AUTOBIOGRAFICAS%20COMO%20FONTE%20DE%20PESQUISA.pdf> Acesso em: 01 mar. 2018.

NEVES, Lucilia de Almeida. **Jardim do tempo**. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2002.

PATARRA, Neide. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: o Período pós-30. In: Boris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano**. Tomo III, 4º vol.: Economia e Cultura, 1930-1964. 2ª ed., São Paulo: Difel, 1986. p. 247-268.

PAULINO-PEREIRA, Fernando Cesar. **Ação do psicólogo na comunidade: reflexões sobre teoria e prática**. (texto impresso). 2006.

_____. Psicologia Crítica: Integração entre teoria e prática na comunidade. In: CHAVES, Juliana de Castro. **Psicologia Social e Políticas Públicas: Contribuições e controvérsias**. Goiânia, Ed. PUC-Goiás. 2014, p.51-61.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

POESIAS, Fogões e painéis... **A Noite**. Rio de Janeiro, 9 jan. 1942. Ano XXXI, n. 10.745, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=348970_04&pagfis=14511&url=http://memoria.bn.br/docreader# . Acesso em: 24 de abr. 2019.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRADO, Marco Aurélio. M. Psicologia política e ação coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do nós. **Revista Psicologia Política**, v.1, n.1, 2001, p. 149-172.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. **Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa III**. Campinas: Papirus, 1997.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 17, n. 1, 2005, p. 81-110.

ROSSI, Amanda. Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador. **BBC**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>. Acesso em: 06 mai. 2019.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. 1ª reimpressão. Brasília: Editora UNB, 2010.

SANTOS, Marcela Ernesto dos. Autobiografia feminina: a identidade e o preconceito nas memórias de Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou. **Revista Iuminart do IFSP, Sertãozinho**, v. 1, n. 4, 2010, p.12-20.

_____. **Carolina Maria de Jesus: matizes de uma vida escrita** Revista de Letras Dom Alberto, v. 1, n. 3, jan./jul. 2013.

SANTOS, Rutilia da Glória. Crítica ao *Quarto de despejo*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 set. 1960. Cartas a Redação. Caderno 2, p. 3.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katalysis**. Florianópolis, jan/jun, vol. 13, n. 1, 2010.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus – uma escritora impossível**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, Claudia Neves da; LANZA, Fábio. Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais? **História** [online], São Paulo, v. 29, n.1, p.40-55, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-90742010000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 abr. 2019.

SILVA, Jaqueline Peixoto Vieira da. A primeira escola espírita no Brasil. SEMANA DE HISTORIA DO PONTAL: a profissionalização do historiador, 3, Ituiutaba, 2015. **Anais eletrônicos** [...] Ituiutaba, MG. 2015.

SILVA, Maria Nilza da. O negro no Brasil: Um problema de raça ou de classe? **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 2, p.99-124, jul./dez. 2000.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. *In:* _____. **Economia política da urbanização**. 14^o ed. revista, São Paulo: Contexto, 1998. p. 29-62.

SOUZA, Germana Henriques Pereira de. Memória, autobiografia e diário íntimo. Carolina Maria de Jesus: escrita íntima e narrativa de vida. *In:* BASTOS, Hermenegildo; ARAÚJO, Adriana de F. B (org.) **Teoria e Prática da Crítica Literária Dialética**. Brasília: UNB, 2011. p. 86-108.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SUCUPIRA, L. C. Ozanam, a juventude em ação. **A Fortaleza**. Fortaleza: impresso no jornal, 1968.

APÊNDICE

PROJETO PEDAGÓGICO DE ENSINO INTERDISCIPLINAR - QUESTÕES SOCIOCULTURAIS ACERCA DOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA REPUBLICANA COM BASE NA RELAÇÃO LITERATURA E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS) A PARTIR DE *MEMÓRIA DE BITITA*



ROMILDO RODRIGUES NEVES JUNIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DE ENSINO INTERDISCIPLINAR - QUESTÕES SOCIOCULTURAIS ACERCA DOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA REPUBLICANA COM BASE NA RELAÇÃO LITERATURA E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS) A PARTIR DE *MEMÓRIA DE BITITA*



**CATALÃO (GO)
2019**

ROMILDO RODRIGUES NEVES JUNIOR

PROJETO PEDAGÓGICO DE ENSINO INTERDISCIPLINAR - QUESTÕES SOCIOCULTURAIS ACERCA DOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA REPUBLICANA COM BASE NA RELAÇÃO LITERATURA E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQS) A PARTIR DE *MEMÓRIA DE BITITA*

Projeto de atividade de ensino a ser implementada sob a forma de aula-oficina para complementar e dar sequência aos objetivos da dissertação “Identidade e Memória em *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus: uma ‘história contada’ acerca dos anos de 1920 a 1940, no interior do Brasil”, sob orientação do Prof. Dr. Valdeci Rezende Borges.

**CATALÃO (GO)
2019**

SUMÁRIO

JUSTIFICATIVA146

**PROGRAMA DE ENSINO INTERDISCIPLINAR - QUESTÕES
SOCIOCULTURAIS ACERCA DOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA
REPUBLICANA.....152**

QUESTÕES SOCIOCULTURAIS ACERCA DOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA REPUBLICANA COM BASE NA RELAÇÃO LITERATURA E HISTÓRIAS EM QUADRINHOS (HQs) A PARTIR DE *MEMÓRIA DE BITITA*

PÚBLICO ALVO: Ensino Fundamental I

JUSTIFICATIVA:

Levando em consideração o material literário e acadêmico analisado nesta pesquisa, bem como as considerações que traçamos sobre os temas acerca da Literatura, História, Memória, Identidade e Desigualdades sociais, se faz necessário difundir e ampliar a discussão realizada rumando ao âmbito didático e pedagógico, ao espaço da sala de aula.

Para tal, o nosso intuito com esta proposta de aulas-oficina para produção de material pedagógico, que recorre e explora a relação entre Literatura e História em quadrinhos (HQs), é o de facilitar e mediar o ensino/aprendizagem dos discentes que estão nos anos iniciais da vida escolar, mais precisamente no Ensino Fundamental I, que corresponde às séries do 1º ao 5º ano, tendo como referência e pano de fundo para as atividades a obra literária *Diário de Bitita*.

A partir desse livro de literatura, intenta-se levar os discentes a refletirem sobre alguns assuntos e questões socioculturais importantes que permeiam a existência dos negros em nossa sociedade republicana, elaborando, construindo, produzindo Histórias em Quadrinhos sobre os temas abordados por Carolina Maria de Jesus em seu *Diário*, tão primordiais e caros aos dias de hoje.

Mas esta proposta nos impõe, antes de tudo, um questionamento: História em quadrinhos não é literatura? Na busca de responder a esse problema Bernardo Stamato (2017) questiona:

Você lê uma narrativa com personagens, diálogos, trama etc, faz diferença se é em texto corrido ou com o auxílio de ilustrações – ou até mesmo se é em versos e estrofes? Uma história em quadrinhos é uma leitura de uma narrativa, nada mais, nada menos. Literatura não é exatamente isso?

Na visão de Stamato (2017), se sua palavra não tem autoridade o suficiente para questionar o preconceito e os estereótipos vigentes em relação às Histórias em Quadrinhos, vale lembrar que a revista norte americana *Times* elegeu *Watchmen* como um dos 100 melhores romances de todos os tempos e que o próprio Maurício de Souza já afirmou que

quadrinho é literatura sim. Porém, ainda assim, é inquestionável que haja algumas diferenças entre um romance e uma HQ.

Para o jornalista Paulo Ramos, as histórias em quadrinhos têm suas peculiaridades, a exemplo dos balões de fala, sendo uma mídia a parte da literatura. Mas existem respostas diferentes para essa pergunta como as ensaiadas brevemente acima. Ler um romance é uma experiência bem diferente de uma HQ, o ritmo de leitura é outro, as sensações de ler só letras e imaginar todo o resto é diferente de ver ilustrações e balões de fala em variados formatos e cores. Apesar de serem duas formas de narrativas, os dois universos são bem diferentes, e Stamato (2017) concorda com Ramos, história em quadrinhos é uma mídia à parte da literatura.

Porém, conforme Almeida (2019), “as histórias em quadrinhos são mais comumente associadas aos gibis de super-heróis, narrativas infantis e assuntos cômicos”, mas, desde a década de 1970, passaram por uma legitimação cultural, e com a nomenclatura de *graphic novels* (romances gráficos) adentraram espaços mais nobres. De acordo Waldomiro Vergueiro (*apud* Almeida, 2019), “O que se tinha antes era de que a linguagem dos quadrinhos só fosse adequada para assuntos de menor importância e para pessoas sem a mesma capacidade de leitura. [...] mas não há nada que impeça os quadrinhos de tratar assuntos como holocausto, suicídio ou questão de gênero”.

Nesse sentido, o *graphic novel*, um recorte dentro do universo das HQs, em formato de livro e com histórias fechadas, em geral voltadas para um público adulto e com conteúdo mais denso, permitiram que as HQs deixassem os espaços só das bancas e fossem parar nas livrarias, bibliotecas públicas e acadêmicas, congressos acadêmicos e exposições. Assim, a tendência em tratar temas densos nos quadrinhos tem se consolidado, ainda que o gênero sofra com certa resistência para não ser equiparado à literatura geral. Porém, apontando para uma mudança em curso na atualidade, em 1991, Neil Gaiman ganhou o prêmio literário World Fantasy Award de melhor história curta pela edição 19 da HQ *Sandman*, sendo a primeira e única vez em que uma HQs conquistou esse prêmio, pois no ano seguinte, as regras do concurso foram alteradas para isso não se repetisse (ALMEIDA, 2019).

Nesse contexto, carregado de uma série de estereótipos e preconceitos, pode-se dizer que não existe relação estrita entre as formas de narração literária e das HQs e que há um enorme abismo entre elas. Mas essa resposta também tem sido revista em decorrência do que tem sido produzido no mundo dos quadrinhos, como dito acima. Graças ao trabalho de

Eisner, os quadrinhos obtiveram nova abordagem, aproximando da literatura. Aproximação cabal que aconteceu com o surgimento da geração de 80, de ilustradores e escritores talentosos que ombreiam com os grandes nomes da Literatura, como Neil Gaiman, Frank Miller, Alan Moore e David Gibbons (*Watchmen*), que produziram reviravoltas no mundo dos quadrinhos catalisadoras da visão que se tem hoje deles como Literatura.

Atraindo a atenção de críticos, ganhando prêmios dados somente para livros da literatura canonizada, ganhando credibilidade como literatura séria, as histórias em quadrinhos são uma das mais criativas e fantásticas manifestações literárias contemporâneas. São romances que exploram outras características do leitor, que brincam com sua imaginação e que o faz ter sérias reflexões sobre o humano e a vida, não devendo em nada para a Literatura; aliás, não deve nem nada para a literatura porque também é Literatura. Por isso não olhe com desdém quando você ver um adulto lendo quadrinhos, porque ele também está lendo Literatura – só não esqueça que, assim como em Literatura, existem péssimos romances também nos quadrinhos. (SILVA, 2011).

Posto isso, gostaríamos de explicitar a priori a justificativa da escolha dessa metodologia de ensino em meio a várias opções também viáveis. Vivemos em uma sociedade que exige cada vez mais que os indivíduos sejam críticos e reflexivos acerca de suas práticas, atitudes, pensamentos e do seu convívio com os outros. Para tanto a educação e o ensino escolar são fatores primordiais para a constituição do ser humano integral, para sua construção como ser social, cultural e histórico, por transmitir signos e símbolos da nossa cultura, permitindo-nos uma leitura e convívio no mundo.

Contudo, não obstante essas exigências, os professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio, para não citar o Ensino Superior, têm encontrado cada vez mais dificuldades para transmitir esses saberes aos discentes, assim como despertar o interesse daqueles para os conteúdos ministrados. Nesse contexto e sentido, ao mesmo tempo,

A formação leitora na educação básica é um desafio na sociedade contemporânea, marcada pelas práticas digitais e pela abundância de visualidades, o que exige ampliar as possibilidades de abordagem dos gêneros discursivos, entre os quais o literário. A literatura – assim como outras expressões de arte – é compreendida como um direito do ser humano, porque vital e transformadora, e por isso mesmo precisa se constituir, efetivamente, como objeto de práticas mediadas pela escola porque, para grande parte de crianças e jovens, é lugar exclusivo de acesso à leitura literária. (SANTOS, 2015, p. 7).

É dessa possibilidade de garantir que jovens escolares possam vivenciar experiências estéticas que o presente projeto em formato de aula-oficina trata, ao investigar

e propor o diálogo interdisciplinar entre Literatura, especialmente aquela considerada clássica ou canônica, e as Artes, na forma de História em Quadrinhos. O acesso às diversas linguagens artísticas em diálogo com a cultura visual deve ser uma preocupação da escola. Imersa num amplo universo da cultura visual a que estão expostos os sujeitos contemporâneos, a HQ pode ser abordada na escola como possibilidade de aproximação das artes visuais, em diálogo com a literatura. (SANTOS, 2015, p. 7).

Com base em pressupostos que norteiam a ação pedagógica no ensino de História, das Artes visuais e da Literatura, trazemos este projeto de leitura e apropriação do lido em um processo inventivo que envolve o romance *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, e a criação, por parte dos alunos, de versões de situações e fatos figurados na obra na linguagem da HQ, desenvolvido com estudantes do ensino fundamental. A aplicação do projeto, concretizado na forma de sequência didática e recorrendo à associação entre as disciplinas História, Literatura, Psicologia e Artes visuais, pode provocar e despertar nos jovens discentes interesse maior pela leitura de obras literárias, além de promover a vivência da apreciação artística, contribuindo, conseqüentemente, para uma efetiva experiência estética no universo escolar e para a formação leitora. A referida produção em formato de revista de HQs, configura-se como produto e sequência didática da pesquisa.

A adaptação de obras literárias para salas de aula ou em salas de aula não tem objetivo ou pretensão de substituir a obra original. Trata-se de uma releitura ou uma apropriação ou uma atualização, do autor e da obra original. Os quadrinhos possuem grande apelo junto ao público jovem e o diálogo entre imagens e palavras pode contribuir para que eles mergulhem na narrativa, potencializando o despertar do interesse pela leitura e a formação de novos leitores. Esse formato constitui em porta de entrada para o mundo da leitura e imaginação, um convite ao conhecimento, sendo uma aproximação da literatura em forma simplificada e ilustrada importante para os jovens que, muitas vezes, praticam uma leitura fragmentada, não aprofundada das obras mais consistentes, que além de imaginação, requer o esforço da concentração. (ALMEIDA, 2019).

Esse assunto tem tomado grandes proporções entre pedagogos e psicólogos, com apontamentos críticos acerca do ensino, uma vez que a aprendizagem se dá de forma variada e singular de aluno para aluno, por isso as estratégias devem buscar atender a todos ao passo que buscam também a atenção e o interesse do discente. Sabemos que o mundo tecnológico e as novas linguagens, sobretudo a imagem, invadem do campo do ensino e tornam-se muito mais atraentes do que o ensino convencional disponibilizado na maioria

das escolas, pois essa, ainda, carrega em seu em sua estrutura um modelo ultrapassado e desinteressante.

De acordo com Piletti (2002), cambiar a metodologia de ensino na sala de aula é importante para que atenda a todas as formas de aprendizagem e consiga abarcar todas as singularidades da classe. Toda essa estratégia visa o amadurecimento biopsíquicosocial do discente para que este consiga transitar por todo conteúdo e anos seguintes, sem consequências desastrosas para o seu ensino.

Dessa forma, quando propomos trabalhar dentro da sala de aula, sobretudo nos mencionados anos iniciais, o ensino e a reflexão acerca de alguns assuntos e questões que permeiam em nossa sociedade a experiências dos negros, como o racismo, a segregação, a marginalização e a violência (física e simbólica), acreditamos que uma das formas de fazê-lo seria inserindo no espaço e práticas escolares a leitura, interpretação e produção de Histórias em Quadrinhos, de modo dirigido, pragmático e com maior frequência.

Para Edgard Guimarães (2003, p. 3), as Histórias em Quadrinhos são “expressões artísticas que tentam representar um movimento através de registros de imagens estáticas”. E Ramos (2006, p.84) considera que a utilização dessas HQs, quando usadas de maneira adequada e planejada pelo docente, “pode alcançar resultados concretos no aprendizado tais como a instigação ao debate e a reflexão sobre um determinado tema”.

Vale destacar que, o ensino da História e cultura afro-brasileira e africana, só passou a fazer parte do currículo obrigatório das escolas por meio da lei federal 10.639/03 e somente em 2006, é que o uso das histórias em quadrinhos foi incorporado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) elaborados pelo governo federal como gênero a ser usado pelo professor.

Portanto estamos falando de uma metodologia recente, mas que tem muito a contribuir para a aprendizagem e incorporação dos conteúdos eleitos para serem trabalhados. Embora estejamos ligados à área da História, cabe tomarmos como cuidado o fato de que esse meio não se restringe a somente a uma disciplina, pelo contrário, a sua plasticidade permite transitar por todo o currículo escolar, atendendo todo o parâmetro.

No que diz respeito a esse conteúdo, as questões sociais dos negros em nossa sociedade, nas escolas de Goiás, o Currículo Referência da Rede estadual de Educação afirma que o mesmo deve ser ministrado aos alunos como conteúdo no Eixo temático da “História local e do cotidiano” a partir do 2º bimestre no Ensino Fundamental I, especificamente no 3º ano, no intuito de conhecer e respeitar a cultura afro-brasileira assim

como as manifestações religiosas do negro.

Voltando para o nosso material e questão de análise – a imagem tecida por Carolina Maria de Jesus de si e dos outros em *Memórias de Bitita*, consideramos que a inserção das HQs em sala de aula possibilita uma aproximação do aluno com a cultura negra e seus problemas diversos, como o racismo, o preconceito, a marginalização, a violência e mesmo um sexismo, aspectos perversos tratados pela escritora.

Assim, o livro-texto, didático e oficial com o qual o discente está acostumado não se faz tão interessante quanto à leitura de uma obra literária e a produção de imagens em HQS inspiradas naquela, bem como os inúmeros elementos artísticos e implícitos que o iniciante de quadrinista emprega em seus desenhos e que carecem de ser elucidadas. Dessa forma, a proposta é levar os discentes, a partir de passagens do *Diário* de Carolina, referentes aos problemas e questões que permeiam a vida dos negros em nossa sociedade, a produzirem Histórias em quadrinhos figurando as situações descritas pela autora e até mesmo atualizando-as conforme as experiências do alunato.

Considerando que uma obra literária, como a de Carolina, sempre é contemporânea, conforme Laurito (1988, p. 11, 14) por mergulhar nas raízes do passado e deitar raízes no futuro, instaurando mitos e imagens que se incorporam ao imaginário social, apresentando lendas e personagens da cultura popular, criando personagens que são simbólicos por representar experiências mais amplas que as individuais, abarcando e atingindo grupos sociais, possuindo espectros mais vastos, se tornando universais, é que se propõe adaptar ou transpor temas e assuntos figurados no *Diário* para a linguagem dos quadrinhos.

Assim, como tem ocorrido com obras clássicas de nossa literatura, a exemplo de vários textos de Machado de Assis dentre outros autores, que foram atualmente adaptados ou transpostos em quadrinhos, é que propomos seguir essa trilha e expediente no intuito de atrair, despertar e convidar os discentes a serem participantes da aventura intelectual e existencial de pensar o mundo em que vive na atualidade, as suas relações com a sociedade e personagens que viveram seus antepassados, e ainda as projeções sobre aquele em que viverão seus possíveis descendentes.

Com o trabalho de ilustradores e roteiristas, algumas editoras já lançaram histórias em quadrinhos e *graphic novels* baseadas em obras clássicas da literatura brasileira, desenhadas em vários estilos e cheias de personalidade. Assim, é possível conhecer histórias criadas por autores como Machado de Assis (*Dom Casmurro* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*), Lima Barreto (*Triste Fim de Policarpo Quaresma*), Guimarães

Rosa (*Grande Sertão: Veredas*), Manuel Antônio de Almeida (*Memórias de um Sargento de Milícias*) e Euclides da Cunha (*Os Sertões*) (ABDO, 2017).

Passemos, doravante, à metodologia proposta para realizar uma oficina de curta duração elucidando os temas acima discutidos.

PROGRAMA DE ENSINO INTERDISCIPLINAR - QUESTÕES SOCIOCULTURAIS ACERCA DOS NEGROS NA SOCIEDADE BRASILEIRA REPUBLICANA		
AUTOR: ROMILDO RODRIGUES NEVES JR.		
COMPONENTE CURRICULAR	SÉRIE	CARGA HORARIA
Interdisciplinar	1° à 5°	50 min/encontro
EMENTA		
<p>Levar o ensino e a reflexão de questões relativas aos negros na sociedade brasileira republicana com base na obra literária <i>Diário de Bitita</i>, de Carolina Maria de Jesus, transpondo para a linguagem das Histórias em Quadrinho tais aspectos em salas de aula do Ensino Fundamental com o objetivo de fortalecer a experiência sensível, inventiva e interpretativa dos alunos, além de exercitar o senso crítico e elaborado do discente. Compreender esses aspectos que a linguagem literária dispõe e os transpor em tiras e quadrinhos transcende o lado meramente ilustrativo da atividade e material, requerendo contextualizar a história e a sociedade representada nessa outra importante linguagem social de nosso tempo.</p>		
OBJETIVOS		
<ul style="list-style-type: none"> - Organização de conteúdos, desenvolvimento de ideias e reflexões a partir de interações entre Literatura, História e História em quadrinhos; - Desconstrução de ideias preconcebidas acerca dessa metodologia; - Ampliar a discussão acerca dos temas presentes no <i>Diário</i> de Carolina, ditos transversais, para uma nova leitura de mundo e atuação como protagonista nele, bem como sobre representação artística e criativa; - Aproximação do discente com as questões abordadas no livro e despertar seu interesse pelo conteúdo apresentado buscando ligações com a realidade social do presente. 		
ENCONTROS	CONTEUDO	
1°	Apresentação	

	<p>Relação História e Literatura: Carolina Maria de Jesus e o <i>Diário de Bitita</i>.</p> <p>Aula expositiva.</p>
2º	<p>Discussão: o que é História em Quadrinhos, sua relação com a Literatura e sua importância para a aprendizagem.</p> <p>Análise formal e Interpretativa: Definindo conceitos.</p>
3º	<p>Breve História dos HQs.</p> <p>Leitura e interpretação de imagens;</p>
4º	<p>Discussão das HQs e sua relevância para trabalhar a cultura negra.</p> <p>Roda de conversa como forma de diagnóstico da turma e preparatório para fase seguinte:</p> <p>Ouvir: praticar a escuta, fazer perguntas, dar retorno e permitir interação.</p> <p>Instigar o discente: condensando os ensinamentos de forma dinâmica e promovendo o protagonismo na ação.</p> <p>Animar o ambiente formal da sala de aula, motivando os alunos a se envolverem, a compreenderem o conteúdo, a se conectar com a realidade circundante e a aprender de modo divertido.</p> <p>Contextualizar: trazer situações do cotidiano dos discentes e do cenário nacional para as conversas didáticas, ensinando a pensar criticamente e fornecendo embasamento para que formulem suas próprias maneiras de enxergar a sociedade e nela atuar.</p>
5º	<p>A construção social da mulher na sociedade brasileira por meio do capítulo “Infância”, do <i>Diário de Bitita</i>, de Carolina Maria de Jesus.</p>
6º	<p>A socialização da criança por meio da família e das instituições na infância, por meio do capítulo “Família” do <i>Diário de Bitita</i>, de Carolina Maria de Jesus. JESUS, Carolina Maria de.</p>
7º	<p>Racismo e preconceito: uma visão <i>insider</i> por meio dos capítulos “Os negros” e “A cidade”, do <i>Diário de Bitita</i>.</p> <p>Texto de apoio: D’SALETE, Marcelo. <i>Cumbe</i>. Editora Veneta, 2ª. Edição. – São Paulo: Veneta, 2018.</p>

8°	Migração: o respeito ao outro que está chegando por meio dos capítulos “A cultura” e “Ser cozinheira”, do <i>Diário de Bitita</i> .
9°	História do Brasil: escravatura, por meio dos capítulos “Ser pobre” “Um pouco de História” em <i>Diário de Bitita</i> . Texto de apoio: D’SALETE, Marcelo. <i>Cumbe</i> . Editora Veneta, 2ª. Edição. – São Paulo: Veneta, 2018.
10°	Produção de Histórias em Quadrinhos por parte dos discentes que dialoguem e elucidem os temas abordados na discussão anterior por meio do <i>Diário de Bitita</i> .
11°	Encerramento das atividades. <i>Feedback</i> acerca do aprendizado. Ratificação da importância das apropriações e adaptações de obras literárias em HQs como metodologia de ensino.
METODOLOGIA DE ENSINO	
<ul style="list-style-type: none"> - Aulas expositivas; - Discussão e reflexão do conteúdo literário e imagético; - Análise das HQs levando em consideração o suporte teórico da disciplina. 	
RECURSO DIDÁTICO	
- Data Show, Lousa e Giz, sistematização de trechos, passagens da obra literária e transposição em HQs.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	
<p>ABDO, Humberto. 7 histórias em quadrinhos baseadas em clássicos da literatura nacional: Releituras das obras de alguns dos autores mais emblemáticos da literatura do Brasil. Revista Galileu, Globo, 2 abr. 2017. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2017/04/7-historias-em-quadrinhos-baseadas-em-classicos-da-literatura-nacional.html. Acesso em: 07 out. 2019.</p> <p>ALMEIDA, Bernardo. Quadrinhos: gênero se reinventa com maior uso na educação e abordando temas adultos. Hoje em dia, Belo Horizonte, 18 jun. 2019. Disponível em:</p>	

<https://www.hojeemdia.com.br/almanaque/quadrinhos-g%C3%AAnero-se-reinventacom-maior-uso-na-educa%C3%A7%C3%A3o-e-abordando-temas-adultos-1.721816>. Acesso em: 07 out. 2019.

BENJAMIN, Roberto. **A África está em nós: história e cultura afrobrasileira**. João Pessoa, PB: Ed. Grafset, 2004.

BRAGA, Amaro. **AfroHQ: história e cultura afro-brasileira e africana em quadrinhos**. Editora Amaro Braga, 2010.

D'SALETE, Marcelo. **Cumbe**. Editora Veneta, 2ª. Edição. – São Paulo: Veneta, 2018.

_____. **Angola Janga** – Uma história de Palmares Editora Veneta, 2ª. Edição. – São Paulo: Veneta, 2018.

GUIMARÃES, Edgard. História em Quadrinhos como instrumento educacional. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande /MS, setembro 2001.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora. 2014.

LAURITO, Ilka Brunhilde. A coleção Ler & ver. In: MACHADO DE ASSIS-MICHELE. **Capitu e outras Evas**. São Paulo: melhoramentos, 1988. p. 11-14.

PILETTI, Nelson. **Psicologia Educacional**. 17 ed. São Paulo: Ática, 2004

PINHEIRO, João; BARBOSA, Sirlene. **Carolina**. 2ª. edição / Pesquisa e argumento de Sirlene Barbosa. Roteiros e desenhos de João Pinheiro. – São Paulo: Veneta, 2018.

RAMOS, P. É possível ensinar oralidade usando histórias em quadrinhos? **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. XV, 2006.

SANTOS, Wanderley Alves dos. **Literatura e história em quadrinhos (HQ) na educação básica**. 2015. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

SILVA, Ricardo. História em Quadrinhos também é Literatura? **Retalhos de existência: o cômico e o sério de mãos dadas**. 10 out. 2011. Disponível em: <https://retalhosdeexistencia.wordpress.com/2011/10/19/historia-em-quadrinhos-tambem-e-literatura/> . Acesso em: 07 out. 2019.

STAMATO, Bernardo. História em Quadrinhos é literatura? **MundoEpic**. s/l, 22 set. 2017. Disponível em: <https://www.mundoepic.com.br/historia-em-quadrinhos-e-literatura/#.XZtMpUZKjIU>. Acesso em: 07 out. 2019.

